



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Mariana Siracusa Nascimento

**A pesquisa em Sociologia no Brasil:
uma análise dos Programas de Pós-Graduação**

Rio de Janeiro

2019

Mariana Siracusa Nascimento

A pesquisa em Sociologia no Brasil: uma análise dos Programas de Pós-Graduação



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Helena Maria Bomeny Garchet

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

N244	Nascimento, Mariana Siracusa A pesquisa em Sociologia no Brasil: uma análise dos Programas de Pós-Graduação / Mariana Siracusa Nascimento. – 2019. 128 f.
	Orientadora: Helena Maria Bomeny Garchet Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais. Bibliografia.
	1. Sociologia – Estudo e ensino (Pós-graduação) - Teses. 2. Sociologia - Brasil – Teses. I. Garchet, Helena Maria Bomeny II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.
	CDU 316

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mariana Siracusa Nascimento

A pesquisa em Sociologia no Brasil: uma análise dos Programas de Pós-Graduação

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Helena Maria Bomeny Garchet (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Maria Claudia Pereira Coelho
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. João Marcelo Ehlert Maia
Fundação Getúlio Vargas

Prof.^a Dra. Maria Celi Ramos da Cruz Scalon
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Certa vez, durante uma aula, ouvi de uma professora que a primeira coisa que ela fazia quando lia um trabalho acadêmico, era olhar os agradecimentos. Me identifiquei na hora. Não sei de onde vem este fascínio, mas desde o momento que comecei a escrever esta dissertação, ficava imaginando como seria escrever os agradecimentos, que é certamente a parte mais fácil e prazerosa.

Com este trabalho encerro um ciclo longo, marcado por expectativas, sonhos, algumas decepções, mas um enorme desejo de continuar a percorrer um caminho que está apenas começando. Muitas pessoas já passaram por ele e me ajudaram a chegar até aqui. As primeiras e mais fundamentais são a minha família, em especial a minha mãe, que sempre me estimulou a crescer e respeitou minhas escolhas, mesmo discordando delas. Não existe sinal de amor maior que este. A minha irmã, leitura super atenta de cada página, devo um agradecimento especial pela parceria, companheirismo e cumplicidade de sempre. Ela entende como ninguém as angústias e delícias desta carreira e me ajuda a passar por elas.

Aos meus amigos, aos novos e antigos, meu muito obrigada, pelo carinho, compreensão, apoio e acolhimento em todos os momentos. Mesmo nas ausências para a escrita deste trabalho, sempre estiveram ao meu lado. Com vocês vivo meus melhores momentos.

Profissionalmente, agradeço a todos os meus professores pelas trocas e aprendizagens, ocorridas dentro e fora de sala de aula, em especial a Ignacio Cano, Paula Lacerda e Paulo Jorge Ribeiro, por me estimularem e serem exemplos de professores e pesquisadores.

Devo toda a minha formação em pesquisa a Clara Araújo, que sempre acreditou no meu potencial, me estimulou, incentivou e me ensinou a fazer pesquisa. Além de me permitir conhecer a fascinante área de estudos de gênero. Não tenho palavras para agradecer tanto carinho e atenção nesses anos de trabalho. Obrigada por ser este exemplo de mulher, pesquisadora e profissional.

Por fim, meus agradecimentos e minha gratidão à Helena Bomeny, pela generosidade com que me acolheu, desde a graduação, e que embarcou na minha ideia, pelas palavras de incentivo e estímulo, pelo exemplo de profissional e professora. Cada conversa é uma aula. Que sigamos juntas nesta jornada.

Fica registrado, também, meu enorme agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, que tornou este trabalho possível.

RESUMO

NASCIMENTO, Mariana Siracusa. **A pesquisa em Sociologia no Brasil: uma análise dos Programas de Pós-Graduação.** 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente trabalho tem como objetivo compreender o impacto que as recentes transformações da Sociologia enquanto campo de conhecimento tem na conformação da Sociologia brasileira, em especial na elaboração de uma agenda de pesquisa orientada ou não por essas mudanças. Para isso, o recorte empírico escolhido foi os Programas de Pós-Graduação em Sociologia, devido ao caráter privilegiado que este espaço ocupa no desenvolvimento da pesquisa científica e produção de conhecimento no Brasil. Foram selecionados dez programas de pós-graduação em Sociologia no país levando em consideração o conceito da avaliação feito pela CAPES, com seleção dos programas melhores avaliados; a antiguidade e a distribuição regional dos programas foram consideradas de maneira proporcional. A junção desses critérios possibilitou a seleção de programas representativos da produção sociológica nacional. Dentro dos programas foram analisadas as linhas de pesquisa e os projetos de pesquisa vinculados à cada linha, além da distribuição do financiamento entre as pesquisas e os programas, numa tentativa de mapear a produção sociológica desenvolvida em cada programa, para posterior comparação entre eles. Essa análise foi feita com o auxílio de um dicionário de categorias construído a partir da leitura dos resumos e títulos dos projetos de pesquisas, permitindo a classificação das pesquisas em temáticas mais amplas.

Palavras-chave: Sociologia da Sociologia. Pós-Graduação. Sociologia brasileira.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Mariana Siracusa. **A research in Sociology in Brazil:** an analysis of Graduate Programs. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The present work aims to understand the impact that the recent Sociology's transformations as a knowledge's field have in the conformation of Brazilian Sociology, especially in the elaboration of a research agenda oriented or not by these changes. For this, the empirical cut was the graduate programs in Sociology, due to the privileged nature that this space occupies in the development of the scientific research and knowledge's production in Brazil. Ten Sociology graduate programs were selected in the country, taking into account CAPES evaluation concept, with selection of the best rated programs; the seniority of the programs, with the selection of the oldest and the regional distribution of the programs made of proportional way. The combination of these criteria allowed the selection of representative programs of the national sociological production. Within the programs, the research lines were analyzed, and the research projects linked to each line, besides the distribution of the financing between the researches and the programs, in an attempt to map the sociological production developed in each program, for further comparison between them. This analysis was made with the help of a category dictionary built from the reading of the abstracts and titles of the research's projects, enabling the classification of the researches in broader themes.

Key words: Sociology's Sociology. Graduate. Brazilian Sociology.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	SOCIOLOGIA: UMA CIÊNCIA EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO	13
1.1	Sociologia no Brasil	22
1.1.1	<u>1930-1964: institucionalização das Ciências Sociais</u>	23
1.1.2	<u>Expansão e consolidação das Ciências Sociais brasileiras (1964-1985)</u>	29
1.1.3	<u>A Sociologia brasileira após-1985: busca por uma nova identidade</u>	31
2	FORMAÇÃO DO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	35
2.1	O desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia	41
2.2	Problemas e desafios a expansão	45
2.3	História dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia que fazem parte da pesquisa	48
2.3.1	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP)</u>	48
2.3.2	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ)</u>	50
2.3.3	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/UFMG)</u>	51
2.3.4	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (PPGS/UNICAMP)</u>	54
2.3.5	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE)</u>	56
2.3.6	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC)</u>	58
2.3.7	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA)</u>	60
2.3.8	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL/UnB)</u>	62
2.3.9	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC)</u>	64
2.3.10	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS)</u>	67

3	A PRODUÇÃO SOCIOLOGICA BRASIELIRA NA PÓS-GRADUAÇÃO: LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	70
3.1	Análise interna dos Programas de Pós-Graduação	75
3.1.1	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo</u>	75
3.1.2	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro</u>	78
3.1.3	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais</u>	81
3.1.4	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas</u>	84
3.1.5	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco</u>	87
3.1.6	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará</u>	89
3.1.7	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará</u>	92
3.1.8	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília</u>	94
3.1.9	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina</u>	98
3.1.10	<u>Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul</u>	101
3.2	Comparação regional	105
3.3	Comparação nacional	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE A - Quadro 1- Dicionário de categorias que compõem a classificação temática.....	124
	APÊNDICE B - Gráfico 24- Distribuição percentual do ano de início dos projetos de pesquisa.....	127

INTRODUÇÃO¹

Nos últimos trinta anos, a Sociologia, enquanto campo de conhecimento, vem passando por profundas transformações. As mudanças provocadas pela globalização no que diz respeito às estreitas conexões nas esferas econômicas, política e social entre os países produziram impactos na forma de fazer sociologia, historicamente associada à análise das sociedades nacionais como unidades autônomas (LEPENIES, 1996; COLLINS, 2009; CUIN, GRESLE, 2017a). A denominação das subdivisões das disciplinas em Sociologia francesa, alemã, americana, brasileira, por exemplo, comprova o foco de investigação dos problemas associados a esses países enquanto territórios delimitados. Nesse contexto, a Sociologia procurava mapear a estrutura social da sociedade em questão, a articulação de suas instituições, seus padrões de conflito e mobilidade social, entre outros temas de destaque da disciplina (MARTINS, 2017).

A desintegração simbólica das fronteiras nacionais, consequência do aumento das relações entre os países - processos sintetizados pelo termo globalização - engendrou novos fenômenos sociais, que não podem mais ser explicados exclusivamente no âmbito das sociedades nacionais. Problemas globais precisam, agora, ser investigados levando em conta a articulação das sociedades nacionais em torno desses novos desafios.

A criação de um espaço transnacional de pesquisa sociológica não exclui a existência das sociologias nacionais, que ainda investigam problemas associados à realidade complexa e mutável de seus países. A coexistência dessas duas perspectivas permitiu, por um lado, a abertura de novas frentes de trabalho, agora focadas nos problemas gerados pela globalização; e por outro, na constituição de novas pesquisas sobre as sociologias que vinham sendo feitas em cada país, situada nos termos de uma sociologia reflexiva ou sociologia da sociologia (MARTINS, 2017).

A reflexão sobre a constituição das sociologias nacionais aberta por essa possibilidade de contato mais profícuo com as demais sociologias produzidas em distintos contextos locais pressupõe a análise dos condicionantes, nos termos de Carlos Benedito Martins, nos âmbitos regionais, locais, nacionais e supranacionais que interferem na produção sociológica nesses novos tempos. Um desses condicionantes é o estímulo à internacionalização das produções nacionais seja por incentivos de intercâmbios entre os docentes e suas produções, aspectos relevantes nas avaliações produzidas nacionalmente sobre os programas de pós-graduação e

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

internacionalmente sobre as universidades, seja através da ampliação, nos países periféricos, na utilização da língua inglesa para a divulgação de suas pesquisas.

O maior contato entre os sociólogos de diversos países e suas produções ocorre em esferas marcadas por estruturas assimétricas de poder decorrentes da distribuição desigual de recursos materiais e infraestrutura necessária para o desenvolvimento das universidades e das pesquisas, bem como as diferentes reputações acadêmicas e o financiamento disponível para pesquisa em cada país. A grande concentração de publicações de artigos em revistas internacionais de Sociologia na Europa e na América do Norte comprova a assimetria existente na formação de um espaço transnacional na disciplina (MARTINS, 2017; GINGRAS, MOSBAH-NATANSON, 2010).

Uma avaliação mais pessimista das mudanças pelas quais a Sociologia enquanto campo vem passando nas últimas décadas faz referência ao futuro da disciplina no âmbito do esgotamento da sociedade que a teria engendrado. Alguns autores acreditavam que a disciplina teria chegado ao seu fim, já que a sociedade moderna, base do seu desenvolvimento, também estaria no fim. Os debates sobre o futuro da disciplina tiveram impacto nas discussões sobre a ênfase da formação dos sociólogos em pelo menos dois âmbitos: um acadêmico, voltado para o trabalho de pesquisa, outro na diversificação de atuação dos sociólogos (WEBER, 2005).

É nesse contexto de (re)pensar o fazer sociológico reflexivamente, no âmbito das transformações mais recentes da sua constituição disciplinar, e nos impactos na formação de novos quadros que esta pesquisa se encontra. Mais especificamente: como essas mudanças, a nível global, afetaram o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, especialmente em relação à produção de conhecimento sociológico (agenda de pesquisa e matrizes teóricas) no país são objetos de investigação no presente trabalho.

A Sociologia brasileira tem como marco da sua institucionalização a década de 1930 com a criação dos cursos na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1933 e na Universidade de São Paulo (USP), em 1934. A criação e o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil em meados da década de 1960 consolidou a expansão das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia iniciada décadas anteriores, com o incremento na quantidade de pesquisas realizadas, artigos e livros publicados, formação de docentes para o ensino superior, aumento na quantidade de cursos na graduação, entre outros marcos da institucionalização da Sociologia no Brasil.

[...] A partir de meados da década de 1970, a pós-graduação em sociologia intensificou seu processo de institucionalização na esteira do sistema nacional de pós-graduação que expandiu em ritmo veloz, abarcando todas as regiões do país,

propiciando a constituição de uma vigorosa comunidade de sociólogos profissionais. Neste processo de expansão dos Programas de Pós-Graduação na área de sociologia, surgiram novos periódicos, de amplitude regional ou nacional, alguns deles voltados para áreas temáticas específicas e/ou subcampos da disciplina.” (MARTINS, 2017, p.14)

Numa análise recente sobre a atividade de pesquisa dos programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil, Maria Stela Grossi Porto (2005) aponta para uma especialização do campo em sintonia com as mudanças e transformações da sociedade. Uma das características mais marcantes da Sociologia no Brasil apontada por vários autores (WERNECK, CARVALHO, MELO, 1995; VILLAS BOAS, 2007) é o seu caráter de resolução dos problemas sociais.

Dada a centralidade dos programas de pós-graduação em Sociologia para a institucionalização do campo no Brasil, com a produção de conhecimento científico, o objetivo deste trabalho é analisar como o desenvolvimento da pós-graduação em Sociologia no Brasil refletiu as mudanças teóricas no âmbito da Sociologia. Dito de outra forma, como essas mudanças chegaram ao contexto nacional, se elas se institucionalizaram e tomaram forma nos programas de pós-graduação por meio da análise das linhas e projetos de pesquisa dos programas. A combinação, na análise, das linhas de pesquisa e dos projetos nos permite identificar as permanências, ou tradições do programa, já que são fixas e mais difíceis de serem alterações; e ao mesmo tempo nos possibilita identificar as mudanças trazidas pelos projetos de pesquisa, que dão dinamismo ao programa.

O desejo de fazer uma análise sociológica da Sociologia brasileira nos seus processos de institucionalização, desenvolvimento e expansão sobretudo da atividade de pesquisa, materializada nos programas de pós-graduação é o que alimenta esta pesquisa. Para isso foram utilizados os dados fornecidos pela CAPES sobre os programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil com a posterior construção de um banco de dados com as informações encontradas numa tentativa de mapeamento da produção sociológica brasileira.

Foram escolhidos dez programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil para uma análise mais aprofundada das mudanças ocorridas nas linhas de pesquisas dos programas e das pesquisas desenvolvidas nas mesmas. Os critérios para a seleção desses programas levaram em conta: a distribuição regional dos programas, o conceito de avaliação da CAPES e o ano de criação. Os programas mais antigos e melhores avaliados tiveram preferência de escolha porque acreditamos que será possível acompanhar com mais consistência os movimentos teóricos da Sociologia no desenvolvimento dos mesmos. Acompanhando a distribuição regional e observando os critérios acima foram escolhidos quatro programas no

Sudeste [Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)], dois no Nordeste [Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)], dois no Sul [Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)], um no Centro-Oeste [Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB)] e um no Norte [Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA)]. A análise foi feita em três níveis. O primeiro levou em conta os programas isoladamente, mapeando as linhas e projetos de pesquisas desenvolvidos; o segundo abarcou os programas do ponto de vista regional e o terceiro compreendeu a totalidade dos programas.

A dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro sintetiza, sem pretensões de esgotamento, o desenvolvimento da Sociologia desde o surgimento na Europa do século XIX até a primeira década do século XXI, passando pela constituição da disciplina no Brasil; o segundo traz um balanço da formação do sistema de pós-graduação no Brasil com seus marcos institucionais, além do desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Sociologia com o processo histórico de constituição, o perfil dos programas existentes atualmente no Brasil (instituições, regiões, ano de criação, entre outros dados) e uma análise dos desafios à expansão dos programas. No terceiro há uma discussão preliminar das linhas e projetos de pesquisa dos programas e a sua relação com os movimentos teóricos da Sociologia.

1.SOCIOLOGIA: UMA CIÊNCIA EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

A Sociologia, enquanto ciência específica do social, surgiu no século XIX, mas seu desenvolvimento é fruto dos debates intelectuais do século XVIII e das grandes mudanças e transformações que atingiram a Europa, sobretudo a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que marcaram o fim da sociedade feudal, o início da modernidade e do desenvolvimento da sociedade capitalista (CUIN, GRESLE,2017a; MARTINS, 1994). Nesse cenário, vários intelectuais, desde Saint-Simon, passando por Auguste Comte, Herbert Spencer e Alex Tocqueville, produziram reflexões sobre a vida em sociedade e a relação entre os indivíduos, movidos pelos novos problemas introduzidos pelas mudanças provocadas na organização social. A preocupação com o estabelecimento da ordem e da harmonia se impõe a esses intelectuais como uma consequência da revolução e suas alterações na estrutura social. Se fazia necessário fundar uma nova ciência da sociedade que conferiria sentido e estabilidade à nova ordem.

Enquanto resposta intelectual à ‘crise social’ de seu tempo, os primeiros sociólogos irão revalorizar determinadas instituições que segundo eles desempenham papéis fundamentais na integração e na coesão da vida social. A jovem ciência assumia como tarefa intelectual repensar o problema da ordem social, enfatizando a importância de instituições como a autoridade, a família, a hierarquia social, destacando a sua importância teórica para o estudo da sociedade (MARTINS, 1994, p.16).

As correntes teóricas fundadas por eles disputavam espaço com outras disciplinas mais consolidadas e delimitadas, como a Filosofia e a Psicologia, e que assumiam o papel de refletir sobre os fenômenos sociais. Faltava uniformidade e demarcação de fronteiras que distinguíssem a nascente ciência do social dos demais campos do saber já estabelecidos. Essa tarefa foi enfrentada primeiro por Emile Durkheim, responsável pela definição de um objeto e de um método específicos para a Sociologia e pela entrada da disciplina no meio universitário em 1887 na faculdade de letras de Bordeaux, importante marco da institucionalização da disciplina (CUIN, GRESLE,2017a).

A unidade produzida por Durkheim em torno de um objeto e uma metodologia específica para a Sociologia convivia com disputas teóricas em torno do significado e do lugar da disciplina na vida acadêmica. A multiplicidade de perspectivas teóricas e paradigmas é uma das marcas da Sociologia desde sua constituição e está intimamente relacionada à fragmentação da sociedade. Essa característica particular da sociedade moderna deu origem a várias tradições ou correntes teóricas na Sociologia.

Randall Collins (2009) categorizou o pensamento sociológico em quatro grandes tradições, que orientam a produção científica e funcionam como paradigmas² para o desenvolvimento da Sociologia: Tradição do conflito, tradição durkheimiana, tradição microinteracionista e tradição utilitarista. Fundada por alemães, a tradição do conflito agrega as teorias marxistas e weberianas. Embora em perspectivas opostas, os dois autores se dedicaram ao estudo do capitalismo, da estratificação social, do conflito político a partir de uma dimensão histórica, o que permite a junção deles em um mesmo paradigma. De origem francesa, a tradição Durkheimiana tem como foco a manutenção e a preservação da ordem social e pode ser subdividida em dois grupos: o primeiro se dedicou ao estudo da macroestrutura, a partir do funcionalismo, indo desde Comte e Spencer, passando por Durkheim e chegando até Robert Merton e Talcott Parsons que desenvolveram e aprofundaram os debates do funcionalismo nos Estados Unidos. O segundo tem como foco as práticas de grupos particulares, sobretudo com atenção aos processos simbólicos e rituais da vida social tendo como representantes: Radcliffe-Brown, Marcel Mauss, Erving Goffman, entre outros antropólogos. A tradição microinteracionista, desenvolvida nos Estados Unidos, engloba o interacionismo simbólico de Charles Horton Cooley, Herbert Blumer e Erving Goffman, a fenomenologia e a etnometodologia de Alfred Schutz e Harold Garfinkel. Ambas com o enfoque no indivíduo. Por fim, a tradição racional-utilitarista, desenvolvida na Inglaterra, que reúne a teoria das trocas ou a teoria da escolha racional, tem na escolha racional voltada para alcançar os interesses individuais maximizados o seu objeto. Essa tradição tem como marco John Locke, passando por Adam Smith, John Stuart Mill, entre outros.

As tradições se desenvolveram em fronteiras territoriais demarcadas, o que reforça a ideia de que a Sociologia tem como marco de sua constituição as sociedades nacionais como unidades autônomas (LEPENIES, 1996; COLLINS, 2009; CUIN, GRESLE, 2017a). Apesar disso, no final do século XX, as demarcações foram desfeitas progressivamente, com um intercâmbio e uma mistura entre as tradições e os países, exceto pela França que parece se manter fiel à tradição fundada por Durkheim (COLLINS, 2009).

² A noção de paradigma, assim como foi elaborada por Thomas Kuhn no livro *A estrutura das revoluções científicas*, faz referência a uma teoria, eleita num determinado momento histórico como aquela capaz de fornecer os pressupostos básicos de funcionamento desse campo, que tem um objeto e uma metodologia bem definidos. Os problemas teóricos bem como as possíveis soluções para eles fazem parte dessa teoria, orientando a produção de conhecimento. A Sociologia, assim como as Ciências Sociais, são fundadas pelo dissenso, constituindo-se enquanto ciências multiparadigmáticas. Para aprofundar essa discussão cf. Kuhn, 1975; Alexander, 1987.

A Sociologia estava associada, desde o seu surgimento, não apenas a reflexões sobre a sociedade, mas a uma dimensão prática, de interferência no real, seja para manter ou alterar as bases da sociedade, impactando os rumos da civilização. Se é verdade que o pensamento científico se desenvolve em uma íntima ligação com a sociedade que a engendra, para a Sociologia essa associação é ainda mais forte e verdadeira.

O século XX foi marcado por duas grandes guerras mundiais que tiveram impacto no desenvolvimento da disciplina sobretudo na Europa. O desenvolvimento e a renovação da Sociologia francesa foram afetados pela morte de Durkheim e seus discípulos no final da Primeira Guerra, o que demonstra a importância pessoal de sua figura e a liderança exercida por ele para o florescimento e institucionalização da Sociologia na França. Ao longo da década de 1920, algumas obras foram publicadas, como alguns manuscritos de Durkheim, mas depois disso os conflitos e a interpretação da obra durkheimiana somada à ausência de seu líder foram responsáveis pelo declínio da Sociologia francesa.

[...] A vitória da escola durkheimiana na virada do século não foi, portanto, apenas a de um talentoso grupo organizado por um mestre insubstituível, mas antes de tudo a de uma doutrina política e moral cujo esplendor havia passado. À falta de demanda social (que ela, sem dúvida, não tinha os meios para criar), e devido a um gosto mais voltado à síntese do que à análise, essa sociologia não conseguiu ampliar seu campo de pesquisa para a realidade social contemporânea(...) (CUIN, GRESLE,2017b, p.24).

Analisando as principais temáticas desenvolvidas no período pela Sociologia francesa percebemos, novamente, a influência e o legado deixado por Durkheim na produção de conhecimento. Dentre elas podemos citar as pesquisas sobre moralidade, religião, direito, educação e pedagogia, morfologia social.

Indo na contramão da França, a Sociologia alemã se desenvolveu após a Primeira Guerra Mundial. A obra de Ferdinand Tönnies sobre a comunidade e sociedade foi a grande referência do período entre guerras porque sintetizava a inquietação no meio intelectual entre o avanço da sociedade moderna burguesa e a ameaça que isso representava em relação à organização e aos valores comunitários, que simbolizavam o passado alemão (CUIN, GRESLE,2017b). É verdade que essa comparação é um pouco desigual, já que na França a Sociologia contava com mais prestígio e reconhecimento entre os pares e entre a sociedade civil em relação àquela desenvolvida na Alemanha, que apesar de possuir sociólogos reconhecidos em todo o mundo, não tinha uma unidade, se desenvolvendo de forma mais lenta e gradual, com avanço após a Primeira Guerra.

A década de 1920 na Alemanha foi marcada pela criação de diversas revistas, dando fôlego à produção que ao mesmo tempo que crescia, mostrava a sua dispersão em função da ausência de um paradigma que unificasse a disciplina, como na França com a escola sociológica francesa. O que unia os sociólogos da época era a definição da Sociologia como uma ciência do espírito, e o desenvolvimento de pesquisas abrangentes. Apesar disso, houve uma proliferação dos campos de pesquisas, nos quais a influência de Weber é percebida, privilegiando as áreas da cultura com Alfred Schutz e Norbert Elias; a sociologia do conhecimento, com Karl Mannheim; a sociologia política com Robert Michels, entre outras.

A chegada de Hitler ao poder marcou o declínio da Sociologia alemã, que sofreu perseguição na década de 1930. A maioria das revistas se extinguiu e os sociólogos de origem judaica emigraram para outros países como Inglaterra e Estados Unidos, local onde a sociologia alemã teve prosseguimento.

Se ao longo do século XVIII e início do XIX a Sociologia se desenvolveu sobretudo nos países europeus, que detinham a hegemonia na produção de conhecimento, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos despontam como uma grande potência econômica, deslocando para lá grande parte da produção de conhecimento sociológico e científico de maneira geral. É importante frisar que desde as décadas de 1920 e 1930, a Escola de Chicago já aparecia como um importante local de produção de conhecimento sociológico, sobretudo em relação às pesquisas empíricas voltadas para as questões urbanas e, posteriormente, para os fenômenos da interação social; mas ao final da Segunda Guerra, os EUA se tornam o principal centro de produção de conhecimento científico no mundo.

Depois desses começos promissores na Alemanha e na França, as convulsões da política mundial fizeram com que boa parte da Sociologia passasse a ser feita nos Estados Unidos. Os nazistas odiavam a Sociologia, e no período que se estendeu de 1933, com a ascensão dos nazistas ao poder, até o final da Segunda Guerra Mundial, os sociólogos alemães ou foram mortos, ou se refugiaram em outros países. (...). O resultado disso foi que os Estados Unidos se tornaram uma miscelânea da Sociologia mundial e experimentaram uma mistura e um desenvolvimento de diferentes posições. A conjunção da riqueza com a grande extensão do sistema universitário dos Estados Unidos lhe ofereceu as condições de assumir a liderança mundial durante um tempo, tanto no domínio da teoria quanto das pesquisas (COLLINS, 2009, p.47/48).

A ênfase por uma abordagem empirista dos fenômenos sociais de pequenos grupos desenvolvida na Escola de Chicago virou referência não só para a Sociologia americana no pós-guerra, como para a Sociologia desenvolvida em outros países, colocando a questão dos métodos e técnicas de pesquisa no centro das atenções. A consequência desse processo foi

uma ruptura do estilo de trabalho realizado pelos clássicos da Sociologia que davam destaque para grandes questões históricas como a formação do capitalismo. Por outro lado, o modelo formulado pela Escola de Chicago, com foco no trabalho de campo e no estudo de um objeto empírico específico contribuiu para uma mudança no tipo de produção sociológica, voltada para a resolução dos problemas sociais, de caráter pragmático (MARTINS, 1994; CUIN, GRESLE, 2017b). Por essa razão, as pesquisas realizadas por meio de questionário, que conseguiam quantificar os comportamentos e atitudes de indivíduos através da criação de variáveis, são o instrumento de pesquisa privilegiado nos Estados Unidos.

Nas duas décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da Sociologia nos países da Europa foi fortemente influenciada pelo modelo norte-americano. Em função da sua organização, profissionalização e reconhecimento, a Sociologia desenvolvida lá parecia ser o único modelo possível. Essa influência teve, inclusive, uma dimensão material com o financiamento das pesquisas, intercâmbio entre pesquisadores, traduções de obras, entre outros aspectos. O impacto da adoção desse modelo entre os países, sobretudo da Europa ocidental, culminou no abandono ou no fracasso das tentativas de elaboração de grandes sistematizações teóricas em favor de uma Sociologia pragmática de caráter empírico, voltada para a resolução dos problemas sociais imediatos, com resultados que podem ser verificados empiricamente.

A reconstrução da Sociologia na França no pós-guerra foi mais uma iniciativa de alguns intelectuais individualmente do que um esforço político e intelectual coletivo. Nomes como Jean Stoezel, Georges Gurvith e Georges Friedmann foram responsáveis pela criação, nas décadas de 1940 e 1950 de institutos, centros de pesquisa e revistas com o objetivo de renovar a produção sociológica num ambiente intelectual desfavorável à Sociologia (CUIN, GRESLE, 2017b). A partir de 1958, entretanto, a Sociologia francesa teve um período de maior crescimento no pós-guerra. Com a criação por Raymond Aron dos cursos de graduação e de doutorado em Sociologia na Sorbonne, o lançamento de três importantes revistas acadêmicas e a fundação da Sociedade Francesa de Sociologia em 1962 criaram condições institucionais para o desenvolvimento da disciplina, que implicou num aumento da produção e diversificação temática como a educação e o ensino, lazer, organizações, meios de comunicação de massa, a condição feminina, entre outros.

Essas mudanças foram responsáveis pela reconfiguração do modelo sociológico inaugurado por Durkheim, liderança intelectual que unificou a produção sociológica sob o paradigma da escola sociológica francesa. As décadas de 1950 e 1960 viram nascer na França uma Sociologia mais plural, com a coexistência de várias correntes teóricas, com lideranças

de diversas formações e orientações intelectuais. Nesse contexto de afastamento da tradição clássica da Sociologia há uma aproximação com o empirismo norte-americano que era o modelo à época, e que veio associada a uma demanda social de compreensão e intervenção em uma realidade social marcada por grandes transformações.

O final da década de 1960, especialmente, o ano de 1968, marca um período de efervescência social, cultural e política no mundo ocidental. Nesse contexto, a Sociologia ocupou um lugar de destaque no debate intelectual de muitos países, que foram responsáveis, sobretudo na tradição anglo saxã e francesa, pela explosão de paradigmas teóricos (CUIN, GRESLE, 2017b).

O crescimento e a expansão da Sociologia norte-americana na década de 1970, expressos por um aumento do financiamento e das associações profissionais, ocorreram simultaneamente a uma grande crise econômica e social. O impacto desse processo na constituição disciplinar resultou no desenvolvimento de correntes teóricas hostis ao funcionalismo e à hegemonia de Parsons na teoria social e que deram ênfase na análise do indivíduo e da ação social. A partir desse contexto surgiram a sociologia crítica, destacando o papel político dos sociólogos na crítica da ordem social estabelecida; teorias derivadas do interacionismo simbólico como a teoria da ‘rotulagem’, o modelo dramaturgic de Goffman e a etnometodologia de Garfinkel, ambas com foco nos efeitos da interação social para a construção da realidade social.; as teorias da escolha racional fruto de problematizações das teorias de Parsons, sobretudo à sua generalidade, não podendo explicar os comportamentos individuais concretos; e por fim um retorno a sociologia histórica, impulsionada pelas restrições financeiras para a realização de pesquisas de campo.

Os novos paradigmas persistem na tradição norte-americana com algumas modificações, alterações e acúmulos. Apesar disso, convivem com a forte ênfase em pesquisas empíricas que articulam técnicas qualitativas e quantitativas.

A Sociologia francesa nos anos 1970 e 1980, por sua vez, foi influenciada pelo período de crescimento econômico e reestruturação social do país, que trouxe para o debate as relações entre atores sociais e estrutura. Houve uma multiplicação dos temas de interesse e dos pesquisadores, voltada para pesquisas que se concentraram em questões práticas e problemas sociais como a imigração, o desvio, a educação, a exclusão, entre outros (CUIN, GRESLE, 2017b). Nesse contexto, as teorias da ação floresceram a despeito da centralidade atribuída à estrutura na Sociologia francesa.

Quatro paradigmas teóricos foram proeminentes na França a partir da década de 1980 e todos eles conferem destaque a agência, a despeito das diferenças de intensidade. Como

representantes desses paradigmas temos Pierre Bourdieu e a ênfase nos mecanismos de reprodução da estrutura social pelo comportamento dos agentes; Raymond Boudon e o individualismo metodológico, que leva em conta a ação intencional dos agentes sociais em contextos de interação para compreensão dos fenômenos sociais; Michel Crozier e o modelo estratégico, que concebe os fenômenos sociais a partir da articulação entre sistema e atores sociais, sendo as organizações sociais fruto de uma construção social resultante das estratégias dos agentes; e Alain Touraine e o acionismo que tem seu foco no processo de formação da ação social. Esses paradigmas permanecem como referências na Sociologia francesa seja para continuidade, defesa ou para crítica.

Sem poder falar de ainda verdadeiras ‘escolas’, podemos afirmar que a grande maioria dos trabalhos atuais está relacionada mais ou menos diretamente com um ou outros desses paradigmas, e que eles os discutem. A esse respeito, a sociologia francesa aparece como sendo significativamente mais integrada do que sua contraparte anglo-saxã que, mais fragmentada ainda no nível paradigmático, sofre com a existência de uma grande dicotomia entre elaborações teórica e abordagens empíricas (CUIN, GRESLE; 2017b, p.133)

O desenvolvimento da Sociologia nos anos 1970 e 1980, sobretudo nos Estados Unidos e na França, apresentam como tendência, para as décadas seguintes: o fim da hegemonia das teorias de caráter funcionalista e holista, onde há uma separação bem delimitada da estrutura social e ação individual. Essas décadas viu florescer, com mais força, a ênfase no papel do agente na produção e reprodução das estruturas, numa tentativa de aumento da integração entre indivíduo e sociedade (CUIN, GRESLE, 2017b). Isso marca também um afastamento e uma decomposição das teorias clássicas como paradigmas para orientação do trabalho científico. Novas teorias e tradições diversas disputam esse espaço.

O deslocamento da centralidade das teorias clássicas inaugurou, já na década de 1990, uma crise na disciplina marcada, entre outras coisas, pela perda da capacidade explicativa e de adequação à nova realidade, dos conceitos clássicos como sociedade, comunidade, capitalismo, classe social, consciência coletiva, que davam base para o desenvolvimento das pesquisas. Há uma alteração no fazer sociológico e no seu objeto, que deixa de ter como foco a estrutura social, direcionando-se para o agente da ação social. O indivíduo passa a ter a centralidade que já foi ocupada pela sociedade na teoria social (IANNI,1991).

É importante ressaltar que o debate sobre o objeto da Sociologia bem como a delimitação das suas fronteiras epistemológicas são permanentes, o que faz dela uma ciência que constantemente repensa suas próprias bases e que tem na crise e na disputa de paradigmas teóricos, o motor de seu desenvolvimento.

Há algo de imaginário no debate sobre a crise da sociologia. Se é verdade que há impasses reais no presente, também é verdade que as controvérsias sobre o seu objeto são mais ou menos permanentes. Dizem respeito às exigências da produção intelectual. Com a singularidade de que a sociologia é uma ciência que sempre se pensa, ao mesmo tempo que se realiza, desenvolve, enfrenta impasses, reorienta. Talvez mais do que outras ciências sociais, ela se pensa de modo contínuo, criticamente. Há uma espécie de sociologia da sociologia em toda a produção sociológica de maior envergadura (IANNI, p.1991, p.199).

A consequência da perda de centralidade das teorias clássicas em detrimento de novos paradigmas teóricos que focalizam a agência e o ator social em relação à estrutura é o declínio da dimensão histórica nas análises sociológicas (IANNI,1991). Isso traz um prejuízo para análises de processos sociais, relações de dominação e poder que constituem as sociedades e seus fenômenos de forma continuada. Nas novas perspectivas teóricas, as sociedades passam a ser estudados do ponto de vista sincrônico ou abstrato.

O modelo de desenvolvimento da Sociologia no século XX esteve centrado, como vimos, nos países da Europa, sobretudo França, Alemanha e Inglaterra, e nos Estados Unidos, potências econômicas e políticas que se fortaleceram nas duas grandes guerras mundiais e nos fenômenos associadas a elas, como o imperialismo e o neocolonialismo. Apesar da manutenção dessa hegemonia na produção de conhecimento na Sociologia, verificada pela quantidade de revistas, artigos publicados, de associações profissionais, entre outros parâmetros, as décadas de 1990 e 2000 começaram a indicar uma alteração no padrão de produção do conhecimento, influenciada pela Globalização e pelo maior intercâmbio entre os países do ‘centro’ e os demais países (MARTINS, 2017; HEILBRON,2016).

O aumento no intercâmbio e na troca entre os países contribuiu para a criação de áreas transnacionais de produção e circulação de conhecimento sociológico, antes mais restrita aos países. Intercâmbios regionais também foram favorecidos, alterando, pelo menos em parte, o ‘fazer sociológico’ do século anterior (HEILBRON,2016).

É importante destacar que o intercâmbio entre os países já ocorria desde o século XIX, se expandindo consideravelmente e alcançando regularidade no final da Segunda Guerra Mundial com a criação de instituições como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a *International Sociological Association* (ISA), o aumento da circulação de conceitos e ideias do hemisfério norte para países do sul através de traduções de obras, conferências internacionais, entre outros mecanismos, mas esse contato ainda estava inserido no modelo de desenvolvimento assentado nos Estados -Nação e nas sociedades nacionais, com destaque para os países centrais. É com a Globalização que a internacionalização atinge outro patamar. Apesar disso, as assimetrias e desigualdades presentes na produção e circulação do conhecimento que favorecem os países do hemisfério

norte, ainda permanecem, mantendo o modelo centro-periferia estruturante na produção de conhecimento nas ciências sociais (HEILBRON,2016; KEIM,2010).

[...]Aunque aquí no hay una ruptura clara, aquello a lo que comúnmente se refiere como “globalización” puede ser visto como la tercera fase en este proceso de internacionalización. Con el colapso de los regímenes comunistas en Europa del Este y la emergencia de economías avanzadas en Asia y varias partes del hemisferio sur, en combinación con el rápido desarrollo de las nuevas tecnologías de la comunicación, la circulación internacional del conocimiento entró en una nueva etapa. Aunque muchos aspectos de las ciencias sociales más “globales” de la actualidad todavía son bastante difusos, hay suficiente evidencia empírica para examinar al menos algunas de las características principales de este campo globalizante de las ciencias sociales (HEILBRON,2016, p.25/26).

A manutenção do modelo centro-periferia, mesmo num mundo globalizado, é mensurada, entre outros parâmetros, pela quantidade de artigos publicados pelos países nas revistas internacionais. Só os países da América do Norte (Estados Unidos e o Canadá) são responsáveis por 52,2% dos artigos indexados no *Social Science Citation Index*, a Europa (27 países da União Europeia mais Suíça, Noruega, Islândia, Albânia e os ex-países iugoslavos) concentra 38% entre os anos de 1980 e 2007. Se consideramos o número de periódicos, a hegemonia dos Estados Unidos e dos países europeus se confirma. Juntos concentram 92,6% do total de revistas nas Ciências Sociais entre 1980 e 2007 no mesmo indexador. Dois terços delas são publicadas em quatro países (Estados Unidos, Reino Unido, Holanda e Alemanha) (GINGRAS, MOSBAH-NATANSON, 2010).

A hegemonia dos Estados Unidos e dos países europeus fica mais evidente com a análise das citações dos artigos. Entre os anos 1993-1995 e 2003-2005 com base nos 200 periódicos mais citados no *Social Science Citation Index*, é possível identificar um predomínio das citações de artigos publicados nos Estados Unidos ou na Europa em todas as regiões. Mais da metade de citações de artigos produzidos na África tem como origem a Europa; assim como na América Latina e Ásia, a maioria das citações faz referência a trabalhos produzidos nos Estados Unidos. Por outro lado, a maior parte das citações na Europa e nos Estados Unidos são endógenas, o que revela a influência que a literatura produzida nesses países tem no cenário internacional e a relação de dependência estabelecida entre os países periféricos e os países centrais (GINGRAS, MOSBAH-NATANSON, 2010). O reduzido número de traduções para o inglês de obras produzidas em outros idiomas pode ser um dos aspectos explicativos para a baixa circulação nos países centrais de obras elaboradas em outros contextos. Em resumo, se por um lado a globalização teve efeitos positivos no crescimento da produção de artigos e no aumento do número de periódicos em

todo o mundo, ela favoreceu sobremaneira os países já dominantes: Estados Unidos e países europeus.

Falar em Ciência Social global é fazer referência a um duplo processo que se desenvolveu nas últimas décadas do século XX. Num sentido *lato*, a expressão se refere à expansão das Ciências Sociais pela maioria dos países no mundo, o que tem reflexos em associações profissionais nacionais ou locais. Em sentido *stricto*, é entendida pela criação e desenvolvimento de instituições (revistas, redes, associações) globais que promovem a produção, circulação e recepção das obras em todos os países, com destaque especial para as redes transnacionais regionais, como o Conselho Árabe de Ciências Sociais (ACSS), Associação de Conselhos de Investigação em Ciências Sociais Asiáticas (AASSREC), o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e o Conselho para o Desenvolvimento das Investigações em Ciências Sociais na África (CODESRIA) (HEILBRON,2016).

1.1 Sociologia no Brasil

O surgimento da Sociologia enquanto campo disciplinar e científico no Brasil foi resultado do processo de modernização do país na década de 1930³. A institucionalização aconteceu quando existiam condições propícias e havia a necessidade de ter um novo tipo de profissional que orientasse as mudanças em curso. Uma dessas condições foi o surgimento das universidades, ampliando os espaços para pesquisa, produção de conhecimento e formação de novos profissionais no país somado aos recursos governamentais dedicados à pesquisa (MICELI, 1989).

Do ponto de vista institucional, a motivação para a criação de novos cursos, em especial o de Ciências Sociais, estava associada ao interesse de uma elite econômica e política do país em criar instituições modernas, capazes de formar lideranças econômicas, administrativas e políticas (OLIVEIRA, 1989). O que diferencia os processos de institucionalização das Ciências Sociais em regiões distintas é o grau de proximidade ou distanciamento dos mentores políticos, partidários ou confessionais, como veremos mais adiante.

[...]Não houve qualquer iniciativa institucional (empreendimentos educacionais ou centros de pesquisa e discussão) no campo das Ciências Sociais nesse período (1930-1964) dissociada das demandas do sistema político ou dos grupos empresariais nos mercados do ensino e da produção cultural. (...). As consequências

³ A despeito desse marco institucional, os fenômenos sociais já vinham sendo analisados pela perspectiva sociológica desde o final do XIX, sobretudo nos trabalhos de Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Alberto Torres, entre outros intelectuais, precursores das Ciências Sociais no Brasil.

disso repercutem tanto sobre as orientações doutrinárias (metodológicas, teóricas, político-partidárias) o perfil dos objetos selecionados para investigação, os conteúdos substantivos da produção acadêmica, como no que concerne às carreiras intelectuais e profissionais dos cientistas sociais (MICELI, 1989, p.73).

Alguns autores (MICELI, 1989; ORTIZ, 1990; OLIVEIRA, 1989) dividem a história das Ciências Sociais no Brasil em dois momentos: o primeiro da institucionalização, de 1930-1964, marcado pela pouca diferenciação disciplinar e pelo número reduzido de formados e de dissertações e teses produzidas; o segundo, de 1964 a 1985, marcado pela expansão e consolidação das Ciências Sociais brasileiras com o surgimento de diversos programas de pós-graduação e a ampliação do financiamento de pesquisa, seja através das agências de fomento públicas (Capes, CNPq, Finep, Fundações de Amparo à Pesquisa) ou instituições privadas (Fundação Ford, Unesco).

1.1.1. 1930-1964: institucionalização das Ciências Sociais⁴

A década de 1930 é um marco na história brasileira. A passagem da Primeira República para a Era Vargas representou uma alteração na forma de organização política do país, apressando passos em direção à modernização com o fomento à industrialização e a expansão da urbanização. Parte da elite intelectual da época acreditava que a construção de um novo país passava pela formação orientada por esses novos valores. Tal convicção embasou o projeto que deu origem às primeiras universidades no Brasil, ainda na década de 1920, com a Universidade do Rio de Janeiro⁵.

No que se refere às Ciências Sociais, duas instituições são consideradas por boa parte da literatura (MICELI, 1989; ALMEIDA, 1989, LIMONGI,1989; LIEDKE FILHO, 2005) como o ponto de partida da produção sociológica da perspectiva científica. São elas: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada por empresários em 1933 e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), fundada em 1934, ambas situadas na cidade de São Paulo. A cidade era o polo modernizante do país, o que propiciava condições ideais para o surgimento e a consolidação das universidades.

⁴ A menção às Ciências Sociais ao invés da Sociologia se deu em função da estreita ligação e impossibilidade de dissociação das disciplinas no processo de institucionalização no Brasil.

⁵ “A Universidade do Rio de Janeiro fora constituída em 1920 como uma reunião das escolas superiores da cidade, e em 1931 Francisco Campos, como primeiro ministro da Educação de Vargas, havia baixado legislação minuciosa dando-lhe um caráter integrado, a partir de uma faculdade de educação, ciências e letras que, entretanto, aguardaria vários anos para ser criada.” (SCHWARTZMAN,; BOMENY; COSTA, 1984, p.206/207). Em 1937 por lei n.º 452/37 passa a se chamar Universidade do Brasil (UB), que se estende até 1965, quando recebe a atual denominação Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[...] A urbanização e a industrialização, signos da modernização pela qual passavam os centros urbanos brasileiros, notadamente Rio e São Paulo, aliadas à efervescência política e cultural sem precedentes dos anos 20, criaram as condições necessárias para que certos segmentos restritos das camadas médias pudessem produzir todo um conjunto de inovações e de experimentos culturais modernos inéditos na história brasileira. O surgimento da universidade, desse modo, seria incompreensível sem a presença de condições sociais propícias (ARRUDA, 1989, p.124/125).

Apesar de serem fruto de um mesmo contexto histórico de formação marcado pelas tentativas de separação do estado de São Paulo do resto do Brasil e pela consolidação do mesmo como o centro econômico e modernizador do país, as duas instituições tinham concepções e atuações distintas. Enquanto a Escola Livre tinha como objetivo a formação de um corpo técnico para atuar na administração pública e privada, auxiliando nos processos de tomada de decisão em nível governamental, na USP o foco recaía sobre a formação de professores para atuarem na Educação Básica. De fato, isso significa que na Escola Livre havia uma ênfase em questões práticas, na produção de conhecimento orientada para a intervenção nos problemas nacionais e na USP as preocupações teóricas e voltadas para a reflexão eram mais perceptíveis. Essa diferença pode ser percebida na concepção dos cursos, na montagem dos currículos das duas instituições e na maneira de produzir conhecimento.

Por possuir uma ‘vocação’ para a formação de quadros técnicos e formulação de políticas públicas, a ELSP tinha na pesquisa empírica sua orientação epistemológica, pois era necessário produzir um conhecimento que auxiliasse na intervenção nos problemas nacionais. A grande inspiração para a montagem do curso da Escola Livre de Sociologia e Política foi a Sociologia americana, sobretudo a produzida na Escola de Chicago. A USP, por sua vez, mais inspirada na tradição da Sociologia francesa, acabou tendo sua referência mais forte nas preocupações teóricas. Apesar disso, as duas instituições tiveram como marco o paradigma estrutural-funcionalista, que era o modelo para a construção da Sociologia na Europa e nos Estados Unidos à época (LIEDKE FILHO, 2005).

A influência das tradições francesa e americana se concretizou com a vinda de professores estrangeiros para a montagem dos primeiros cursos, marco do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Donald Pierson chegou à ELSP em 1939 vindo da Escola de Chicago e foi responsável pela reorientação da instituição. Seu objetivo era conferir *status* efetivamente científico e profissional às Ciências Sociais brasileiras através do abandono da formação de quadros técnicos para a atuação na política. É neste momento que se configura uma mudança de perfil na formação, agora mais voltada para as questões acadêmicas. A criação do programa de pós-graduação em 1941 simboliza esta mudança de rumos. Apesar disso, a pesquisa empírica continua a nortear o trabalho científico

desenvolvido na Escola Livre, porque havia uma associação muito forte, vinda da Escola de Chicago, entre trabalho científico e pesquisa empírica. O pressuposto nessa associação é: fazer ciência envolve, necessariamente, um tipo de pesquisa, que é fruto de um treinamento específico, aprendido em campo, mas também na pós-graduação. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP seguiu outro caminho. Com uma formação teórica, baseada na Filosofia e na História, recebeu vários professores franceses para auxiliar na montagem dos cursos. A escola sociológica francesa foi a grande inspiração para a formação do curso da USP, sobretudo a tradição durkheimiana.

É possível, ainda, fazer uma distinção nas ênfases temáticas entre a ELSP e a FFCL. Nos primeiros anos, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP privilegiou temas ligados aos problemas culturais, como os estudos das religiões, da cultura camponesa e do folclore, em função da influência durkheimiana. A Escola Livre, por sua vez, teve, num primeiro momento, nos estudos de comunidade seu objeto central, influenciada pela Escola de Chicago (ORTIZ, 1990; LIEDKE FILHO, 2005).

Simultaneamente ao processo de criação dos cursos de Ciências Sociais em São Paulo, no Rio de Janeiro surgiram algumas iniciativas com o mesmo intuito. Dentre elas, a criação por decreto do governo federal da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 e a criação, em 1939, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Existem diferenças entre os processos de institucionalização em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas a principal delas diz respeito à proximidade e distanciamento das instâncias de poder e a relação com a autonomia das instituições. Pelo fato de ser capital federal à época, no Rio de Janeiro as instituições sofriam maior interferência política e do Estado. Isso se refletia não somente na estrutura das instituições, como no seu funcionamento interno. No Rio de Janeiro, instituições como a UDF e a Universidade do Brasil foram iniciativas públicas, criadas a partir do Ministério da Educação e Saúde. Em São Paulo, por outro lado, as instituições de ensino e pesquisas citadas anteriormente foram criadas pela iniciativa de uma elite econômica e empresarial.

Naquele contexto da década de 1930 marcado por reformas e guerras civis, a presença e a proximidade com o poder institucional no Rio de Janeiro implicaram num cenário de menor autonomia dessas instituições, argumenta Miceli (1989). Se por um lado, a preocupação dos intelectuais paulistas, sobretudo dos estrangeiros que vieram para auxiliar na montagem dos cursos, era transformar a sociologia brasileira em científica, com investimento em pesquisa empírica e treinamento de novos profissionais através do trabalho de campo, no Rio de Janeiro, pelo contexto político e por ser capital federal, a preocupação girava em torno

da busca por soluções para os problemas nacionais, numa perspectiva intervencionista. O que estava em disputa neste momento eram duas maneiras distintas de compreender o papel das Ciências Sociais na sociedade. O que deveria ser priorizado: ciência pura ou ciência aplicada? Este embate permaneceu vivo por muito tempo entre os intelectuais, que acabavam se posicionando em um dos polos. O embate entre Florestan Fernandes e Alberto Guerreiro Ramos na década de 1950 resumia as disputas em torno dos modelos de ciência feitos no Rio e em São Paulo. De um lado, Florestan era o defensor do modelo paulista de fazer ciência. Sua trajetória acadêmica confirma sua dedicação e esforço pessoal em favor da profissionalização da Sociologia enquanto uma ciência que tem método e objeto bem delimitados. Por outro, Guerreiro Ramos acreditava que a Sociologia deveria estar a serviço da resolução dos problemas sociais (ORTIZ, 1990).

Enquanto na capital federal vai se construindo uma hierarquia de objetos e problemáticas em função de sua relevância para o debate político mais amplo, o que equivale a dar prioridade aos conteúdos em detrimento dos procedimentos científicos, em São Paulo logo prevaleceu uma hierarquia propriamente acadêmica privilegiando os métodos de apropriação científica (a começar pelo trabalho de campo) e os focos de interpretação, substituindo a relevância política pela excelência intelectual (MICELI, 1989, p. 84).

Em virtude da proximidade com os espaços de decisão política, as instituições no Rio de Janeiro não prosperaram. A UDF criada por decreto em 1935 por Anísio Teixeira foi fechada em 1939, já no Estado Novo. A proposta de criação da universidade foi inspirada nos ideais de liberdade e autonomia da produção científica, modelo oposto ao vigente no país para a criação de universidades baseado na centralização e controle governamental (ALMEIDA, 1989). A Faculdade Nacional de Filosofia não alcançou a mesma autonomia que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP para se estruturar. Criada no contexto do Estado Novo, ela representava as concepções centralizadoras e autoritárias presentes nas instituições públicas fundadas no mesmo período. Era um exemplo da combinação entre autoritarismo e conservadorismo. A falta de autonomia pode ser percebida na montagem do quadro docente, que era feito por indicação do Ministério de Educação ao Presidente da República, que então escolhia os docentes. A interferência e a pressão tanto do centro de poder político como de atores ligados à Igreja Católica foram um dos responsáveis pelo insucesso das instituições, não fornecendo as condições necessárias para o processo de institucionalização.

[...] Tratava-se de uma produção que não se dirigia à comunidade acadêmica, nem tampouco aos cultores de conhecimento dileitante e desinteressado. Ao revés, os destinatários das Ciências Sociais eram a cidadania esclarecida e, antes dela, as elites políticas do país. Essa característica, que conferia especial vitalidade e tensão criadora à produção do período, talvez tenha contribuído, juntamente com as

dificuldades de institucionalização da pesquisa acadêmica, para o prolongamento da tradição do grande ensaio e pelo precário desenvolvimento de modalidades de organização do conhecimento, que as Ciências Sociais acadêmicas já haviam institucionalizado em outros países (ALMEIDA, 1989, p.216).

Outra instituição de pesquisa importante no Rio de Janeiro foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Fundado na década de 1950 por iniciativa governamental, o ISEB tinha como objetivo produzir conhecimento capaz de fornecer as bases para o desenvolvimento econômico e social do país, além de oferecer soluções para a promoção do mesmo. A temática do desenvolvimento foi um marco na Sociologia brasileira nos anos 1950, sobretudo no Rio de Janeiro. Existia na época uma ideologia em relação ao desenvolvimento, mensurável pelas taxas de urbanização e industrialização, segundo a qual, o desenvolvimento seria responsável pela promoção do bem-estar social no país. Os intelectuais do ISEB, como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré eram os ‘representantes’ dessa forma de pensar. Toda a produ o sociológica do ISEB estava a serviço deste propósito maior.

O ISEB pode ser visto como a expressão da produ o carioca neste período porque sintetiza as rela es dos intelectuais com a política institucional. Sendo criado com apoio do governo brasileiro, a inten o que estava implícita era que o grupo, além de elaborar teorias sobre desenvolvimento, justificasse as a es governamentais (OLIVEIRA, 1989). Por isso para muitos dos integrantes do ISEB, o envolvimento com a política institucional era um desdobramento natural de seu trabalho enquanto intelectual.

O sucesso ou insucesso no processo de institucionaliza o na compara o dos processos paulistas e cariocas se refere a alguns elementos fundamentais que são pressupostos nesse contexto. A institucionaliza o envolve a profissionaliza o, a cria o de um mercado de trabalho e um financiamento que assegurem a continuidade e regularidade do trabalho de pesquisa (OLIVEIRA, 1989). As institui es paulistas conseguiram, com maior nível de sucesso, alcançar esses requisitos e construir uma comunidade científica assentada em princípios de legitima o e reconhecimento com a cria o de uma rotina de trabalho e pesquisa mais organizada e estruturada. As institui es cariocas, em fun o do contexto histórico e político, não conseguiram fortalecer sua comunidade, nem criar uma rede de apoio para que intelectuais pudessem produzir com alguma estabilidade e segurança. Muitos dos intelectuais cariocas tinham outras profissões e viam o trabalho intelectual como uma ocupa o que não poderiam se dedicar com exclusividade. Apesar disso,   importante afirmar que existia uma vida intelectual na cidade, com intelectuais ativos, mas que não se

estruturavam e organizavam em torno das universidades. O ISEB é um exemplo de instituição, fora da universidade, que sintetizava a vida intelectual na cidade do Rio de Janeiro, sendo um espaço de produção de conhecimento, e também de encontros e debates políticos.

[...] A rigor, só existiu uma academia, na acepção das experiências europeias e norte-americanas, na Universidade de São Paulo, entendendo-se por isso uma atividade profissional permanente de docentes e pesquisadores em condições de fazer da universidade o centro de sua vida pessoal (afetiva e profissional), o lugar de suas realizações, o espaço prioritário da sociabilidade, o horizonte último de suas expectativas de melhoria social, a instância decisiva de reconhecimento do mérito científico e intelectual (ARRUDA, 1989, p.116).

Uma peculiaridade da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro era a desvinculação entre pesquisa e ensino. Em geral, a atividade de pesquisa não era desenvolvida nas universidades, mas sim em centros de pesquisas, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), fundado em 1958 por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) fundado em 1957 com o patrocínio da Unesco.

Do ponto de vista temático, nas décadas de 1930 e 1940 predominavam nas Ciências Sociais, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, o que se classificou como os ‘retratos ou interpretações sobre o Brasil’, com enfoque nos problemas nacionais, além do debate sobre relações raciais e democracia racial. Alguns intelectuais da tradição sociológica anterior à institucionalização como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda também se debruçaram sobre as mesmas questões legando à comunidade das Ciências Sociais obras que são hoje referências de interpretação do Brasil. Tais obras foram, em certa perspectiva, consideradas “ensaísticas” por não terem primado pelo que institucionalmente se convencionou como obra científica. Esta é uma das discussões que, revisitada por gerações seguintes, passou por crivo da crítica realocando-a em outros termos.

A década de 1950 marca uma preocupação teórica com os modelos de modernidade da sociedade brasileira, da passagem de uma sociedade tradicional para a sociedade moderna, além dos modelos de desenvolvimento nacional, com destaque para os temas: população, imigração e colonização, relações étnicas, contatos e assimilação, educação, história social, direito e ciência política, estudos de comunidade, análises regionais e Sociologia rural e urbana, entre outros, o que demonstra, já nesse momento, uma certa diversificação temática da produção sociológica brasileira (LIEDKE FILHO, 2005).

No que se refere à produção acadêmica, na primeira década de institucionalização, o número de dissertações e teses defendidas nas universidades é escasso, embora tenha alguma

regularidade. Segundo levantamento feito por Arruda (1989), entre 1939 e 1949 foram defendidas 22 teses (incluindo mestrado, doutorado, livre docência e cátedra/titularidade) nas Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História e Filosofia), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Nas Ciências Sociais no mesmo período foram defendidas três teses em Sociologia, duas em Antropologia e uma em Ciência Política. A década de 1950 é marcada pelo aparecimento do trabalho de pesquisa da primeira geração de sociólogos profissionais, com a defesa das teses e dissertações, tanto da ELSP, quanto da USP, com temáticas associadas aos problemas culturais, como os estudos religiosos, camponeses e sociedades indígenas e no Rio de Janeiro, sob influência do ISEB, predominaram os trabalhos sobre o desenvolvimentismo. Por fim, no início da década de 1960 há uma mudança temática em São Paulo, em função de uma leitura marxista do *O Capital*, predominando o estudo de objetos históricos-concretos como o empresariado, o operariado, o campesinato, os imigrantes, entre outros. Entre 1950-1960 o número de teses defendidas se manteve próximo à década anterior. Foram 24 ao total dentre as áreas de Ciências Humanas, nove em Sociologia, com aumento do número de dissertações de mestrado, uma em Antropologia e uma em Ciência Política. Este aumento das teses defendidas em Sociologia indica uma aceleração no ritmo de titulação e uma preocupação com a qualificação dos novos profissionais. Mas é entre 1961 e 1973 que se observa a completa rotinização do trabalho acadêmico, com o aumento exponencial do número de teses defendidas. No total foram 315 teses defendidas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sendo 116 em Sociologia, 36 em Antropologia e 13 em Ciência Política. A diferença na quantidade de teses defendidas dentre os campos das Ciências Sociais reflete a desigualdade no processo de institucionalização, no qual a Sociologia foi pioneira e se sobrepõe aos demais campos.

1.1.2 Expansão e consolidação das Ciências Sociais brasileiras (1964-1985).

O período entre 1964-1985 pode ser caracterizado pela maturidade do processo de institucionalização. A primeira geração, formada nas décadas de 30 e 40, já estava nas universidades formando uma segunda geração de cientistas sociais. A preocupação dos intelectuais deixou de ser com a busca de identidade profissional, marca do processo de institucionalização, e se transformou na preocupação com a definição do modo de produção sociológica, ou seja, com os critérios que orientam o trabalho científico (ORTIZ, 1990). Isso demonstra um maior grau de amadurecimento da comunidade científica.

Outra marca desse processo de amadurecimento é o grau de diferenciação entre as disciplinas formadas das Ciências Sociais. A Antropologia e a Ciência política crescem em importância, equiparando-se à Sociologia, em função da criação de departamentos e programas de pós-graduação específicos (JACKSON; BLANCO, 2014 *apud* JACKSON; BARBOZA,2017). A expansão dos cursos de graduação e pós-graduação para além do eixo Rio-São Paulo diminuiu a influência na produção de conhecimento dos dois estados, conferindo maior equilíbrio ao sistema.

As décadas de 1960/70 são marcadas pela criação de vários programas de pós-graduação nas Ciências Sociais, contribuindo para a ampliação da formação de novos quadros e de novas pesquisas. Entre eles destaco a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional vinculado a UFRJ em 1968, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1971; do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1969; do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco em 1967, e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) em 1970, entre outros. Esse impulso para a criação de diversos programas de pós-graduação no Brasil em várias áreas é decorrência direta do contexto de reformas educacionais no Brasil iniciados na década de 60, em especial do parecer nº 977/65 que institui a pós-graduação no país, como veremos de forma mais aprofundada no capítulo 2 (BOMENY, 2001).

Outra mudança importante neste período diz respeito à relação entre Ciência e Tecnologia e o Estado, com a criação de uma política de financiamento. A criação do CNPq (1951), da Capes (1951), da Finep (1971), indica um interesse do Estado no investimento em ciência e tecnologia como alavanca da modernização. Este investimento era feito em grandes projetos de cunho militar, como por exemplo, investimento em energia nuclear, em programa espacial e armamentos (SCHWARTZMAN, 2005). Embora a criação dessas agências tenha sido na década de 1950, foi na década de 1970 que ocorreu o maior investimento em ciência e tecnologia em diversas áreas. Além desse investimento, crescem também o mercado de bens culturais como o cinema, a televisão e o teatro.

Numa outra perspectiva teórica (LIEDKE FILHO,2005), o período entre os anos 1964-1985 é caracterizado pela crise e diversificação da Sociologia no Brasil em função do contexto político e social de instauração de governos autoritários e ditatoriais baseados em medidas repressivas, no país e na América Latina. Como consequência da repressão política e da cassação de direitos, podemos citar o fechamento do ISEB em 1964, a cassação de cientistas sociais em 1969, mas que configuram retrocessos localizados, já que foi nesse

período histórico que a Sociologia no Brasil alcançou a maior expansão institucional, sobretudo em relação à pesquisa, como supracitado.

Do ponto de vista temático, o período é marcado pelo desenvolvimento da teoria de dependência, sobretudo na década de 1970, que foi usada como modelo em diversos outros países, impactando a construção da sociologia hegemônica formulada na Europa e nos Estados Unidos (KEIM,2010; MAIA,2017). Outros temas ganham destaque nesse contexto como o modelo econômico-excludente, o modelo político autoritário, os movimentos sociais urbanos e rurais, o novo movimento sindical, a participação e o comportamento político, entre outros (LIEDKE FILHO,2005).

1.1.3 A Sociologia brasileira após-1985: busca por uma nova identidade

A redemocratização da sociedade brasileira produziu uma alteração nas temáticas desenvolvidas nas Ciências Sociais, no que se refere ao lugar ocupado pela sociedade civil. Nesse contexto, o estudo sobre movimentos sociais e identitários ganharam destaque na produção nacional (LIEDKE FILHO,2005). Seguindo a tendência de desenvolvimento da Sociologia em outros países, no Brasil há um predomínio das perspectivas microsociológicas, nas quais a agência assume centralidade em relação a análises estruturais das décadas anteriores, com privilégio da teoria do individualismo metodológico e da teoria da escolha racional.

A Sociologia no Brasil, no período dos anos 60 e 70 para os anos 90, vivenciou uma passagem de análises macrosociológicas de crítica ao modelo econômico-excludente do ‘milagre’ e de crítica ao modelo autoritário para uma microsociologização dos estudos. Em grandes linhas, verificou-se uma evolução temática da Sociologia brasileira nos seguintes termos: de grandes interpretações macroestruturais do modelo econômico-político-cultural do regime anterior, passou-se para a análise dos agentes e características da transição democrática, seguida dos temas da democratização necessária, dos movimentos sociais e da estratégia de reativação da sociedade civil. Rapidamente, ocorreu uma dissociação da questão dos movimentos sociais em relação a condições macroestruturais, passando a Sociologia a dedicar-se massivamente a focar as identidades e representações sociais dos movimentos urbanos e rurais, do movimento sindical, dos movimentos feministas e gay, do movimento negro e dos movimentos ecológicos (LIEDKE FILHO,2005, p.425/426).

Há uma mudança de abordagem e análise de questões que sempre fizeram parte da Sociologia no Brasil, como as relações raciais e o do movimento sindical. O enfoque deixou de ser grandes estruturas explicativas, para os processos microsociológicos de formação de identidade e representação social, a despeito da permanência desses temas. Além da

incorporação de novos temas na agenda de pesquisa como os processos identitários, estudos de gênero, população LGBT, Meio Ambiente, entre outros.

Junto com a volta da democracia e as implicações sociais e políticas associadas a ela, há também a inauguração na Sociologia brasileira de um período, ainda em aberto, de busca por uma nova identidade, marcado pela expansão de novos temas e abordagens teóricas, que pode ser mensurado, entre outras coisas, pelo crescimento no número de grupos de pesquisa no Diretório de grupos de pesquisa do CNPq (LIEDKE FILHO,2005). Há uma maior dispersão e fragmentação temática e teórica, boa parte das pesquisas se distancia da conjuntura política e as Ciências Sociais alcançam a profissionalização completa (JACKSON; BLANCO, 2014 *apud* JACKSON; BARBOZA,2017).

Uma característica da Sociologia enquanto campo científico é sua constante transformação, ocasionada, entre outras coisas, pelo seu caráter multiparadigmático (ALEXANDER,1987) e sua vinculação com os fenômenos sociais, que também estão em mudança e transformação. Por ser uma ciência em eterna mudança e permanentemente em crise, a Sociologia, sobretudo a desenvolvida no Brasil, se coloca a tarefa de construir balanços de sua produção científica, na tentativa de sistematizar as principais contribuições teóricas, metodológicas e conceituais de determinado período histórico. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), principal associação científica da área no país, produz sistematicamente balanços sobre o ‘estado da arte’ das Ciências Sociais no Brasil. Como exemplo é possível citar: “o que ler nas Ciências Sociais”, publicado em três volumes e organizado por Sergio Miceli em 1999 e “Horizontes das Ciências Sociais no Brasil”, também em três volumes, organizado por Carlos Benedito Martins e publicado em 2010. Esses últimos foram divididos nas áreas Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com a seleção dos campos temáticos que tiveram mais destaque na produção científica no país nos últimos anos. No caso específico da Sociologia, a coletânea congrega campos temáticos ‘clássicos’, que estão desde a origem da Ciências Sociais no Brasil e campos novos, que se constituíram mais recentemente. Entre os clássicos estão as áreas: Trabalho, Educação, Religião, Cultura, Classes e Estratificação, Desigualdade Social, Relações Raciais, Ações Coletivas, Campo, Cidade, Violência e Pensamento Social. Entre os temas incorporados recentemente na agenda de pesquisa é possível citar Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente em associação com os debates da Sociologia Rural (MARTINS, 2010).

Outro esforço de mapeamento da produção científica da Sociologia no Brasil está presente no trabalho de Tatiana Maranhão (2010) sobre a autonomia no campo científico da

Sociologia, resultado de sua tese de doutorado na Universidade de Brasília. Neste trabalho, a autora analisou, do ponto de vista temático, 1571 livros publicados pelos programas de pós-graduação de Sociologia e Ciências Sociais no país entre 1999 e 2006, além de 2642 artigos publicados em nove periódicos classificados como Qualis A Internacional, no sistema de classificação da Qualis de 2006, publicados no mesmo período⁶. Soma-se a isso a análise de 473 projetos de pesquisa aprovados pelo CNPq entre 1999 e 2008. A análise dos livros e dos artigos⁷, juntos, compunha o que ela chamou de agenda da produção sociológica, endógena ao campo da Sociologia. Os projetos, por sua vez, juntos com as políticas de Ciência e Tecnologia, faziam parte da agenda política de fomento à pesquisa sociológica, já que dependia, pelo menos em parte, dos interesses estatais. O objetivo era comparar as duas agendas, no que se refere à frequência temática, para verificar a autonomia da produção sociológica no Brasil.

Como principal resultado da pesquisa, Maranhão (2010) afirma que no campo da Sociologia brasileira há uma autonomia reflexiva em relação às demandas internas e externas ao campo científico, indicando certo equilíbrio entre as decisões internas ao campo e o 'atendimento' das demandas externas, com a característica de transformação dos problemas sociais em problemas sociológicos, como corroborado em outros trabalhos (WEBER e MARTINS, 2010 *apud* MARTINS, 2010). Do ponto de vista da produção científica, a autora chama atenção para a existência de lógicas específicas que orientam a produção de livros, artigos e projetos que tem impacto direto na temática desenvolvida em cada um desses tipos de produção e nos atores institucionais mais relevantes que dominam o campo (MARANHÃO, 2010).

Na análise dos livros, há um forte predomínio das questões nacionais, reflexo do aparecimento das palavras Brasil e brasileiro nos títulos e resumos, além da quantidade reduzida de trabalhos com foco na comparação internacional e questões de âmbito global, o que pode indicar que a produção sociológica brasileira vai na contramão dos esforços internacionais na Sociologia de promoção de maior interação entre os países e formação de uma área transnacional na disciplina. Na análise conjunta dos livros e artigos, os temas mais frequentes entre os anos de 1999 e 2006 foram: Trabalho e sindicato; Política e Governo; Direito e Justiça; Economia e Cidadania e Movimentos Sociais. Entre os menos frequentes

⁶ Em 2009, a CAPES alterou o sistema de classificação Qualis, com a criação de oito estratos que variam do A1, mais elevado e equivalente ao anterior A Internacional, até C. Como os dados os artigos foram coletados até 2006, a autora optou por manter a classificação anterior. Cf. Maranhão, 2010.

⁷ A análise temática dos livros, artigos e projetos de pesquisa foi feita a partir dos títulos e resumos dos mesmos. Com ajuda de software da análise de palavras, a autora reuniu as palavras mais frequentes num dicionário de categorias de acordo com seu significado.

estão: Desenvolvimento, Campo e Ruralidade, Meio Ambiente, Pobreza e Desigualdade, Saúde e Doença e Religião. Na análise dos projetos de pesquisa, contudo, há uma inversão. Os temas mais frequentes são: Cidadania e Movimentos Sociais; Economia; Política e Governo; Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia. Os menos frequentes são: Tecnologia da Informação e Comunicação; Democracia e Eleições; Infância e Juventude; Desenvolvimento; Trabalho e Sindicato. Importante destacar a área de Trabalho e Sindicato que aparece em primeiro lugar na análise dos livros e artigos e está entre as últimas na análise dos projetos de pesquisa. Situação oposta a área de Meio Ambiente que está entre as menos frequentes em livros e artigos, mas tem destaque nos projetos de pesquisa.

A reflexão e análise sobre o desenvolvimento da Sociologia no Brasil revela estreitas conexões com os rumos da Sociologia nos Estados Unidos e nos países europeus, sobretudo na França. Esses países tiveram influência direta na institucionalização da disciplina no país na década de 1930 do ponto de vista teórico e metodológico e seguiram como referencial ao longo do século XX. A reduzida relação da Sociologia brasileira com os países da América Latina, salvo alguns louváveis esforços institucionais como a CLACSO, reforçam o modelo centro-periferia na produção de conhecimento científico na Sociologia. A inquietação que permanece é de que forma essa influência dos países do hemisfério norte se traduz ou não nas pesquisas e agendas temáticas desenvolvidas por sociólogos no século XXI no Brasil, tendo em vista a mudança provocada pela globalização na configuração da disciplina no cenário internacional.

2. FORMAÇÃO DO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

A pós-graduação no Brasil teve início na década de 1960 no bojo de várias mudanças no sistema universitário. Essas mudanças, sobretudo no que se refere à pesquisa e à produção científica, foram impulsionadas por dois processos fundamentais que lhes são anteriores: a criação de órgãos governamentais para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e a atuação de associações científicas.

A literatura confirma a década de 1930 como marco de criação das universidades brasileiras a partir da junção de várias faculdades e escolas isoladas que ofereciam treinamento técnico para atuação de profissionais qualificados, a despeito da criação em 1920 da Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente, Universidade do Brasil. A pesquisa científica não fazia parte do trabalho docente voltado quase que exclusivamente para o ensino e a formação profissional, com exceção da Universidade de São Paulo (USP) que contava com programas de pós-graduação anteriores a década de 1960. A necessidade do investimento em pesquisa veio da forte associação, na década de 1950, entre políticas de ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico e social que levaram à criação, pelo governo, de duas agências de fomento às atividades de pesquisa e formação de pessoal: o Conselho Nacional de Pesquisas (atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq) e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES), ambos de 1951.

Na esteira do desenvolvimento, o governo militar na década de 1960 encontrou na política educacional voltada para o ensino superior, uma estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico (CORDEIRO, 2013; ALVES, OLIVEIRA, 2014; MARTINS, 2005). Isso explica as grandes transformações no ensino superior brasileiro nessa década que possibilitaram o surgimento, expansão e institucionalização da pós-graduação. Essas mudanças ocorreram por meio de dois decretos que juntos, serviram de base para a criação da lei 5.540/68 da Reforma Universitária. Tais mudanças no sistema universitário foram utilizadas como estratégia para o enfraquecimento da resistência dos estudantes ao regime por meio do controle político e ideológico da educação (ALVES, OLIVEIRA, 2014; MARTINS, 2005).

O primeiro marco legal que teve impacto na institucionalização da pós-graduação no Brasil é o parecer (977/65) do Conselho Federal de Educação, que ficou conhecido pelo nome de seu relator: Newton Sucupira. Nesse parecer, dentre outras coisas, temos a distinção entre

os tipos de pós-graduação e a sua natureza, divididos entre cursos *stricto sensu* e *lato sensu*. Nos primeiros estão incluídos os cursos de mestrado e doutorado de natureza acadêmica para formação de docentes e provimento de cargos no ensino superior. Os segundos cursos, por sua vez, têm um caráter prático, de formação voltada para a atuação no mercado de trabalho. Esse modelo de organização da pós-graduação no Brasil tem inspiração no modelo americano, também dividido entre *master* e *doctor*, com o mestrado sendo o curso para aqueles que pretendiam aprofundar a formação da graduação e o doutorado destinado para aqueles que queriam de fato se dedicar à pesquisa científica (BOMENY, 2001). Apesar dessa influência americana, a ênfase na formação teórica de densidade vem de inspiração francesa, expressa também no doutorado e na graduação oferecidos na USP em ciências sociais (ALVES, OLIVEIRA, 2014; MARTINS, 2005). O parecer eleva a pós-graduação como o espaço por excelência de desenvolvimento da pesquisa científica que tem como principal objetivo a formação de docentes para ocuparem cargos no ensino superior.

No ano seguinte foi lançado um decreto (n.53, de 18 de novembro de 1966) que fixou os princípios e a organização para as universidades. Entre as principais mudanças está a definição de cada unidade universitária – faculdade, escola ou instituto - como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa na sua área de atuação (BRASIL, 1966). As universidades passaram a ter órgãos centrais de administração para supervisionar o desenvolvimento do ensino e da pesquisa em cada unidade. O decreto estimulou a fragmentação dos saberes na universidade.

Como complementação foi lançado em 1967 o decreto (n.252, de 28 de fevereiro) que criou os departamentos como subdivisões das unidades, sendo considerados a menor fração da organização universitária para distribuição de pessoal, divisões didáticas e curriculares. A criação dos departamentos confere maior autonomia para as unidades nas decisões de planos de trabalho, encargos dos professores e definição dos currículos. Outra medida importante do decreto foi a criação da extensão como uma missão pedagógica da universidade.

Em 1968, o governo Costa e Silva criou um grupo de trabalho para pensar as mudanças necessárias para o ensino superior. As principais recomendações desse grupo giravam em torno do desenvolvimento de uma política nacional de pós-graduação com o objetivo de transformar as universidades em espaços de promoção de cultura e ciência. Os decretos de 1966 e 1967 e o Parecer 977/65 constituíram a base da Reforma Universitária concretizada com a lei 5.540/68. Essa lei é um marco no modelo de organização e funcionamento das universidades no país e algumas das suas determinações permanecem inalteradas até hoje. Entre as principais novidades atribuídas à reforma é possível citar: fim do

sistema de cátedras, criação dos departamentos, adoção do sistema de crédito por disciplinas e periodicidade semestral, divisão dos cursos de graduação em ciclo básico e profissional, institucionalização da carreira docente com a criação da dedicação exclusiva, institucionalização da pós-graduação tendo como premissa a articulação entre ensino e pesquisa (BOMENY, 1994; ALVES, OLIVEIRA, 2014; MARTINS, 2005). Essas mudanças, sobretudo a adoção do sistema de crédito e a inscrição por disciplinas, promoveram um enfraquecimento da resistência estudantil ao eliminar as turmas e dividir os estudantes que ingressavam juntos na universidade, reforçando a estratégia do governo militar com a reforma de desarticulação política dos estudantes, fortes opositores ao regime.

A pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa científica ganham centralidade no processo de reforma universitária. Caberia ao governo federal, por meio da CAPES, a elaboração de políticas para a criação, expansão e consolidação de um sistema nacional de pós-graduação.

Acompanhando o processo de consolidação, percebemos todo um movimento articulado do Estado brasileiro em direção à pós-graduação: órgãos responsáveis pela normatização, acompanhamento, avaliação, fomento, mas também um planejamento bem estruturado das ações em desenvolvimento. A pós-graduação tornou-se, pois, uma política de Estado, contando com a efetiva participação dos docentes da pós-graduação, dos pesquisadores e das entidades científicas das diferentes áreas do campo científico-universitário (ALVES, OLIVEIRA, 2014, p.366).

O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação foi elaborado em 1975 e tinha como objetivo o mapeamento do desenvolvimento da pós-graduação no país bem como o estabelecimento de diretrizes, metas e planos de ação. Nesse documento muitos problemas são destacados: isolamento das iniciativas, ausência de apoio por parte dos órgãos responsáveis e grande diversificação das fontes de financiamento impedindo uma estabilidade e previsibilidade das ações. Existia nesse momento uma instabilidade entre os cursos e suas instituições, o que era visto pelas CAPES como uma ameaça à continuidade e à manutenção dos programas. Os primeiros cursos eram poucos eficientes, com longo tempo de realização, altas taxas de evasão e reduzido número de concluintes e titulados (ALVES, OLIVEIRA, 2014). Outra marca do período era a alta concentração regional dos programas de pós-graduação, sobretudo na região sudeste, que embora tenha se reduzido, por incentivo deliberado das agências de fomento, permanece até os dias de hoje (CORDEIRO, 2013; MARTINS, 2005, WEBER, 2005; DURHEM, 2005; PORTO, 2005).

Na década de 1980 foram elaborados mais dois planos nacionais: um em 1982- 1985 e outro 1986-1989. Eles destacam a excessiva dependência de recursos extra orçamentários, o repentino corte de verbas, a instabilidade empregatícia dos docentes e pessoal de apoio como principais problemas (ALVES, OLIVEIRA, 2014). Carecia ao sistema de pós-graduação uma consolidação e estabilidade alcançadas em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, período de grande expansão no número de cursos e de programas em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação publicada em 1996 que determinava que 1/3 do corpo docente das universidades deveria ser composto por mestres ou doutores, aumentando a demanda pela pós-graduação (CORDEIRO, 2013; WEBER, 2005). No período entre 1996 e 2004 é possível verificar o crescimento do setor privado na oferta dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil, historicamente dominado pelas instituições públicas, sobretudo as federais de ensino (ALVES, OLIVEIRA, 2014).

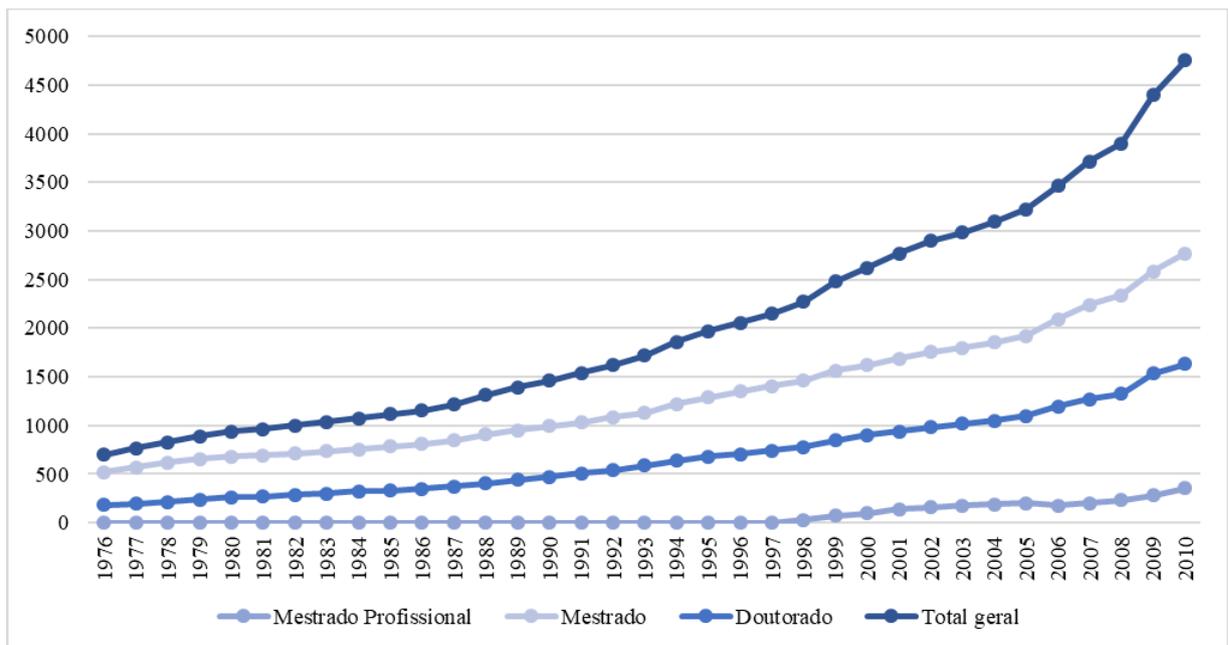
O IV Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) destaca a expansão do sistema, mas ressalta a necessidade de uma política de financiamento para garantir sua sustentabilidade. A internacionalização passa a ser uma meta importante para o futuro da pós-graduação, bem como uma avaliação que trate dos aspectos qualitativos das pesquisas e a especificidade das áreas de conhecimento. Importante destacar o grande impacto que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teve na expansão do sistema de pós-graduação no Brasil através da criação de novas universidades ou da interiorização de universidade federais existentes nas capitais (CORDEIRO,2013).

Em 2011 foi lançado o atual Plano Nacional de Pós-Graduação que estabeleceu ações e metas para a próxima década (2011-2020). Alguns dos focos desse plano, além da internacionalização, são a correção das assimetrias regionais na distribuição dos programas de pós-graduação pelo território nacional, investimento na educação básica que levem a uma melhoria na qualidade do ensino, aprimoramento do sistema de avaliação, criticado por docentes por sua ênfase quantitativa que estimula a competição e a produtividade e o incentivo à interdisciplinaridade.

A pós-graduação no Brasil expandiu-se associada ao modelo de avaliação e financiamento criado no âmbito da Capes. Gozando de legitimidade junto à comunidade científica, a avaliação tem, no entanto, intensificado o trabalho docente e a produtividade intelectual, tendo em vista alcançar uma performance produtiva que coloque o país no cenário competitivo da globalização e da ciência internacional. A ênfase conferida ao quantitativismo vem sendo objeto de questionamentos no campo acadêmico, principalmente quanto à sua utilização como medida básica da qualidade dos cursos (ALVES, OLIVEIRA, 2014, p.372).

Os dados presente no último plano nos permitem traçar um diagnóstico do sistema nacional de pós-graduação no que se refere ao volume de programas existentes no país, sua distribuição regional, os números de cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado, número de discentes matriculados e titulados, número de docentes, distribuição das bolsas nacionais e internacionais, entre outros parâmetros. Em relação à quantidade de programas existentes no país verificamos um aumento permanente desde 1975 (ano do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação) até 2010, último dado disponível. Entretanto, os períodos de maior crescimento são entre os anos de 1996-2004, em função da LDB e de 2007 em diante, em função do REUNI. O gráfico 1 mostra a evolução no número de programas de pós-graduação.

Gráfico 1 – Evolução no número de programas de pós-graduação no Brasil (1975-2010).
(números absolutos)

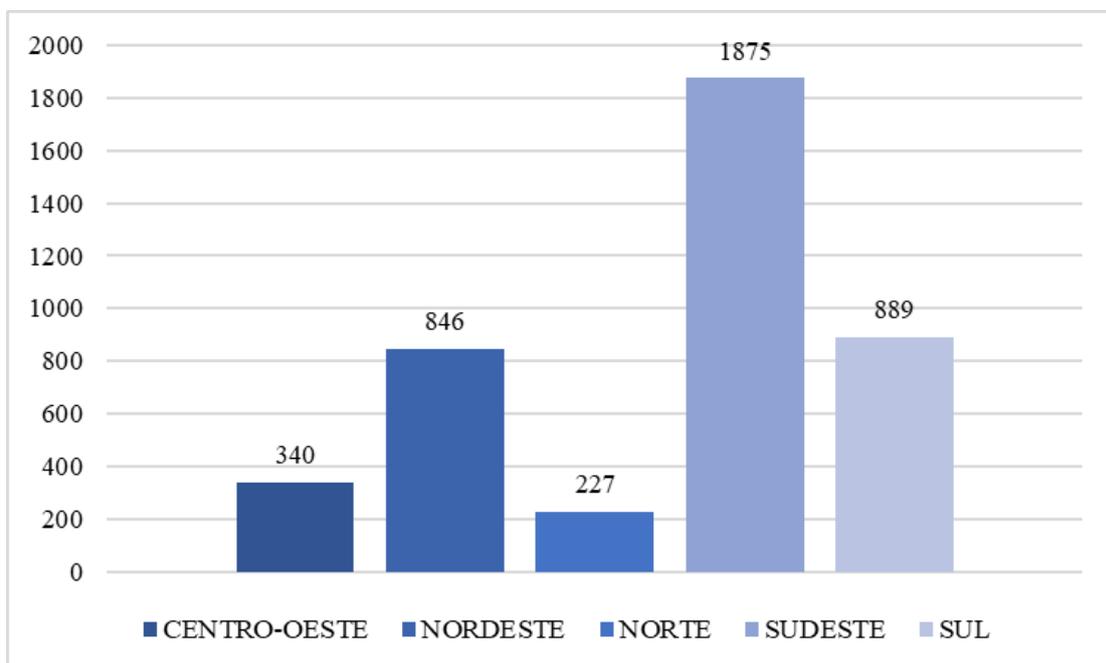


Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 – PNPG 2011-2020 (elaboração própria)

Há um mesmo padrão de crescimento para todas as modalidades, com exceção do mestrado profissional, modalidade recente que vem crescendo nos últimos anos, mas em um ritmo bem menor que as demais. O investimento no mestrado profissional pode ser entendido como um esforço da CAPES em ampliar o propósito da pós-graduação no país que, historicamente, esteve ligado à formação de docentes em contraposição ao investimento na qualificação de profissionais para atuação no mercado de trabalho (MARTINS, 2005).

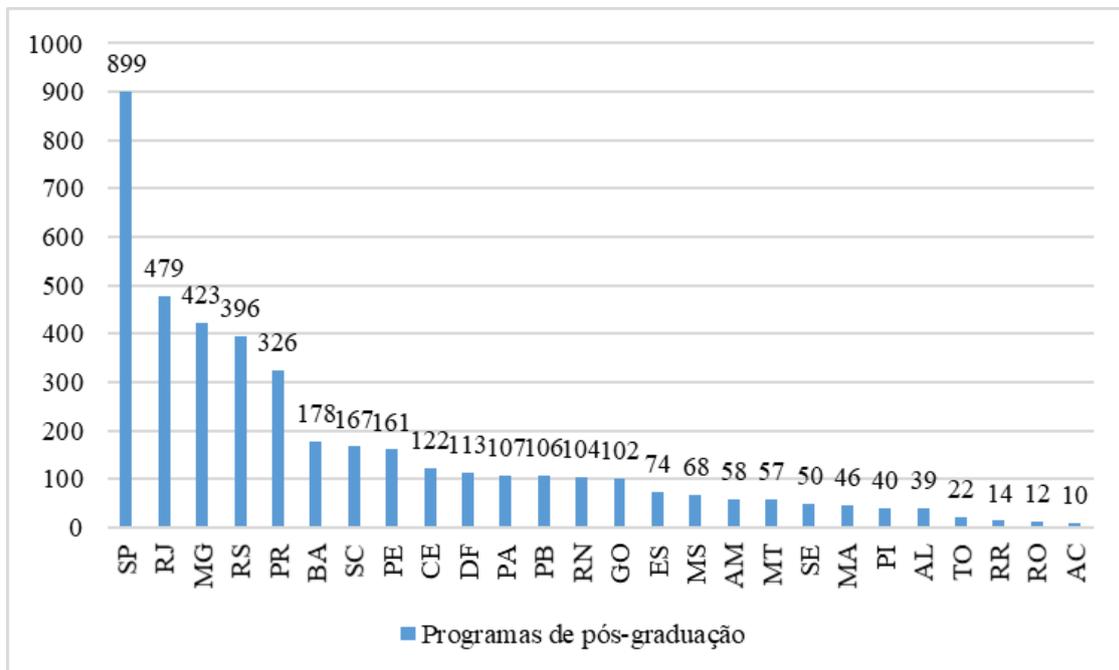
O número de docentes na pós-graduação, assim como o número de bolsas oferecidas tanto pelo CNPq quanto pela CAPES acompanham a tendência de crescimento dos programas, segundo dados do Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). O que ainda persiste como um desafio ao sistema de pós-graduação no Brasil são as assimetrias na distribuição regional dos programas, das instituições e das áreas de conhecimento. A CAPES vem sistematicamente tomando medidas que incentivem uma desconcentração; é uma das metas de política de pós-graduação no Brasil, mas as desigualdades persistem, porque, dentre outras razões, são homólogas ao desenvolvimento socioeconômico das regiões (CAPES/MEC, 2010). As regiões metropolitanas, sobretudo as localizadas no litoral concentram a maior parte dos programas de excelência, com os maiores conceitos na avaliação feita pela CAPES; concentram também, por consequência, o maior de números de bolsas, de docentes e de programas. As regiões Sul e Sudeste concentram a maior quantidade de programas e cursos de pós-graduação, com destaque para o estado de São Paulo.

Gráfico 2 - Distribuição de Programas de Pós-graduação no Brasil por região em 2016 (números absolutos)



Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 – PNPG 2011-2020 (elaboração própria)

Gráfico 3 - Distribuição de Programas de Pós-graduação no Brasil por estado em 2016 (números absolutos)



Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 – PNPG 2011-2020 (elaboração própria)

2.1 O desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia

Um dos marcos importantes para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil foi a criação dos programas de pós-graduação na década de 1960. Alguns intelectuais que se dedicaram à história das Ciências Sociais no país dividem o seu processo de desenvolvimento em antes e depois de 1964: ano do início do regime militar, período de maior desenvolvimento da pesquisa no Brasil, no que se refere aos investimentos para a pesquisa (ORTIZ,1990). Numa primeira análise parece um paradoxo que o período de maior crescimento e desenvolvimento das Ciências Sociais seja simultâneo ao de grande repressão política da ditadura militar, no governo Ernesto Geisel (1974-1979). Contudo, uma análise mais cuidadosa deste momento histórico revela a complexidade dos mecanismos de repressão seletiva aos produtos da indústria cultural e não à cultura em si.

[...] Entre 1964 e 1980 a contradição entre censura e cultura não era na verdade estrutural, mas conjuntural, e se definia em termos táticos. O ato censor não se caracterizava exclusivamente pelo veto, atuava como repressão seletiva que impossibilitava o florescimento de determinados pensamentos ou obras artísticas. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema, ou a indústria editorial, que crescem vertiginosamente neste período. O Estado repressor é também incentivador de uma política cultural: Embratel (1965), Conselho Federal de Cultura (1966), Instituto Nacional de Cinema (1966),

Embrafilme (1969), Funarte (1975), Concine (1976), Fundação Pró-memória (1979). Algo semelhante se passa com a universidade; paralelamente às cassações temos o desenvolvimento da pós-graduação (ORTIZ, 1990, p. 171).

Além dos incentivos do governo para a criação de programas de pós-graduação através do CNPq, da CAPES e da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), outras organizações privadas tiveram papel fundamental nesse desenvolvimento com destaque para a Fundação Ford. Muitos dos primeiros programas de pós-graduação, como o de Antropologia Social do Museu Nacional (1968) e o de Sociologia e Ciência Política do IUPERJ (1969), por exemplo, contaram com o financiamento da Fundação Ford. Outra frente de atuação da Ford foi a formação de recursos humanos com a concessão de bolsas de doutorado no exterior. A primeira iniciativa apoiada pela Ford nas Ciências Sociais ocorreu em 1966 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) junto à área de Ciência Política, que se tornou referência no país. De 1966 até meados da década de 1970, os investimentos da Ford nas Ciências Sociais são altos e praticamente únicos⁸. A partir de 1974 até 1985, contudo, o investimento cai progressivamente, já que o CNPq e a CAPES começam a fazer investimentos na área. Apesar da diminuição dos investimentos, entre os anos de 1966 e 1985, 32% das operações da Fundação Ford foram dirigidos para a área de Ciências Sociais, indicando a centralidade do campo na atuação da instituição (FIGUEIREDO, 1988).

Diferente das agências de fomento, o perfil de investimento da Fundação Ford era institucional. Grandes aportes financeiros eram investidos em algumas instituições por um longo prazo para possibilitar a criação dos programas. As agências de fomento, por sua vez, fazem investimentos em pesquisas, geralmente de curta duração e em apoio a vários pesquisadores individualmente.

O primeiro programa de pós-graduação em Sociologia foi criado em 1967 na Universidade Federal de Pernambuco, seguido pelo programa de pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília criado em 1970. Dois estados que desenvolveram os cursos de graduação em Ciências Sociais mais tardiamente em relação ao Rio de Janeiro e São Paulo. O crescimento dos programas de Sociologia, que na subárea de avaliação da CAPES engloba também os programas de Ciências Sociais, acompanhou o desenvolvimento dos programas das demais áreas, com uma expansão considerável a partir dos anos 2000 (CORDEIRO, 2013).

⁸ Dados sistematizados por Figueiredo (1988) revelam que entre 1959 e 1985 a Ford investiu 11,3 milhões de dólares nas Ciências Sociais, representando aproximadamente 26% de seu investimento total. Desse total, 5,7 milhões de dólares foram gastos nos primeiros cinco anos de atuação da Ford nas Ciências Sociais, representando 49% do total de investimentos nas Ciências Sociais de 1966-1985.

Tabela 1 – Faixa do ano de criação dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia no Brasil (1976-2016).

Faixas de anos de criação dos programas	N	%
1967 a 1995	17	32,1
1996 a 2004	11	20,8
2005 a 2016	25	47,2
Total	53	100,0

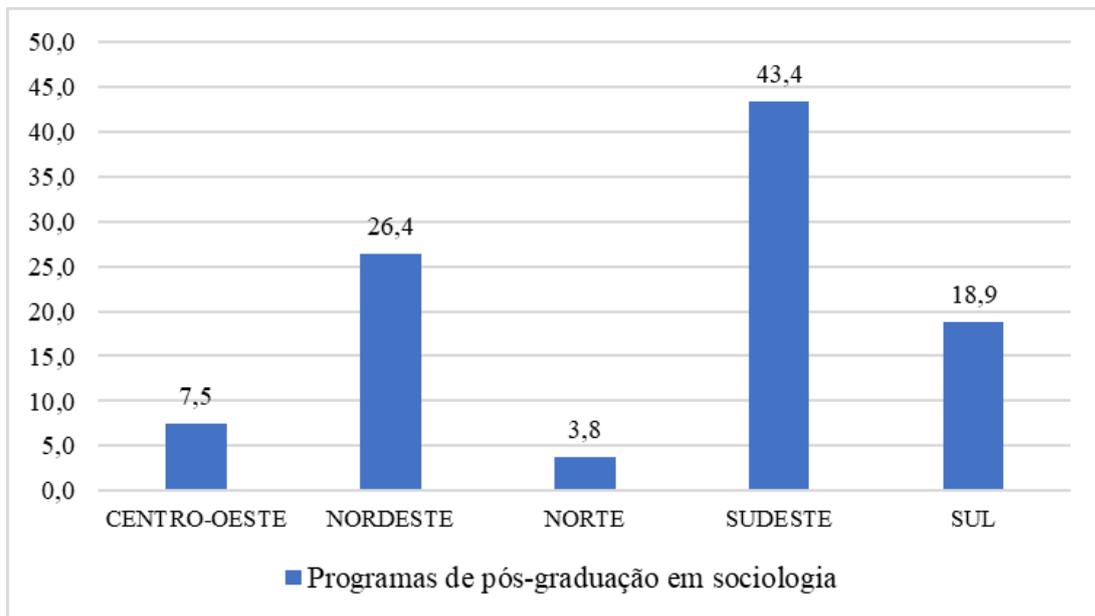
Fonte: Banco de metadados da CAPES, 2017. (elaboração própria).

Na tabela acima temos o ano de criação dos programas de pós-graduação em Sociologia divididos em faixas de acordo com o lançamento dos Planos Nacionais de Pós-Graduação. É importante destacar o número expressivo de programas criados a partir de 2005, superando os programas criados entre 1967 e 1995. Uma possível explicação para este grande crescimento num curto período é a criação do REUNI como uma política que ampliou as vagas no ensino superior pela interiorização das universidades e pela criação de novos campi.

De acordo com dados disponibilizados pela CAPES através da Coleta CAPES, o Brasil conta atualmente com 53 programas de Sociologia e Ciências Sociais presentes em 22 estados brasileiros, distribuídos por 48 instituições de ensino e pesquisa. A maioria dos programas (86,8%) está situada em instituições públicas e universitárias (75,5%). Isso reforça o fato de que o desenvolvimento da pós-graduação brasileira se deu sobretudo como uma política de Estado. O caráter acadêmico dos programas de pós-graduação voltados para a formação de docentes com atuação no ensino superior é apontado por diversos autores (WERNECK, CARVALHO, MELO, 1995; DURHAM, 2005) como uma limitação da expansão dos programas reforçada pelos dados: 92,6% são acadêmicos e 3,8% são profissionais, num total de dois programas.

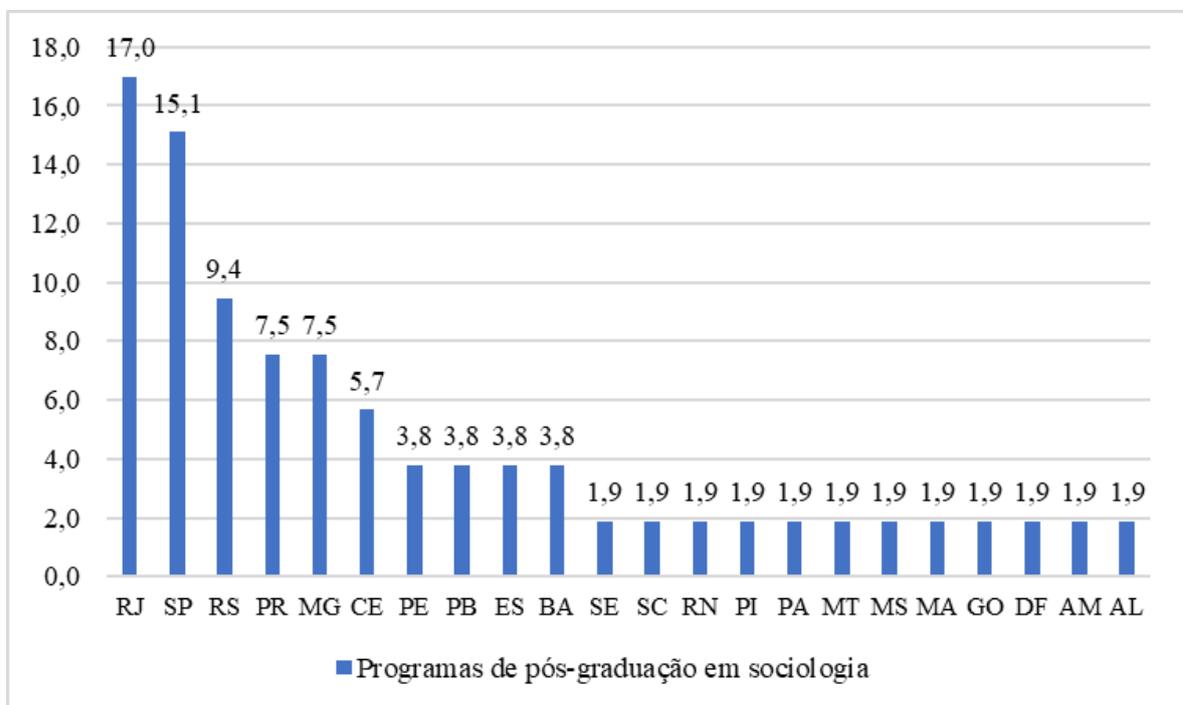
A distribuição regional dos programas de pós-graduação em Sociologia segue o padrão dos demais programas: 62,3% se encontram nas regiões sul e sudeste do país, como podemos ver no gráfico 4. No que se refere à quantidade de programas por estado na Sociologia, o Rio de Janeiro aparece na frente com nove programas, representando 17% do total, contra São Paulo com oito programas, 15,1% do total (Gráfico 5). Cenário bem mais equilibrado em comparação com o total das pós-graduações. Apesar dessa diferença, os cinco primeiros estados são os mesmos com uma mudança de ordem.

Gráfico 4 – Distribuição percentual dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia por região, 2016.



Fonte: Banco de metadados da CAPES, 2017. (elaboração própria)

Gráfico 5 – Distribuição percentual dos programas de Pós-Graduação em Sociologia por estado, 2016.

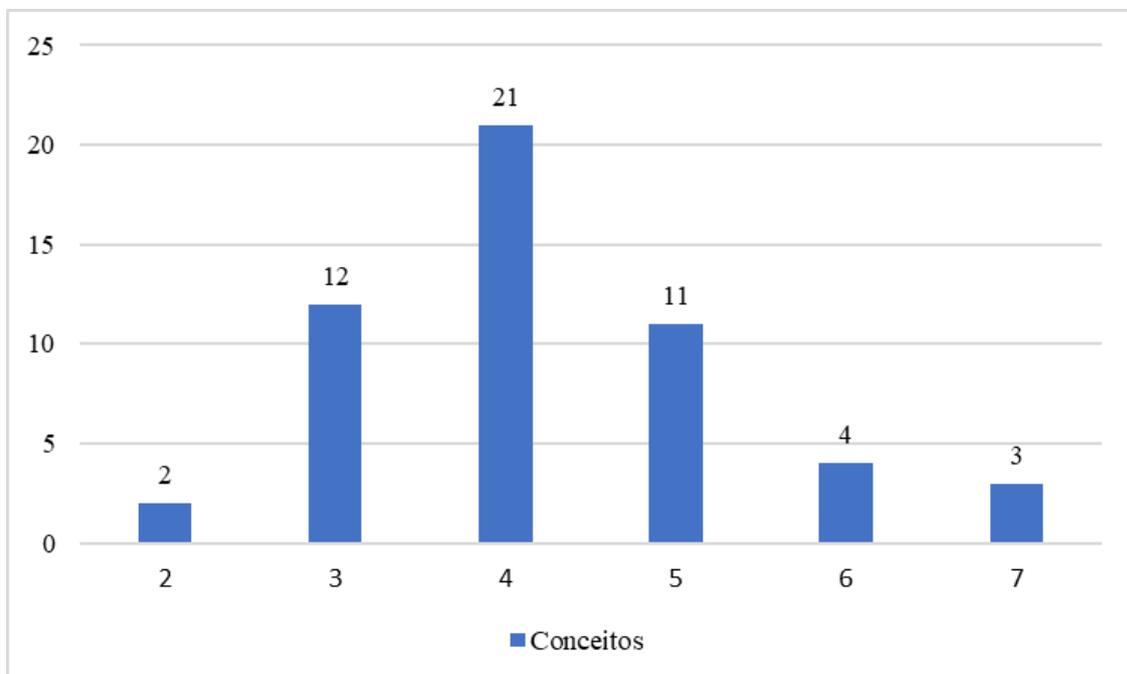


Fonte: Banco de metadados da CAPES, 2017. (elaboração própria)

No que se refere à avaliação dos programas feita de quatro em quatro anos pela CAPES, temos 60,4% dos programas avaliados com os conceitos 4 e 5. Isso indica, de acordo

com o documento de área elaborado pela comissão de avaliação dos programas, que a área alcançou um bom nível de profissionalização e amadurecimento. Apesar disso, alguns aspectos precisam ser melhorados como a integração dos docentes e discentes em grupos de pesquisa para promover a produção coletiva de conhecimento; intercâmbios de docentes e discentes em centros de pesquisa e ensino no exterior e entre os programas de pós-graduação no Brasil, para que os melhores avaliados auxiliem os programas recém-criados com a transmissão de experiência e de conhecimentos que propiciem um aumento do conceito do programa (CAPES, 2017a).

Gráfico 6 - Distribuição percentual dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia por conceito de avaliação da CAPES, 2017



Fonte: Banco de metadados da CAPES, 2017. (elaboração própria)

2.2 Problemas e desafios a expansão

A pós-graduação no Brasil teve seu desenvolvimento atrelado ao ensino, à formação de docentes para a atuação no ensino superior. Essa tese pode ser verificada pelos períodos de maior expansão na quantidade de programas: um após 1996, ligado às demandas da LDB e outro na década de 2000 sobretudo após 2007 ligado aos processos de interiorização das universidades e criação de novos campi. Nos Estados Unidos e na Europa o modelo de desenvolvimento da pós-graduação esteve associado, desde o seu início, à pesquisa e não ao

ensino (WERNECK, CARVALHO, MELO, 1995). Os cursos de graduação, sobretudo, nas Ciências Sociais se institucionalizam tendo por base o ensino e não a pesquisa. O desenvolvimento do doutorado, como espaço da pesquisa por excelência foi posterior a esse processo. Essa trajetória de institucionalização traz consigo um caráter limitador da expansão na quantidade de programas especialmente nas Ciências Sociais, condicionada ao limite de ensino superior (WERNECK, CARVALHO, MELO, 1995; DURHAM, 2005).

A principal conclusão que se pode extrair das informações trazidas agora a público refere-se à baixa institucionalização da atividade de pesquisa na área de Ciências Sociais, o que torna o sistema fortemente comprometido com a ideia de ensino e marcado por uma estratégia de expansão limitada à Universidade(...) Serão, brevemente, cerca de cem doutores em Ciências Sociais a se titularem anualmente, buscando inscrição profissional em um sistema de ensino onde predominam as universidades públicas federais que já possuem programas de pós-graduação e que, portanto, poderão incorporar apenas marginalmente os recém-titulados. A oportunidade desta publicação deriva, por isso, de uma percepção dos limites estruturais do atual formato institucional do sistema nacional de ensino e pesquisa em Ciências Sociais (WERNECK, CARVALHO, MELO, 1995, p.28).

A carreira de sociólogo, no Brasil, se confunde com a de professor universitário. Faltam limites para a sua identidade profissional. Essa crítica ao sistema de pós-graduação nacional circunscrito ao ensino é corroborada por Eunice Durham e Silke Weber em reflexões sobre a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil. As autoras salientam a necessidade de repensar a formação oferecida nos cursos de pós-graduação para ampliar as oportunidades de inserção profissional. Uma das propostas defendidas por Durham (2005) é a criação de mestrados profissionais nas Ciências Sociais que formariam profissionais qualificados para a atuação no mercado de trabalho. Após muitas resistências na comunidade acadêmica temos dois cursos de mestrado profissional no Brasil: um criado em 2006 na Universidade Estadual do Ceará ligado a planejamento e políticas públicas e outro criado em 2013 pela Fundação Joaquim Nabuco tendo como ênfase a relação entre Ciências Sociais e a Educação básica. Em 2018 tivemos a criação do mestrado profissional de sociologia em rede nacional situado na Universidade Federal do Ceará, mas resultado do esforço de várias instituições de ensino e pesquisa ligadas a esta área. O programa está voltado para a formação continuada de professores da educação básica. Há de se destacar a vanguarda do Nordeste no desenvolvimento de mestrados profissionais, região que ainda conta com poucos programas de pós-graduação em comparação com o Sudeste.

Esse modelo de pós-graduação é continuamente perpetuado pelo sistema de avaliação entre pares da CAPES. Se por um lado, esse sistema de avaliação é positivo pois minimiza

interferências de ordem política entre os critérios de avaliação dos programas, por outro, contribui para a reprodução de um modelo de pós-graduação voltado, quase exclusivamente, para a formação de docentes universitários. Os currículos da grande maioria dos cursos são centrados na formação teórica. Logo, os discentes formados sob essas bases vislumbram como única inserção possível o ensino superior, reproduzindo este modelo.

[...] toda a filosofia ou projeto dos cursos está voltado para a reprodução de docentes pesquisadores cujo modelo é o dos próprios docentes da pós-graduação. Por isto mesmo, a aspiração dos doutorandos consiste em se tornarem professores das universidades públicas e criarem seus cursos de pós-graduação, único lugar ao qual podem realizar o tipo de atividades para o qual são formados? (DURHAM, 2005, p.179).

Outra crítica apontada pelos autores sobre a pós-graduação se refere à ausência de mecanismos de avaliação das pesquisas para a concessão de recursos. Enquanto a CAPES desenvolveu dinâmicas de avaliação para os programas, englobando, entre outras coisas, a produção científica discente e docente, e condicionando os resultados à concessão de bolsas e recursos, as pesquisas permanecem sem uma avaliação mais sistemática, sobretudo quanto aos seus resultados. Não existe uma política que estabeleça critérios para a alocação de recursos. Os projetos são enviados para as agências de fomentos que selecionam os melhores a partir de critérios ligados à qualidade acadêmica, à inovação e originalidade dos mesmos (WERNECK, CARVALHO, MELO, 1995).

A ausência de avaliação para a concessão de bolsas aos discentes também é alvo de críticas por Durham (2005). Nessa perspectiva as bolsas são vistas como um direito dos estudantes e não como uma contrapartida pelo desempenho das funções de pesquisa e ensino na universidade como no caso americano. Compreender a bolsa como um direito implica na ideia de que todos os alunos devam ter uma bolsa. Com a expansão do número de programas de pós-graduação o custo para a manutenção das bolsas discentes aumenta, reduzindo, como consequência, o número de bolsas em outras modalidades, como para o exterior, por exemplo.

Apesar das críticas, Durham (2005) ressalta que a pós-graduação é um dos mais exitosos níveis de educação do país pela formação de docentes qualificados e pela capacidade de desenvolvimento de pesquisa científica em âmbito nacional. Seu caráter inovador vem do fato de que sua regulamentação é feita por um sistema de avaliação entre pares sobre o desempenho e a qualidade dos programas, sem a necessidade de fixação de um currículo básico a ser seguido pelos cursos. Isso confere maior autonomia pedagógica aos programas. A avaliação condiciona a quantidade de recursos ao desempenho do programa, promovendo uma contínua competição e pressão entre os programas que não é bem vista pelos docentes e

pesquisadores por afetar, na avaliação deles, a qualidade do trabalho docente e de pesquisa com ênfase na quantidade de produções (CORDEIRO, 2013). Em pesquisa feita com os docentes de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil, Cordeiro (2013) destaca que a principal crítica ao sistema de avaliação é a sua inspiração no modo de funcionamento das ciências exatas sem incorporar as especificidades das ciências humanas e sociais, com ênfase maior na quantidade de artigos publicados do que na qualidade, além de um peso maior destinado para a publicação de artigos em relação a de livros e capítulos de livros, majoritária nas Ciências Sociais.

2.3 História dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia que fazem parte da pesquisa.

2.3.1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP).

Criado no atual formato em 1971, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP) é o segundo mais antigo do país, atrás apenas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE criado em 1967. O programa é reconhecido na comunidade científica pelo desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil devido ao pioneirismo, juntamente com a ELSP, na institucionalização dos cursos de graduação em 1934. A dedicação e empenho do corpo docente da universidade ao longo das décadas de 1950 e 1960 em conferir à disciplina o status científico contribuíram para o prestígio e reconhecimento da USP junto à comunidade científica. Esse esforço tinha um caráter institucional sintetizado no que se convencionou chamar de Escola Sociológica Paulista, que sob a liderança de Florestan Fernandes desenvolveu pesquisas de caráter empírico sobre as relações raciais, o desenvolvimento industrial de São Paulo, entre outros temas (ARRUDA, 1989; LIEDKE FILHO, 2005; ORTIZ, 1990). A escolha desses temas diretamente associados aos problemas sociais da cidade de São Paulo indica o impacto que a Sociologia americana teve na constituição da Sociologia desenvolvida na USP a partir da década de 1950 sobretudo a Escola de Chicago, de onde também vem como herança, o rigor teórico-metodológico e o enfoque nas pesquisas empíricas. Apesar disso, a maior influência para a formação da Sociologia na USP vem da tradição francesa, com a vinda de diversos docentes que contribuíram na estruturação dos cursos e da pós-graduação (MICELI, 1989; ARRUDA, 1989).

De acordo com as informações fornecidas em 2017 pelo programa no Coleta CAPES que reúne dados sobre os programas de pós-graduação no Brasil (CAPES, 2017b), o PPGS/USP, conceito seis na avaliação promovida pela mesma instituição, conta com 39 docentes distribuídos nas categorias permanente, colaborador e visitante. Desses, 41% (16 docentes) são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, seis na categoria 1A, o que reforça o alto nível de produtividade e formação dos docentes. O programa conta ainda com 199 discentes entre matriculados no mesmo ano. Do ponto de vista do impacto para a formação de recursos humanos, o programa formou 923 mestres e doutores de 1972-2017, gerações que influenciaram na criação de outros programas de pós-graduações e associações profissionais.

O programa se estrutura a partir de três vertentes de atividades. A primeira delas é a natureza curricular, demonstrando a preocupação institucional com a formação através de um currículo ao mesmo tempo atual e flexível para que os estudantes tenham liberdade na escolha de disciplinas. Além disso, o programa tem como ênfase a articulação entre ensino e pesquisa, mantendo a tradição histórica do departamento de Sociologia da USP, incentivando os alunos a participarem das linhas de pesquisa e das atividades dos núcleos e centros de pesquisa. A segunda vertente é o apoio à pesquisa que visa fornecer aos estudantes as condições de infraestrutura necessárias à produção de conhecimento por meio da Biblioteca, o Laboratório de Pesquisa Social e o Consórcio de Informações Sociais, um sistema de captação e compartilhamento de bancos de dados para pesquisas em Ciências Sociais. A participação dos estudantes nos grupos de pesquisas associados ao programa é estimulada como uma etapa importante da formação e do desenvolvimento do debate intelectual. A terceira vertente é a articulação entre ensino e pesquisa que sintetiza o esforço e empenho do programa em estreitar os laços entre as produções locais e internacionais de conhecimento sociológico. Isso se materializa pela vinda de professores convidados tanto do Brasil como do exterior, que enriquecem o debate intelectual no interior do programa, além do incentivo do programa para que professores e alunos participem de eventos no Brasil e no exterior.

O programa conta com duas revistas acadêmicas: *Revista Tempo Social* e *Revista Plural*. Criada em 1989, a revista *Tempo Social* é reconhecida pela excelência acadêmica, alcançando o nível A1 na avaliação da Qualis. Integrante da base de dados da Scielo, possui o maior número de artigos acessados em comparações com outras revistas acadêmicas equivalentes. Até o segundo semestre de 2017, publicou 29 volumes e 51 fascículos com periodicidade quadrimestral. As publicações seguem o formato de dossiê temático sobre questões ou temas alinhados às linhas de pesquisa do programa. A *Revista Plural*, por sua

vez, foi criada em 1994 como veículo de publicação dos trabalhos produzidos pelos estudantes de pós-graduação do programa. Com periodicidade semestral, editou até o segundo semestre de 2017, 23 volumes. Depois de uma reestruturação, em 2014 a revista tornou-se um periódico coordenado e editado por professores do programa. A medida ampliou os procedimentos para a produção de seu conteúdo para além dos artigos e a organização passou a ser feita a partir de dossiês temáticos com temas da agenda contemporânea da Sociologia, elevando a avaliação para B2 no sistema da Qualis.

A internacionalização aparece como uma das principais metas do programa que visa aumentar sua visibilidade internacional e da produção de seus docentes para atrair pesquisadores vindos do exterior, em particular dos países da América Latina, o que por sua vez, teria impacto na ampliação e diversificação das agendas de pesquisa, referências empíricas e campos temáticos. Além disso, o programa incentiva a mobilidade internacional de seus docentes e discentes, apoiando não apenas a participação em eventos como também a inserção dos docentes nas atividades de pesquisa e ensino nas unidades estrangeiras e oferecendo bolsas-sanduiche para os discentes.

Como pontos fortes, o programa destaca a produção intelectual docente expressa na sua inserção no debate intelectual e político em diversos temas de relevância nacional; a pluralidade e diversidade de enfoques temáticos e teórico-metodológicos do corpo docente; a inserção internacional dos docentes e a articulação entre ensino e pesquisa. Entre os aspectos que podem ser melhorados, o programa destaca a renovação do corpo docente sem a perda de qualidade e da queda dos indicadores de avaliação e a diversificação do corpo discente sobretudo no que se refere a estudantes estrangeiros, com preferência para os latino-americanos e africanos.

2.3.2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).

Com uma proposta inovadora e incomum no país, o PPGSA/UFRJ foi fundado em 1980 com turmas de mestrado, oferecendo o curso de doutorado apenas em 1993. Sua configuração se diferencia do modelo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil uma vez que exclui a Ciência Política da interdisciplinaridade. Ao mesmo tempo, tem como concentração temática duas disciplinas das Ciências Sociais, revelando seu caráter inovador e singular visto que apenas mais um programa no Brasil apresenta a mesma estruturação.

Sendo um dos três programas no país com nota máxima na avaliação da CAPES na área de Sociologia, o PPGSA/UFRJ tem como grande preocupação a internacionalização de sua produção, que se expressa em intercâmbios, convênios, publicações em línguas estrangeiras, entre outras iniciativas. Em 2017 contava com 33 professores permanentes e três colaboradores, dos quais 19 possuem bolsa de produtividade do CNPq, representando 57,5% do total, percentual bem elevado em comparação com os demais programas aqui analisados. Além disso, 80% do corpo docente é composto por pós-doutores.

A excelência do corpo docente é observada também em sua contribuição à sociedade através de parcerias, convênios, consultorias e assessorias a instituições públicas e privadas como, por exemplo, Comissão Estadual da Verdade, Museu do Índio, Médicos Sem Fronteiras, Instituto Socioambiental, entre outros. Ademais, é expressivo o envolvimento dos docentes nas instâncias nacionais e internacionais de congregação da comunidade acadêmica, desempenhando funções significativas como coordenação de área nas agências de fomento, direção e coordenação nas associações científicas, membros de comitês avaliadores e editoriais de revistas científicas.

O Programa conta com três revistas acadêmicas: *Revista Sociologia & Antropologia*, *Revista Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* e *Revista Enfoques* (discente); e com um instrumento para a publicação de livros chamado Coleção Sociologia e Antropologia. Novamente a excelência do programa transparece, pois duas das três revistas apresentam qualificação A no sistema Qualis CAPES – a *Revista Sociologia & Antropologia* possui o nível A1 e a *Revista Dilemas* o nível A2. A preocupação com a internacionalização evidencia-se na publicação de textos em inglês e de autores estrangeiros.

Com relação à infraestrutura o programa dispõe de 16 laboratórios e núcleos de pesquisa que representam uma ramificação e um aprofundamento dos campos teóricos de cada linha de pesquisa.

2.3.3 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/UFGM).

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais foi criado em 1981 a partir da fusão do mestrado em Sociologia, ligado ao departamento de Sociologia e Antropologia; e do Doutorado em Sociologia e Política, criado em 1994, num esforço coletivo do Departamento de Ciência Política e do Departamento de Sociologia e Antropologia. Como resultado do êxito na integração foi criado em 1999 o

Programa Intensivo de Metodologia Quantitativa, seguido o modelo dos cursos oferecidos pelo *Institute for Social Research* (ISR) da Universidade de Michigan, constituindo uma experiência pioneira no Brasil alinhando a excelência na formação de métodos estatísticos para a compreensão da realidade social (CAPES, 2017d). O desenvolvimento de diversos *surveys* com amostragem probabilística na região metropolitana de Belo Horizonte por pesquisadores do programa de pós-graduação é consequência direta desta iniciativa, que consolidou e ampliou o destaque das abordagens quantitativas do programa, que é uma referência nacional na área.

Segundo dados do Relatório Coleta CAPES 2017 (CAPES, 2017d), o programa, que obteve conceito cinco na última avaliação, conta com 23 docentes e 93 discentes. Entre os docentes, sete são bolsistas de produtividade do CNPq, representando 30,4% do total. Desses sete apenas dois são dos níveis 1B e os outros cinco são do nível dois.

No que diz respeito à pesquisa, o programa é composto por seis núcleos de pesquisa/grupos de estudos que reúnem professores e alunos em torno de áreas mais específicas de pesquisa e debate acadêmico. Um dos primeiros grupos é o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) fundado em 1996. Herdeiro da tradição em estudos da violência na UFMG, o centro é uma das referências nacionais na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na realização de pesquisas aplicadas voltadas para a formulação de políticas públicas nessa área de estudos. Outro grupo representativo da uma tradição do programa é o Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CPEDS) criado em 2006. Entre as suas principais atividades já realizadas é possível citar a elaboração de três *surveys* multidisciplinares na região metropolitana de Belo Horizonte, além do estabelecimento de convênios internacionais para a elaboração de pesquisas comparativas. No ensino, o destaque fica por conta do treinamento e formação do corpo discente e docente nas técnicas quantitativas de análise de dados, referência no país. Seguindo o enfoque nas pesquisas quantitativas, o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise de Redes Sociais (GIARS) tem como objetivo a produção e análise de dados sobre estruturas sociais relacionais, conhecidas como redes sociais. O Observatório de Inovação, Cidadania e Tecnociência (InCiTe) investiga as relações entre ciência, política, mercado e democracia, e desenvolve pesquisas sobre a construção do conhecimento científico e tecnológico. O Centro de Estudos Urbanos (CEURB) é o grupo de pesquisa mais antigo do programa, formado em 1992. Tem entre os temas de pesquisa a mobilidade urbana, espaço público e sociabilidade urbana, mobilidade espacial, renda e mercado de trabalho, entre outros. Por fim, o Centro de Estudos da Religião Pierre Sanchis, fundado no início dos anos 2000, surgiu de um projeto de

pesquisas interinstitucional entre Religião e Política entre alunos de Ciências Sociais, no qual a UFMG teve centralidade.

Outro ponto de destaque do programa é a integração com a sociedade, feita através de várias iniciativas. Uma delas, já citada aqui, é o Programa Intensivo de Metodologia Quantitativa, que oferece cursos de metodologia quantitativa aberto para estudantes de graduação e pós-graduação do PPGS/UFMG, bem como para profissionais de outras áreas e com inserções profissionais extra acadêmicas. Essa iniciativa já contribuiu para a formação de vários profissionais, sendo usada como modelo para experiências similares em outros programas de pós-graduação. A colaboração de docentes do programa com o Espaço de Conhecimento, redes de museus da UFMG é outro ponto de contato com a sociedade, a partir de formulação de atividades e exposições voltadas para a divulgação científica e a promoção de cultura científica. Além dessas experiências, podemos citar: o Centro de Capacitação e Pesquisas em Projetos Sociais (CECAPS) com o desenvolvimento de cursos abertos para gestores do setor público, privado e terceiro setor com o objetivo de elaborar, avaliar e monitorar programas sociais; a construção do Observatório de Conflitos Ambientais, que teve como produto um portal eletrônico com um mapa dos conflitos ambientais mais emblemáticos do estado; e a colaboração no Observatório de Migração Internacional desenvolvida por docentes da PUC Minas com o objetivo de criar uma base de dados sobre migração no estado, dentre outras experiências de extensão.

Como exemplo de ações concretas para alcançar a internacionalização, o programa estimula os docentes no estabelecimento de vínculos com universidades estrangeiras para produção de artigos e livros, além da oferta de disciplinas em língua inglesa num intercâmbio com a *University of Texas at Austin*, com o objetivo de atrair estudantes estrangeiros. Em 2017 o programa recebeu três estudantes vindo de países da América Latina. Outra frente de internacionalização é o estímulo aos discentes para realização de doutorado sanduíche e pós-doutorado em países estrangeiros e a participação de professores de outros países em atividades promovidas pelo programa.

Como pontos fortes, o programa destaca o papel exercido no desenvolvimento de pesquisas de natureza quantitativa e a formação de outros profissionais nessa área, umas das marcas do programa em âmbito nacional, a articulação com o ensino, sobretudo com a graduação, as atividades de extensão desenvolvidas por vários professores. O estabelecimento de parceiras nacionais e internacionais e a integração da pesquisa aplicada com o fornecimento de consultorias e especializações também é ressaltado. Como pontos que podem ser melhorados, o programa ressalta o uso de ferramentas de ensino à distância, o aumento da

oferta de disciplinas totalmente em língua estrangeira para atrair mais estudantes vindos do exterior, além do aumento do impacto dos resultados das pesquisas por meio de publicações internacionais, entre outros aspectos.

2.3.4 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (PPGS/UNICAMP).

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, homologado em 2003, nasceu da incorporação de dois cursos anteriores: o de mestrado em Sociologia, criado em 1974 e o de doutorado em Ciências Sociais de 1985, ambos filiados ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Apesar da reestruturação ser recente, o programa conta com o acúmulo e a experiência dos docentes que atuaram nesses cursos desde a década de 1970. Prova disso é o legado da formação de recursos humanos. Desde 1974 até 2016, o programa formou 393 mestres e desde 2005, 102 doutores, de acordo com informações disponíveis no Relatório Coleta CAPES de 2017 (CAPES, 2017e).

Tendo alcançado o conceito seis na última avaliação da CAPES, o que qualifica o programa como de excelência internacional, o corpo docente é composto por 23 professores, sendo 18 permanentes e cinco colaboradores. Do quadro permanente, 18 são titulares e 10 tem livre-docência, o que indica alto nível de formação e qualificação dos mesmos. No total de professores, 15 tem pós-doutorado, reforçando a assertiva acima. Por sua vez, em 2017 o corpo discente contava com 113 estudantes, sendo 39 de mestrado e 55 de doutorado.

O programa tem como destaque o fortalecimento do contato com a graduação e a internacionalização, concretizada pelos convênios internacionais, atração de professores estrangeiros que atuam no programa com palestras e minicursos, além da participação de docentes e discentes em congressos internacionais, doutorado sanduiche e pós-doutoramento dos docentes. Cabe ressaltar também os sete projetos de cooperação acadêmica internacional que o programa estabeleceu com outras universidades nos últimos anos, com destaque para a proposta vencedora do BRICS- *Sociology*, do edital da CAPES Universidade em Rede dos BRICS.

Outra preocupação e meta do programa é o aprimoramento da formação em metodologia, que se expressa em medidas concretas como a seleção de um pós-doutorando nessa área, a criação de uma disciplina que promova o debate sobre o trabalho intelectual e o fazer sociológico e a participação no projeto Escola São Paulo de Ciência Avançada em

Metodologia em Ciências Humanas, com o recebimento de alunos do Brasil e do exterior para minicursos na área ministrados em inglês.

O programa conta ainda com oito centros e núcleos de pesquisas que articulam professores e alunos em torno do interesse de pesquisas mais específicas e bem variados. O Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) é o mais antigo do programa. Fundado em 1986, reúne pesquisas interdisciplinares com foco nas questões ambientais, aliando pesquisa e ensino. Em 1993, foi criado o Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU), referência nacional na área. Voltado para as pesquisas que têm as questões de gênero como objeto, o núcleo reúne trabalhos de diversas áreas e instituições. É responsável pela publicação periódica do *Cadernos Pagu*, importante revista da área classificada nos estratos A1, A2 e B1 no sistema Qualis/CAPES em diversas áreas como Sociologia, Antropologia, História, entre outras. A revista faz parte dos principais indexados internacionais como o Scielo, indicando um alto impacto científico. Além disso, o núcleo publica também a *coleção Encontros*, apresentando os resultados de congressos organizados por eles e em parceria com a editora da UNICAMP. Publica ainda a *coleção Gênero e Feminismo*, que traz as traduções de obras estrangeiras importantes para esse campo de estudos. O Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) foi criado em 1996 com o objetivo de promover pesquisas, grupos de estudos, eventos acadêmicos em torno das questões centrais do marxismo como relações de classe, sindicalismo e movimentos sociais, neoliberalismo, além de investigar as relações entre marxismo e pensamento político e marxismo e cultura. O centro é a sede da revista *Crítica Marxista* (editora Unesp) e conta com a publicação do periódico *Cadernos Cemarx*. O centro de Estudos Rurais (CERES) reúne pesquisadores interessados nos fenômenos do mundo rural. Tem em sua organização os seguintes grupos de pesquisas: Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes (LATA), Laboratório de Pesquisa e Extensão com Populações Tradicionais Afro-Americanas (LAPA) e o Observatório de Conflitos Rurais. É responsável pela publicação da *Revista Científica Ruris*: revistas do centro de estudos rurais do IFCH/UNICAMP. Criado em 2003, o centro Conhecimento, Tecnologia e Mercado articula pesquisas ligadas às transformações socioculturais motivadas pela revolução pós-industrial. O grupo de pesquisa Teoria Crítica e Sociologia desenvolve pesquisas sobre teorias críticas da sociedade contemporânea, teorias da justiça social e outros temas. O Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT) congrega pesquisas sobre a história dos trabalhadores escravos e livres no Brasil a partir das suas tradições, costumes, variações regionais e nacionais, seus processos de construção de identidade, entre outros aspectos. Por fim, o grupo

mais recente foi criado em 2014, e tem como foco o estudo da obra de Pierre Bourdieu e suas relações com outros autores que desenvolveram pesquisas correlatas.

Dentre os aspectos positivos, o programa destaca a elevada produção do corpo docente e discente, sobretudo nos estratos mais altos do Qualis; a política de internacionalização com a vinda de professores estrangeiros que ofereceram minicursos, além de pós-doutorados e bolsas sanduiche no exterior; a construção de redes de cooperação acadêmica no Brasil e em outros países; a inserção social do programa, sobretudo em relação à implementação da política de ações afirmativas na pós-graduação em 2016, entre outros. Como pontos a serem aprimorados o programa cita a diminuição do tempo de integralização da formação discente, a desproporção de bolsas da CAPES e do CNPq, sobretudo no doutorado e o aumento do número de bolsas para ingressantes, que foi bem reduzido em 2017, além dos esforços de reverter os intercâmbios em publicações conjuntas e em convênios.

2.3.5 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE).

O programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco é o primeiro da área no Brasil. Seu desenvolvimento é praticamente concomitante com a institucionalização da pós-graduação no Brasil, transformando o programa num marco desse processo. Sua criação data de 1967, ano de início do mestrado em Sociologia e Economia vinculado ao Programa Integrado em Economia e Sociologia (PIMES). Os dois cursos permaneceram juntos até 1981. 14 anos depois, com a criação do curso de doutorado em Sociologia, o programa assumiu seu atual formato. (CAPES, 2017f).

Em 50 anos de existência, o programa soma 547 trabalhos concluídos, sendo 363 de mestrado e 184 de doutorado. Em sua atual configuração, o programa é composto por 26 docentes, dos quais 19 são permanentes (nove deles são bolsistas de produtividade do CNPq, representando 34,6% do total) cinco colaboradores; 207 discentes, 56 do mestrado e 78 do doutorado. A última avaliação da CAPES lançada em 2017 atribuiu o conceito seis ao programa, o que demonstra sua excelência e seu padrão internacional.

Seguindo a tendência dos demais programas, o PPGS/UFPE tem na internacionalização um aspecto fundamental de seu planejamento e desenvolvimento. Tendo em vista este objetivo, o programa reforça os convênios internacionais já firmados com universidades de diversos países e o intercâmbio de docentes e discentes, além da atuação dos docentes em fóruns internacionais.

A integração com a graduação é uma das prioridades do programa. Ela acontece pela presença dos professores permanentes do programa nas disciplinas da graduação, nas atividades de supervisão de bolsas de iniciação científica, monitoria, orientações de monografias, entre outras atividades. Chama atenção a existência de um projeto de dupla titulação entre a UFPE e a Universidade de Hamburgo oferecida aos alunos da graduação em Ciências Sociais da universidade brasileira e da universidade alemã, estabelecendo um contato entre as instituições que pode ser traduzido em pesquisas e publicações.

Em relação às parceiras nacionais estabelecidas entre o programa e outras instituições, o destaque é o Programa de Doutorado Interinstitucional desenvolvido entre a UFPE e a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) firmado entre 2012 e 2017. Nesse período sete doutores se formaram e três deles atuam como docentes na UNIVASF. Essa parceria ajudou na promoção e desenvolvimento da pós-graduação e das pesquisas nas cidades da região colocando o PPGS/UFPE num papel de liderança regional, consolidando uma rede de cooperação acadêmica.

O programa é responsável pela publicação da *Revista Estudos de Sociologia* classificada como B1 no sistema Qualis. A revista é publicada desde 1995 com periodicidade semestral e tem como foco números temáticos, dossiês e artigos de pesquisadores nacionais e internacionais. Além disso, o programa publica também a *Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-Coloniais* do Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança (NUCEM) e do Núcleo de Epistemologias do Sul Global (NESG), classificada como B3 na área de sociologia pela Qualis.

Como ponto forte, o programa destaca a integração com a graduação desde o ponto de vista administrativo, com a gestão de recursos humanos e infraestrutura entre a pós-graduação e a graduação; até a integração político-pedagógica, que objetiva incentivar alunos da graduação ao desenvolvimento da pesquisa e ao universo de produção de conhecimento, por meio da inserção nos grupos de pesquisa associados ao PPGS/UFPE. A internacionalização aparece como um ponto forte ao lado da diversidade de temas de pesquisa e a inserção social dos docentes em diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil, na participação de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em diversas áreas. Como aspectos que devem ser aprimorados, o programa ressalta a necessidade de otimização administrativa e das funções burocráticas; aumento da produção qualificada de discentes e docentes, com ênfase em periódicos Qualis A1, A2 e B1; estímulo à participação de docentes externos, do país e do exterior nas atividades de ensino e pesquisa do programa; diminuição

do tempo médio de titulação, além do aumento da publicação de artigos em relação à produção de livros e das produções coletivas entre docentes e discentes.

2.3.6 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC).

O programa iniciou suas atividades de pesquisa e ensino em 1976, ano de criação do mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. O curso tinha esta denominação em função das reflexões teóricas e práticas vigentes na Sociologia brasileira nos anos 1970, contexto de criação do curso. Em 1993 houve a criação do curso de doutorado e progressivamente o programa foi incorporando novas discussões temáticas. Atualmente, o programa tem como concentração a área da Sociologia e está vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

Segundo informações fornecidas pelo programa ao Relatório Coleta CAPES de 2017 (CAPES, 2017g), o programa é formado por 23 docentes e 182 discentes. Na última avaliação da CAPES, o programa obteve conceito cinco, considerado muito bom. Dentre suas ações mais relevantes no período, é possível destacar a sua contribuição na criação de dois cursos de pós-graduação vinculados ao mesmo departamento: mestrado em Antropologia e o mestrado profissional em Sociologia (PROFSOCIO), ambos em 2017, fortalecendo a atuação do programa na cooperação acadêmica na região.

O programa tem como principal objetivo a intensificação da internacionalização através da criação e consolidação de redes de pesquisadores compostas por docentes brasileiros e estrangeiros.

No que se refere à pesquisa, o PPGS/UFC se estrutura em 12 laboratórios, núcleos e centros de pesquisa, associados às linhas de pesquisa. O mais antigo deles iniciou suas atividades em 1994. O Laboratório de Estudos da Violência (LEV) vem desenvolvendo pesquisas sobre violência e violação dos direitos humanos no grupo de pesquisa Poder e Violência ligado ao laboratório. Três anos depois, surgiam mais dois núcleos de pesquisa no programa: o Núcleo de Estudos da Religião, Cultura e Política (NERPO), voltado para a reflexão e análise dos fenômenos religiosos contemporâneos no Brasil sobretudo do cristianismo católico e protestante, a partir de cinco eixos temáticos que associam religião a política, mercado, mídia, arte e outros fenômenos; e o Núcleo de Estudos do Trabalho (GET) que desenvolve pesquisas sobre as formas de organização do trabalho, sindicalismo e cooperativismo, além do campo da economia solidária. Em 2001 foi criado o Laboratório de

Estudos da Oralidade (LEO) com enfoque na produção de etnografias, registros audiovisuais, história de vida e outras abordagens ligadas sobretudo à Antropologia; e o Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC) que reúne trabalhos sobre cidade, patrimônio público e eleições. No ano seguinte foi criado o Laboratório de Estudos da Cidade (LEC) que investiga as relações entre práticas culturais e espaço urbano de modo interdisciplinar, a partir da perspectiva da Sociologia Ambiental pela associação com as questões habitacionais. Em 2004 surgiu o Núcleo de Estudos de Política, Mídia e Processos eleitorais (LEPEM) com o objetivo de compreender o processo eleitoral no país. O Laboratório de Antropologia de Imagem (LAI) e o Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas (GEPE) foram criados em 2005. Em 2007, foi criado o Núcleo de Pesquisa sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade, articulando estudos sobre esses temas e a Rede de pesquisadores sobre América Latina (RUPAL) num convênio com a Universidade Nacional do México e do Centro Superior de Investigação Científica de Madri. O Laboratório da Juventude (LAJUS) é o mais recente. Foi criado em 2012 e promove encontros, pesquisas e ações na esfera governamental e na sociedade civil sobre as experiências juvenis.

Dentre os convênios nacionais estabelecidos pelo programa merecem destaque a participação do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia com o projeto Democracia, Violência e Segurança Cidadã, juntamente com a USP, UnB, UFRJ e UFRGS. Ao PPGS/UFC coube a comparação das situações de violência nas cidades de Bogotá, na Colômbia e Fortaleza. A partir desse projeto, outros professores do programa desenvolveram pesquisas sobre temas correlatos, associados à violência, com interlocuções com outras instituições como a Universidade Federal do Amazonas. Outra iniciativa que merece destaque é a atuação do programa de doutorado interinstitucional (DINTER). O PPGS/UFC atuou na formação de 12 professores e técnicos administrativos de áreas fins da Universidade Federal do Amapá na área de Sociologia, contribuindo para a criação e desenvolvimento da disciplina nesta universidade.

Os convênios internacionais se desenvolveram a partir de relações firmadas pelos docentes do programa com universidades estrangeiras, sobretudo do México, França, Portugal e Estados Unidos, além da recepção de estudantes vindo do exterior e da ida de docentes e discentes do programa para outras universidades.

Como pontos fortes, o programa ressalta a renovação do corpo docente feita pela incorporação de professores do Departamento de Ciências Sociais ao programa, trazendo uma nova perspectiva analítica; a participação de docentes em comitês e instituições científicas como a CLACSCO, ALAS, Instituto Histórico e Antropológico do Ceará, SBS, entre outros.

Em relação aos aspectos que devem ser aprimorados o programa destaca a condução pedagógica dos alunos com o objetivo de reduzir o tempo de titulação, a distribuição da quantidade de orientandos por docente, evitando concentrações, o estímulo à publicação dos discentes em revistas e periódicos e a participação dos mesmos em eventos acadêmicos sobretudo fora do estado.

2.3.7 Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA).

O programa teve como ponto de origem os cursos de mestrado em Antropologia, criado em 1994 e do mestrado em Sociologia, de 1999, ambos vinculados ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. A fusão, no ano de 2003, levou à implementação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que oferecia cursos de mestrado e doutorado na área. Entretanto, em 2013, o programa assumiu a atual nomenclatura, seguindo uma recomendação da CAPES para adequar o perfil do programa ao trabalho que vinha sendo realizado pelos docentes, dada a ausência de atividades de ensino e pesquisa na área de Ciência Política. Essa nova denominação, com concentração nas áreas de Sociologia e Antropologia, é praticamente única no país, compartilhada apenas com o programa da UFRJ, de mesmo nome.

Dentre os programas analisados nesta pesquisa, este é o mais recente em termos de constituição e estruturação no atual formato, além de ser o único representante do Norte do país. A localização geográfica do programa está fortemente associada à sua vocação de pesquisa voltada para as questões da realidade amazônica e para os estudos sobre as populações ribeirinhas, camponesas, extrativistas, quilombolas e indígenas, segundo informações disponíveis no Relatório Coleta CAPES de 2017 (CAPES,2017h).

Desde 2004, o programa já contribuiu para a formação de 239 mestres e 117 doutores na área de Sociologia e Antropologia. Atualmente conta com 120 discentes, sendo 41 de mestrado e 79 de doutorado, além de 24 docentes, 19 permanentes e cinco colaboradores. Entre os docentes, sete deles são bolsistas de produtividade do CNPq, representando 37% do total. Na última avaliação da CAPES, o PPGSA/UFPA obteve conceito quatro, o mesmo das últimas duas avaliações, o que sugere a manutenção de um padrão de produção de conhecimento, pesquisa e ensino.

Nas experiências inovadoras de formação, o programa destaca as iniciativas do Grupo de estudos sobre Populações Indígenas na criação de aplicativos de celular que tenham como

objetivo a preservação da cultura indígena e o projeto RENAS/MPEG, que desenvolve atividades de extensão com as populações haliêuticas da Panamazônia como a produção de cartilhas, filmes, imagens e documentos demandados por essas populações. Essas iniciativas revelam e evidenciam o empenho e direcionamento do programa para atuação junto aos povos tradicionais.

Entre as parcerias estabelecidas pelos docentes do programa nacionalmente podemos destacar o convênio com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- IDSM⁹ para o desenvolvimento de pesquisas, estágios e projetos de extensão sobre populações ribeirinhas em unidades de conservação ambiental desde 2000 e a relação do PPGSA/UFPA com o Ministério Público Federal e a Procuradoria da República do Pará para a elaboração de laudos referentes aos impactos ambientais e aos direitos das populações indígenas e quilombolas.

No plano internacional, o programa também estabeleceu parcerias e convênios. Desde 2014 participa do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC) criado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em parceria com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) que tem por objetivo promover a vinda de alunos da América Latina para o programa. A contar da implementação, o programa já recebeu 20 estudantes. Outro convênio importante é o projeto OSE Guyamapa – Observação por Satélite do meio ambiente que tem como meta a criação de referências comuns para a gestão ambiental no Platô das Guianas, além da elaboração de indicadores ambientais através de dados de satélites. O projeto é financiado pela União Europeia e envolve pesquisadores da Guiana Francesa, do Suriname e do Brasil (Amapá e Pará). Os processos de internacionalização do programa ocorrem, sobretudo, pela qualificação internacional do corpo docente, em estágio pós-doutoral em países da Europa, Estados Unidos e África.

A construção de indicadores de avaliação foi um dos pontos positivos realizado pelo programa. Soma-se a isso o aumento da produção acadêmica qualificada pelos discentes, fruto da reestruturação curricular promovida pelo programa. Como pontos que devem ser aprimorados, estão o aumento da produção coletiva de docentes e discentes do programa, aumento de professores contemplados com a bolsa de produtividade do CNPq, ampliação dos intercâmbios nacionais e internacionais, sobretudo com países da América Latina, entre outros aspectos.

⁹Organização social que atua como unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do terceiro setor que atua na elaboração, coordenação, execução e financiamento de projetos de pesquisa sobre desenvolvimento sustentável em áreas de presença ambiental na amazônica, em especial nas reservas de Mamirauá e Amaña na região do Médio Solimões, Amazonas. Informações disponíveis em: <<https://mamiraua.org.br/>>. Acesso em nov.2018

2.3.8 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL/UnB).

O PGSOL/UnB se constituiu na década de 1970 com a criação do curso de mestrado, sendo um dos primeiros do país na área. Em 1984 foi instituído o curso de doutorado, onde o programa assumiu sua atual configuração. Ao longo da sua história, o programa teve mudanças na sua área de concentração, associadas às transformações da sociedade. Na década de 1970, o programa concentrou seus esforços de pesquisa e ensino na área da Sociologia do Desenvolvimento que predominava na agenda de pesquisa da disciplina naquele contexto. Na década seguinte, com a abertura do doutorado e no contexto do regime militar, o programa mudou sua área de concentração para Estado e Sociedade, com o desenvolvimento de grandes projetos sobre urbanização e transformações no mundo rural. Na década de 1990, a ênfase recaiu na área de Ciência, Tecnologia e Sociedade, com temas sobre o desenvolvimento científico do país. Já no final da mesma década, todavia, houve a consolidação da atual área de concentração do programa, Sociedade e Transformação. Nesse cenário a pesquisa deixou de ser organizada em grandes projetos para ser desenvolvida dentro das linhas de pesquisa por projetos mais circunscritos, tendência associada ao desenvolvimento da Sociologia brasileira da época, com a abertura para novos temas de pesquisa, como exposto no capítulo 1.

Assim como no caso do PPGSA/UFPa, a localização geográfica exerce uma grande influência na organização do programa. Sendo o primeiro programa de pós-graduação das Ciências Humanas no Distrito Federal, o PGSOL/UnB dialoga com o centro político do país, contribuindo para a formação de quadros para a administração federal, bem como na formulação, execução e avaliação de políticas públicas que se refletem tanto na atuação dos docentes, como na dos egressos.

Segundo dados disponibilizados pelo programa no Relatório Coleta CAPES de 2017 (CAPES, 2017i), o corpo docente é composto por 27 professores, entre permanentes e colaboradores e o corpo discente é formado por 152 estudantes. Na última avaliação dos programas de pós-graduação da CAPES divulgada em 2017, o programa alcançou conceito sete, juntando-se ao seleto grupo composto por PPGSA/UFRJ e PPGS/UFRGS, no nível mais elevado de excelência e padrão internacional que os programas podem ter.

No âmbito da formação, além das disciplinas que compõem a grade curricular, o programa oferece regularmente desde 2013 cursos de inverno sobre metodologia qualitativa aplicada às Ciências Sociais, com 1/3 das atividades desenvolvidas à distância. Essa iniciativa

revela a preocupação do programa com a qualidade da formação dos discentes para a realização de pesquisas empíricas.

Na integração com a sociedade merece destaque a promoção do curso de especialização *lato sensu* em Segurança Pública e Cidadania que desde 2007 contribui para a qualificação dos profissionais da área.

As parcerias nacionais firmadas pelo programa são amplas e diversificadas. Do ponto de vista dos convênios podemos citar a participação no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) com a pesquisa Violência, Democracia e Segurança Cidadã entre os anos de 2009 e 2014, o desenvolvimento de pesquisa com o IPHAN (Instruções para o reconhecimento do complexo cultural do Bois-bumbá amazônico como patrimônio imaterial do Brasil), Fundação Cultural Palmares e o antigo Ministério da Cultura (formulação de diretrizes para políticas públicas orientadas para valorização da cultura afro-brasileira), Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (cursos de formação na área de segurança pública) além de várias atividades desenvolvidas em parceria com o IPEA através dos grupos de pesquisa do programa. Em 2008, o PGSOL/UnB participou do programa de doutorado interinstitucional (DINTER) para auxiliar na formação e qualificação dos docentes da Fundação Universidade do Tocantins.

No cenário internacional, o programa firmou intercâmbios com instituições estrangeiras para o oferecimento de cursos intensivos para pós-graduação por docentes estrangeiros, que abriram caminho para parcerias de pesquisa mais consistentes como no caso do Professor Bert Klandermans (Universidade Livre de Amsterdam) e da professora Gurminder Bhambra, da Universidade de Warwick (Reino Unido). Do ponto de vista coletivo, o programa estabeleceu convênios com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa com o projeto “As transformação no Ensino Superior Portugal-Brasil (2010-2013)” com a participação de quatro docentes e cinco estudantes de doutorado; com a Universidade Nacional de Quilmes (Argentina) para o intercâmbio de docentes e discentes e a realização de seminários e com a Universidade Autônoma da Cidade do México (México) com a organização de dois seminários internacionais com foco nas questões urbanas dos dois países. Além disso, cabe destacar as parceiras estabelecidas dentre os países do Sul, como a inserção na rede de pesquisa *Agrarian South*, reunindo pesquisadores da África do Sul, Bolívia, Brasil, Gana, Índia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue voltados para a questão agrária em seus países, entre outras iniciativas da rede como a fundação de um periódico para a publicação dos resultados das pesquisas; e a filiação em 2010 do programa na CLACSO, com impactos para

os discentes indicados a premiações e que participam de seminários e cursos promovidos pela instituição.

Como ponto forte, o programa ressalta a oferta anual de cursos de verão e inverno nas mais diversas áreas da Sociologia, mas em especial em Metodologia de pesquisa. Como aspectos que devem ser melhorados estão um aprimoramento das linhas de pesquisa para que definam melhor seus eixos temáticos e que podem articular de forma mais eficiente os estudantes aos projetos de pesquisa dos orientadores, diminuição do tempo médio de titulação com estratégias que envolvem o acompanhamento de discentes após a qualificação com reuniões de trabalho com os membros da linha de pesquisa a que o estudante se vincula, além da intensificação dos convênios nacionais e internacionais com o intercâmbios de professores e estudantes.

2.3.9 Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC).

As origens do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina remontam o ano de 1978, marco da criação do Mestrado em Ciências Sociais que tinha como áreas de concentração a Sociologia e Antropologia. Sete anos depois houve uma separação das disciplinas e a criação do Mestrado em Sociologia Política e em 1999, a criação do Doutorado também em Sociologia e Política. Esta combinação das disciplinas que configuram a concentração do programa não é muito usual, mas está presente em alguns outros programas avaliados pela CAPES na área de Sociologia, como na Universidade Cândido Mendes (UCAM), na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e na Universidade de Vila Velha.

Desde a criação do mestrado em 1978, e do doutorado em 1999, o programa contribuiu para a formação de 473 mestres e 146 doutores até o final de 2017, segundo informações disponíveis no Relatório Coleta CAPES de 2017 (CAPES, 2017j). Atualmente o corpo discente é composto por 176 estudantes e o corpo docente é formado por 33 docentes, sendo 29 permanentes e quatro colaboradores. Do corpo docente, 14, representando 42,4% do total, são bolsistas de produtividade do CNPq, o que indica o impacto da produção dos docentes. Na última avaliação da CAPES, o PPGSP/UFSC obteve conceito cinco, considerado muito bom pelos avaliadores.

Para consolidar a produção e a divulgação científica dos corpos discente e docente do programa e pesquisadores de outras instituições, o programa é responsável pela editoração de duas revistas científicas. A *Revista Política & Sociedade*, classificada no estrato B1 no sistema Qualis na Sociologia e a *Revista em Tese*, organizada exclusivamente pelos discentes.

A internacionalização é uma das metas do programa que tem se esforçado para ampliar convênios, parcerias e publicações internacionais, bem como a mobilidade de professores e alunos, seja através de estágios de pós-doutorado, seja através de doutorados sanduiche, além da ampliação do recrutamento de alunos vindo do exterior e de professores estrangeiros. Um exemplo desse esforço é a iniciativa do Programa Erasmus Fellow Mundus voltado para a mobilidade de estudantes de graduação, mestrado e doutorado, pós-doutorado entre universidades latino-americanas e europeias, idealizado pelo PPGSP/UFSC em parceria com a Universidade Nova de Lisboa com financiamento da União Europeia.

No que diz respeito à pesquisa, o programa está estruturado em 15 núcleos e laboratórios que, associados às linhas de pesquisa, organizam as atividades de pesquisa sobre os assuntos mais diversos com destaque para as áreas Meio Ambiente, Política, Saúde, Trabalho e Economia, demonstrando a diversificação temática do programa. São eles: 1) o Núcleo de Ecologia Humana e Sociologia da Saúde (ECOS) voltado para o desenvolvimento de pesquisas sobre a relação entre a espécie humana e o Meio Ambiente e impacto para a saúde humana; 2) o Instituto de Pesquisa em Risco e Sustentabilidade (IRIS) com estudos sobre os vínculos sociais entre os riscos (ambientais, alimentares e tecnológicos) e as estratégias de sustentabilidade dentro da área da sociologia ambiental; 3) o Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO) congregando pesquisas sobre processos de trabalho, trabalho, urbanização e história social, movimento sindical, capitalismo e reestruturação produtiva, emprego e desemprego, ensino de sociologia, ensino superior e universidade pública, pensamento e teoria social, entre outros temas. O laboratório é responsável também pelo projeto de extensão LEFIS – Laboratório de Ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio de Santa Catarina, que em parceria com a UFSC e a Secretaria de Educação de Santa Catarina, oferece cursos de formação e oficinas para estudantes de graduação e professores das duas disciplinas; 4) o Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF) reunindo pesquisadores do departamento de Sociologia e Ciência Política de UFSC interessados nas questões agrícolas, sobretudo as questões sobre agricultura familiar; 5) o Núcleo de Estudos em Comportamento e Instituições Políticas (NECIP) voltados para os temas associados às instituições políticas e comportamento eleitoral, em particular nas análises dos partidos e sistemas partidários, mídia e opinião pública e relações entre Executivo e Legislativo; 6) o

Núcleo de Estudos da Educação e da Juventude Contemporânea (NEJUC) congregando as áreas de estudo Sociologia da Educação e da Juventude; 7) o Núcleo de Estudos do Pensamento Político (NEPP) que promove pesquisas sobre o papel das ideias, crenças e valores na representação política, além de debates sobre a teoria política normativa e o estudo da história do pensamento político; 8) o Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI) que analisa o sistema financeiro no capitalismo contemporâneo contribuindo para a construção de sistemas alternativos; 9) o Núcleo de Estudos em Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde (NESFHIS) que se articula em torno dos eixos temáticos estudos da Sociologia das Ciências, com destaque para as ciências da saúde, estudos epistemológicos das ciências da vida como filosofia e história da biologia, microbiologia, medicina social, estudos de bioética em relação à pesquisa científica e estudo da filosofia das ciências, a partir dos conceitos saúde-doença, normalidade-patologia, entre outros; 10) o Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP) fruto de uma iniciativa coletiva de docentes das áreas de Educação, Serviço Social, Sociologia e Ciência Política com o desenvolvimento de pesquisa sobre políticas públicas em Santa Catarina, sobretudo no que se refere à construção de indicadores sociais nos campos da Educação e da Segurança Pública; 11) o Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) reunindo pesquisas sobre os fundamentos epistemológicos da ecologia humana, ecodesenvolvimento, gestão integrada de recursos naturais e outros temas; 12) o Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) se dedica ao estudos sobre os movimentos sociais, as formas de associativismo da sociedade civil, participação política e outros; 13) o Núcleo de Sociologia Econômica (NUSEC) voltado para a análise sociológica dos fenômenos econômicos, a partir dos temas mercado e consumo, mercado e tecnologias alimentares, mercado agroalimentar, entre outros; 14) Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) orientado pela perspectiva do materialismo histórico-dialético desenvolve pesquisas sobre educação e sindicalismo, cooperativas e movimentos sociais, trajetórias profissionais; histórias de vida de lideranças comunistas de Santa Catarina, entre outros; 15) o Laboratório de Pesquisa Social (Metrópolis) que se dedica aos temas associados à Sociologia de Mídia e da Cultura.

Nos intercâmbios nacionais ganham destaque a participação dos docentes do programa em diversos eventos, seminários e congressos, além da realização de projetos de pesquisas em parcerias com outras universidades, como é o caso dos projetos de pesquisa no âmbito da Rede “Saúde: Práticas locais, Experiências e Políticas públicas”, do Instituto Nacional Ciência Tecnologia – INCT Brasil Plural, com foco na relação entre saúde e ambiente e doenças

infecciosas, este último desenvolvido por meio de cooperação internacional com a Universidade Nova de Lisboa e o *Collège de France*.

Como aspectos positivos e relevantes, o programa ressalta os recentes processos de reestruturação, com a implementação de uma nova grade curricular, um novo regimento interno, redefinição das linhas de pesquisas e critérios para credenciamento/descredenciamento dos docentes, o que resultou numa elevação da nota do programa pelo comitê de área e que não foi seguida pelo CTC; a ampliação de oferta de bolsas para os discentes, o aumento das publicações qualificadas, dos bolsistas de produtividades e dos convênios nacionais e internacionais, boa distribuição na oferta de disciplinas optativas, entre outras coisas. Já em relação aos aspectos que podem ser aprimorados, o programa ressalta a continuada criação de mecanismos que favoreçam a internacionalização do programa e que reflitam em convênios e publicações; ampliação da produção docente e discente em periódicos de excelência, aumento dos projetos de extensão e elaboração de estratégias para ampliar a visibilidade do programa internacionalmente.

2.3.10 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS).

O PPGS/UFRGS tem como origem o curso de mestrado em Sociologia e Ciência Política iniciado em 1972, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da universidade. Sete anos mais tarde houve a incorporação da área de Antropologia ao mestrado. A união das três disciplinas, todavia, não durou muito tempo. Em 1985 elas se separaram com a criação de cursos de mestrado específicos. Em 1994, a fusão do mestrado em Sociologia com o mestrado em Sociologia Rural, que era vinculada à faculdade de economia, somada à criação do curso de doutorado, resultou na composição do programa no atual formato.

Nas duas últimas avaliações da CAPES, o programa conquistou o conceito mais alto, indicando o empenho e dedicação sobretudo aos processos de internacionalização e publicação docente qualificada. É em função do seu reconhecimento acadêmico que o programa assume uma liderança nacional na produção de conhecimento científico e formação de recursos humanos na área, aliada ao protagonismo regional na formação de profissionais que atuam em docência e pesquisa em diferentes instituições do Rio Grande do Sul, do país e do exterior.

De acordo com informações disponíveis no Relatório Coleta CAPES de 2017 (CAPES, 2017) o programa é composto por 32 docentes, sendo 29 permanentes e três colaboradores. 40,6% do total (13 docentes) possuem bolsa de produtividade. O corpo discente é formado por 115 estudantes.

Como instrumento de divulgação científica, o programa é responsável pela publicação da *Revista Sociologias*. Com periodicidade quadrimestral, a revista é classificada como A1 na área de Sociologia, no estrato mais elevado do sistema Qualis, de padrão internacional. A revista integra, desde 2006, o portal *Scielo Social Science in English*, que disponibiliza números especiais de revistas brasileiras em inglês e faz parte de diversos indexados internacionais, atestando sua inserção e relevância no cenário mundial das Ciências Sociais.

Na formação, o programa destaca suas experiências mais inovadoras como a criação de uma comissão para o acompanhamento curricular, que desde 2016 mapeia a oferta de disciplinas e monitora a aplicação da grade curricular; e o trabalho da coordenação acadêmica que tem como objetivo o estabelecimento de um canal de comunicação e acompanhamento da elaboração de dissertações e teses por meio de duas reuniões semestrais com os alunos.

Devido a sua grande relevância no cenário nacional, o programa desenvolve diversos projetos de pesquisa com instituições de pesquisa e universidades no Brasil. Como exemplo é possível citar as relações de cooperação com o IPEA, com o Governo do estado da Bahia na promoção de cursos sobre monitoramento e avaliação de políticas públicas; com a Universidade Federal do Ceará com pesquisas na área de Sociologia da Cultura, entre outras universidades brasileiras. O programa também participa de rede de pesquisas, com destaque para o envolvimento no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do CNPq na área de violência, democracia e segurança cidadã; na rede de pesquisadores INCT Observatório de Metrôpoles sobre a questão urbana no Brasil, entre outras parcerias nacionais.

A nível internacional, o programa tem 12 projetos de cooperação científica já estabelecidos e mais quatro em construção, dados referentes ao ano de 2017. Dentre os projetos firmados, estão: a criação do Centro de Estudos Alemães e Europeus reunindo pesquisadores da UFRGS e da PUCRS para promover a colaboração acadêmica entre Brasil e Alemanha nas humanidades; o projeto acadêmico de pesquisas sobre questões agrárias nos BRICS intitulado *Brics Initiative for Critical Agrarian Studies*; o projeto de cooperação entre o programa e a FLACSO do Equador e da Argentina voltada para a mobilidade de discentes e docentes e o desenvolvimento de seminários, entre outras iniciativas.

O programa desenvolve e mantém três estratégias fundamentais para alcançar a internacionalização, que estão interligadas: a) aproximação e contato com centros de

pesquisas e universidades estrangeiras que envolvem curtas missões no exterior, participação em eventos, realizações de palestras e conferências; b) vinda de professores para ministrar palestras e participar das atividades do programa, além de formalização de acordos de cooperação internacional, realização de pós-doutorados e cotutelas; c) criação e consolidação de redes de pesquisas, atividades docentes no exterior e publicações internacionais. Como resultados dessas estratégias, em 2017 o corpo docente e discente do programa esteve presente em 37 congressos e seminários no exterior apresentando trabalhos, o programa recebeu 17 professores de diversas nacionalidades para a realização de palestras e conferências; oito estudantes estão fazendo doutorado sanduiche e oito alunos estrangeiros fazem parte do quadro discente do programa.

Como pontos fortes, o programa ressalta a estrutura curricular, a partir da criação de comissão de acompanhamento curricular e de uma nova estrutura curricular; a organização em linhas e grupos de pesquisa promovendo uma articulação entre ensino e pesquisa mais eficiente, a produção científica, a internalização da *Revista Sociologias*, a inserção internacional de docentes, entre outros aspectos. Dentre as dimensões que podem ser melhoradas estão a ampliação da inserção nacional e internacional do programa, elevação da publicação em periódicos internacionais, expansão da internacionalização, sobretudo em relação às economias emergentes como China e Índia e países da América Latina.

3. A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA NA PÓS-GRADUAÇÃO: LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

Este capítulo apresenta a análise dos dados referentes aos programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil que compõem a amostra da pesquisa. O objetivo é verificar, através da análise das linhas e dos projetos de pesquisa¹⁰ associados a cada programa, se há mudanças do ponto de vista temático e do projeto institucional de um programa para outro e de uma região para outra, para mapear, assim, a produção sociológica desenvolvida no Brasil e mensurar a recepção e/ou impacto das discussões e debates teóricos na Sociologia desenvolvidos em outros países nos últimos anos. Para isso, a análise está dividida em três níveis. A primeira diz respeito aos programas individualmente: serão descritas a evolução histórica de suas linhas de pesquisa, professores associados a cada linha, a quantidade de projetos vigentes em cada linha, com sua posterior análise e classificação em categorias mais amplas, tipos de financiamento destinado aos projetos e as parcerias nacionais e internacionais desenvolvidas pelos programas. Em um segundo nível será feita uma comparação regional dos programas para verificar a possível existência de correlações temáticas de interesse regional. Por fim, no terceiro nível, será feita uma comparação nacional de todos os programas que compõem a amostra observando, em especial, o tipo de financiamento dos projetos e as concentrações temáticas dos programas.

A análise dos projetos de pesquisa em vigência no país em 2018 foi feita a partir dos resumos ou dos títulos quando os resumos estavam ausentes, com o auxílio do *software* Textalyser¹¹ para a contagem das palavras mais frequentes. Isso possibilitou a criação de um dicionário de categorias, agrupando palavras ou frases com duas palavras, com o mesmo significado e excluindo palavras não significativas, como artigos e preposições, técnica usada em outra pesquisa para análise temática dos projetos de pesquisa (MARANHÃO, 2010). Dessa forma, as categorias temáticas derivam diretamente das palavras mais frequentes dos resumos dos projetos, sendo uma criação *a posteriori*, o que permite uma melhor avaliação e classificação dos mesmos. Foram criadas dezenove categorias a partir da análise dos resumos e dos títulos (quando os resumos estavam ausentes). Cada projeto foi classificado em uma

¹⁰ Serão analisados apenas os projetos que têm como natureza a pesquisa. Projetos de extensão, inovação, e de outras naturezas foram excluídos da análise.

¹¹ Textalyser é uma ferramenta online para a análise de textos. Com ela é possível analisar grupos de palavras, identificar as palavras mais frequentes em um texto, entre outras coisas. Para a presente análise, foram considerados como palavra, grupos com mais de 5 caracteres. Foram selecionadas as 3 palavras significativas mais frequentes de cada resumo. Disponível em < <http://textalyser.net/> >. Acesso em out.2018.

categoria. O dicionário se encontra no apêndice I. Ele é composto por palavras em português, inglês e francês, seguindo os idiomas dos resumos.

A aplicação deste método de análise tem algumas limitações, já que nem sempre a palavra mais utilizada pelo autor no resumo reflete o tema central da pesquisa. Por isso a classificação foi acompanhada sempre da leitura atenta dos resumos e dos títulos o que permitiu uma correção das limitações dessa técnica de análise dos dados. Outra limitação da aplicação da técnica diz respeito a uma particularidade das Ciências Humanas e Sociais: as palavras são também conceitos teóricos. Ou seja, um mesmo termo pode ter conotações e significados diferentes a depender do tipo de enfoque teórico e analítico do trabalho em questão. Dessa forma, em alguns casos, a mesma palavra ou expressão está presente em mais de uma categoria, a depender do foco central do projeto de pesquisa.

O quadro abaixo traz a distribuição da quantidade de palavras em cada categoria do dicionário. A partir dele podemos analisar a diversificação das áreas e das pesquisas. Quanto maior a quantidade de palavras, maior a diversificação, indicando que as pesquisas têm objetos de pesquisas variados. De maneira geral, as áreas com as maiores quantidades de palavras são as mais abrangentes, que englobam várias subáreas, como é o caso de Política e Cultura, ambas com mais de 90 palavras cada uma. As áreas que englobam objetos mais específicos como Família e Geração, Ação Coletiva/Movimentos Sociais e Desigualdade e Estratificação Social, têm menos palavras associadas. Ciência e Tecnologia é uma exceção porque é uma área específica, mas com muitas palavras associadas, o que revela uma diversificação nas pesquisas dessa área nova, mas que vem crescendo em relevância no cenário da Sociologia brasileira (MARTINS,2010).

Quadro 2 – Distribuição da quantidade de palavras em cada categoria.

Categorias	Quantidade de palavras
Política	94
Cultura	92
Violência	84
Teoria Social	75
Estudos Rurais	62
Estudos Urbanos	61
Ciência e Tecnologia	55
Saúde	54
Educação	49
Trabalho	47
Meio Ambiente	38
Raça e Etnia	36
Gênero e Sexualidade	36
Religião	34
Desenvolvimento	24
Economia	20
Desigualdade e Estratificação Social	18
Ação Coletiva/ Movimentos Sociais	14
Família e Geração	13
Total	907

Fonte: Elaboração própria, 2018.

As pesquisas incluídas na categoria Política são tributárias da Sociologia Política e da Ciência Política e têm como temas principais a democracia, eleições (participação eleitoral e financiamento), avaliação e análise de políticas públicas, participação política (participação cidadã e orçamento participativo), representação política, entre outros.

A Cultura engloba trabalhos tanto da Sociologia da Cultura e da Arte como a maioria das pesquisas da Antropologia, já que temos dois programas de pós-graduação com essa área de concentração, além da Sociologia. Dentre os temas de pesquisa é possível citar: expressões artísticas como a música, o cinema e os trabalhos sobre indústria cultural; manifestações culturais como o folclore e o carnaval; estudos sobre literatura e cordel; estudos sobre patrimônio cultural e memória coletiva; sobre grupos indígenas e quilombolas.

Na categoria Violência, as pesquisas giram em torno dos temas: crimes, em especial os associados a tráfico de drogas e a violência sexual; segurança pública e outros modelos de segurança como a cidadã; sistema penitenciário; vitimização, percepção de segurança e modelos de policiamento, com estudos sobre a polícia militar e o policiamento comunitário.

A Teoria Social reúne pesquisas das áreas de Pensamento Social e Político Brasileiro, Metodologia de Pesquisa, além dos trabalhos da própria Teoria Social. As pesquisas têm como objeto intelectuais, a Sociologia brasileiras, Teoria Social e Teoria Clássica, e pesquisas sobre autores específicos.

Tendo no Campo seu objeto privilegiado, as pesquisas da categoria Estudos Rurais desenvolveram temáticas como conflitos ambientais, movimentos rurais, impacto socioambiental, o modelo de desenvolvimento econômico do campo como o agronegócio e a agroindústria e modelos alternativos como a agricultura familiar, agroecologia e as cooperativas agrícolas, com destaque para a produção de alimentos orgânicos.

Em contraponto, as pesquisas da área de Estudos Urbanos têm as cidades como objeto de estudo, com o desenvolvimento de pesquisas sobre mobilidade urbana (transporte público), intervenções urbanas, migrações, moradia, urbanização, planejamento urbano, entre outros temas.

A Ciência e Tecnologia congrega pesquisas sobre a divulgação e colaboração científica, internet, cibernética, Tecnologia da Informação e Comunicação, dentre outros temas, relevando uma baixa diversificação temática.

A Saúde apresenta boa diversificação temática, a despeito da quantidade de palavras na categoria. Dentre os temas de pesquisas encontramos: políticas do Sistema Único de Saúde como a Estratégia de Saúde da Família, pesquisas sobre diversas doenças como HIV/AIDS, hepatites, sífilis, Alzheimer, saúde mental, psiquiatria, epidemiologia, vigilância, saúde sexual e reprodutiva.

Na área de Educação, a maioria das pesquisas tem o ensino superior como objeto. Vários aspectos são abordados como formação, currículo, estudantes egressos, entre outros. Apesar disso, encontramos pesquisas sobre a educação básica, sobretudo ensino médio e profissional, livro didático, políticas educacionais, indicadores de avaliação e mobilidade acadêmica. A concentração de pesquisas no ensino superior reflete o interesse dos professores universitários em compreender processos que fazem parte da sua realidade e universo de trabalho.

A categoria Trabalho apresenta boa diversificação temática, com uma concentração de estudos sobre os trabalhadores e processos de trabalho em comparação com empresas. Temas como sindicalismo, greves, trabalho doméstico, trabalho escravo, informalidade, precarização, jornada de trabalho, mercado de trabalho, flexibilização e empreendedorismo têm destaque nas pesquisas.

O Meio Ambiente é um dos temas de entrada e desenvolvimento tardio na Sociologia brasileira. Data de 1988 o primeiro grupo de trabalho da ANPOCS, Ecologia e Sociedade, considerado um dos marcos do reconhecimento das questões ambientais no debate sociológico (GUIVANT, 2010). Na análise das linhas e projetos de pesquisa a categoria apresenta baixa diversidade temática. As pesquisas giram em torno das mudanças climáticas e ambientais e da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Além delas podemos citar pesquisas sobre biodiversidade, ecologia humana, recursos naturais, hidroelétricas, impactos ambientais, dentre outras.

Em Raça e Etnia o destaque fica por conta das ações afirmativas e sistema de reserva de vagas, tema da maioria das pesquisas. Outras pesquisas tiveram como tema as desigualdades e discriminações raciais, racismo, escravidão, identidades étnicas e intelectuais negros.

A área de Gênero e Sexualidade apresenta grande diversificação temática, com pesquisas sobre papéis de gênero, prostituição, masculinidades, paternidade, população LGBT, sexualidade, direitos sexuais, corpo, feminismo, feminicídio, aborto, violência doméstica, entre outros.

Na categoria Religião encontramos pesquisas sobre as diversas denominações religiosas como o catolicismo, protestantismo, islamismos, religiões de matrizes africanas como o Candomblé, além de trabalhos sobre secularização, laicidade, as festas religiosas, procissões, santos, entre outras.

Desenvolvimento traz pesquisas sobre o capitalismo, globalização, desenvolvimento econômico e industrial, projetos de infraestrutura, políticas desenvolvimentistas, entre outras. Essa área que já foi central para a Sociologia brasileira, hoje perdeu espaço, como veremos adiante.

A Economia é uma área recente no desenvolvimento da Sociologia no Brasil e que possui um baixo grau de autonomia em relação às áreas mais consolidadas como o Trabalho e o Desenvolvimento. Isso cria dificuldades no mapeamento temático dessa área definida por sua aplicação da perspectiva sociológica aos fenômenos econômicos. (NAHOUM, 2017). Nesta pesquisa, os principais temas classificados nessa área foram: organizações, mercados, empresas, grupos financeiros, microcrédito, circulação econômica, corporações transnacionais, entre outros temas.

Na área de Desigualdade e Estratificação Social traz pesquisas sobre classes sociais, desigualdade e estratificação social, pobreza, exclusão, concentração de renda, entre outros temas.

Em função da sua especificidade, da área Ação Coletiva/ Movimentos Sociais traz um número reduzido de temas, com destaque para os protestos e manifestações, conflitos sociais, movimentos sociais e ações coletivas. O mesmo acontece com a área Família e Geração com pesquisas que têm como objeto crianças, jovens, idosos, socialização juvenil, adoção, configurações e arranjos familiares.

A criação de um sistema próprio de classificação dos projetos de pesquisa surgiu da ineficiência do sistema de classificação utilizado pelo CNPq para mapear a produção sociológica do ponto de vista temático (FIGUEIREDO,1988; MARANHÃO,2010; LIEDKE FILHO,2005). A árvore do conhecimento do CNPq¹² subdivide a Sociologia em sete grandes áreas: “Fundamentos da Sociologia” (que se subdivide em Teoria Sociológica e História da Sociologia), “Sociologia do Conhecimento”, “Sociologia do Desenvolvimento”, “Sociologia Urbana”, “Sociologia Rural”, “Sociologia da Saúde” e “Outras Sociologias Específicas”. A tentativa de utilização desta classificação, como veremos mais adiante, é incapaz de fornecer um retrato correto da atual produção sociológica no Brasil porque mais da metade dos projetos se encontra na categoria “Outras Sociologias Específicas”, demonstrando a diversificação da produção sociológica no Brasil.

3.1 Análise interna dos Programas de Pós-Graduação

3.1.1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Criado no atual formato em 1971, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP) é o segundo mais antigo do país, atrás apenas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE criado em 1967. É reconhecido na comunidade científica pelo desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil devido ao pioneirismo juntamente com a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) na institucionalização dos cursos de graduação em 1934.

No que se refere à organização dos projetos de pesquisa, o programa mantém as mesmas cinco linhas desde de 1971¹³. São elas: “Classes, conflitos, vida urbana e movimentos

¹² Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/ciencias-humanas>>. Acesso em nov.2018.

¹³ Informações obtidas pelo relatório de 2017 enviado a Coleta Capes. No site do programa há uma estruturação diferente das linhas de pesquisa, que pode ser acessada aqui: <<http://sociologia.fflch.usp.br/index.php/pos/areas>>. Acesso em: 01. nov. 2018. Por considerar que as informações oficiais do programa são enviadas a Capes e que ainda não está disponível o relatório de 2018, trabalharei com as informações disponíveis no Relatório de 2017. Em função da reestruturação não é possível saber previamente quantos professores pertencem as linhas presentes no Relatório de 2017.

sociais”; “Cultura, simbolização e representações sociais”; “Desigualdade, distinção, diferença e identidades”; “Processos políticos e instituições públicas- violência, direitos e cidadania” e “Teoria e metodologia em Sociologia”.

Quadro 3 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Cultura, simbolização e representações sociais	12	26,7
Processos políticos e instituições públicas- violência, direitos e cidadania	10	22,2
Teoria e metodologia em Sociologia	8	17,8
Classes, conflitos, vida urbana e movimentos sociais	7	15,6
Desigualdade, distinção, diferença e identidades	7	15,6
Projeto isolado	1	2,2
Total	45	100

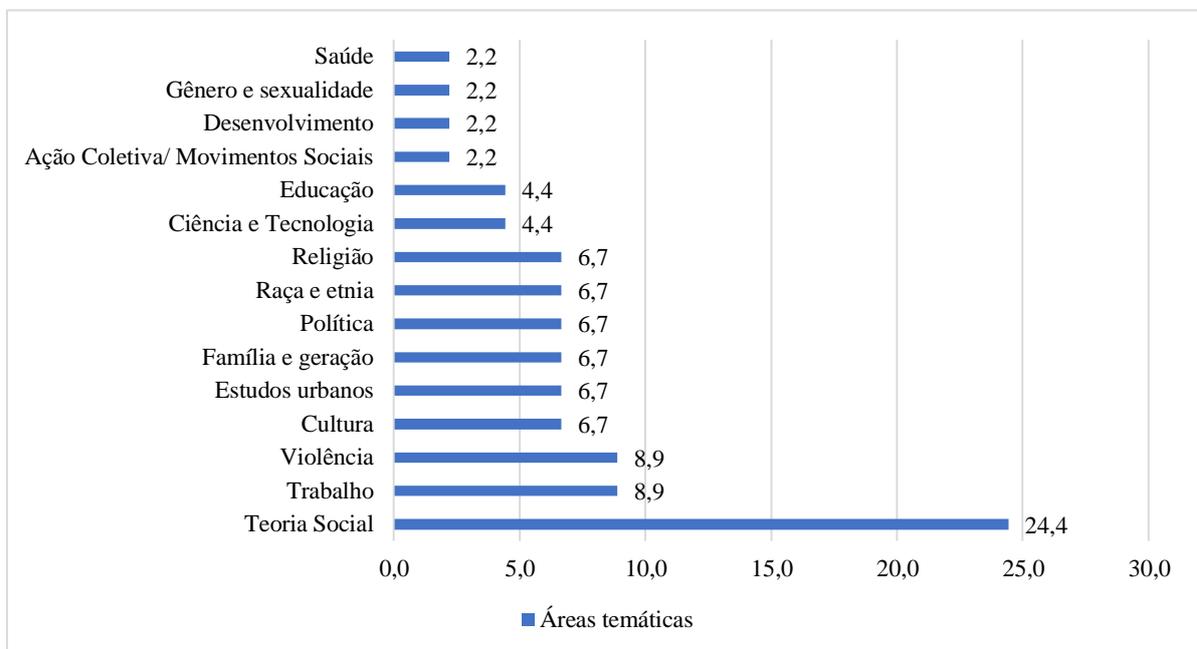
Fonte: Elaboração própria, 2018.

No quadro acima, as linhas estão distribuídas em ordem decrescente em relação à quantidade de projetos vinculados a elas. Em primeiro lugar, com o maior número de projetos vigentes, representando 26,7% do total, encontra-se a linha intitulada “Cultura, simbolização e representações sociais”, reunindo pesquisas sobre as instituições e expressões culturais contemporâneas, as relações entre reprodução cultural e reprodução social e sobre instituições religiosas e religiosidade popular. A segunda linha conta com 10 projetos vigentes, representando 22,2% do total, e agrega projetos sobre violência, direitos e cidadania; os regimes políticos, partidos políticos e forma de representação; políticas sociais, instituições do desenvolvimento e transformações econômicas. Em seguida, temos a linha “Teoria e metodologia em Sociologia” que reúne projetos sobre a tradição sociológica clássica e as principais vertentes do pensamento contemporâneo; sobre as ligações entre teoria e metodologia nas Ciências Sociais, entre outros. A quarta linha reúne estudos sobre as mudanças no capitalismo e nas formas de organização do trabalho, a formação das classes sociais no Brasil bem como das ações coletivas e dos movimentos sociais, práticas urbanas, trajetórias e mobilidades nas cidades, imigrações e metrópole urbana. Em síntese, se dedica aos problemas da vida urbana na modernidade. A última linha intitulada “Desigualdade,

distinção, diferença e identidades”, agrega pesquisas sobre os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades, relações de gênero, étnico-raciais, e identidades em contextos de transformação econômica, política e social.

Por outro lado, a análise das áreas temáticas dos projetos de pesquisa revela uma prevalência de estudos com enfoque em Teoria Social, área que agrupa também as pesquisas de Pensamento Social e Político Brasileiro e estudos sobre metodologia de pesquisa, conforme tabela abaixo. É interessante perceber a ausência de pesquisas sobre Meio Ambiente, Estudos Rurais, Desigualdade e Estratificação Social e Economia.

Gráfico 7- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGS/USP por área



temática

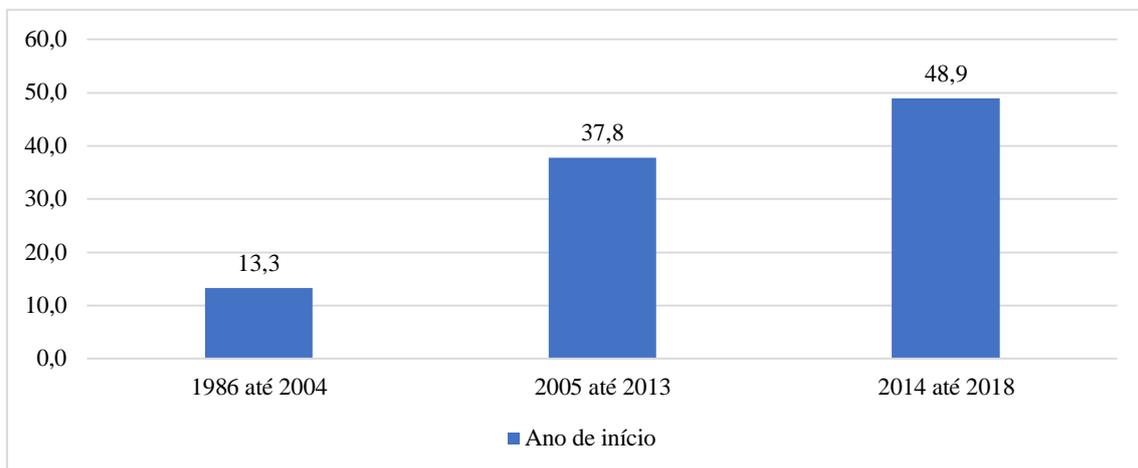
Fonte: Elaboração própria, 2018.

As pesquisas sobre Violência e Trabalho aparecem em segundo lugar como temáticas mais frequentes nos projetos vigentes em 2018, representando 8,9% do total de pesquisas cada uma. Esse fato pode indicar a permanência da centralidade das questões sociais como temas de investigação. As demais áreas possuem quantidades equivalentes de projetos. Se por um lado a prevalência de pesquisas sobre Teoria Social reforça o caráter teórico que o programa de pós-graduação da USP tem desde sua constituição, com a influência da tradição francesa, por outro, temas canônicos no programa como Raça e Etnia, Desenvolvimento e Economia, com trabalhos sobre o capitalismo e o desenvolvimento industrial perderam força ao longo da história do programa.

A maior parte dos projetos contou com financiamento do CNPq (46,7%), sendo 76,2% do total recebido foram destinados às bolsas de produtividade, número que revela o alto nível de quantidade de produção dos docentes do programa. A FAPESP tem um papel importante, sendo responsável pelo financiamento de 13,3% dos projetos de pesquisa. Apesar disso, 35,6% das pesquisas ocorreram sem nenhum tipo de financiamento.

A despeito da referência apenas aos projetos vigentes, a data de início e, portanto, a duração dos mesmos é bem variada. A tabela a seguir apresenta o ano de início dos projetos de acordo com faixas etárias, que representam os momentos de maior desenvolvimento e crescimento dos programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil.

Gráfico 8 - Distribuição percentual dos projetos de pesquisa PPGS/USP pelo ano de início.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A maioria dos projetos teve início entre 2014 e 2018, indicando uma atualidade e a curta duração dos mesmos. Mas chama atenção que 13,3% dos projetos tenham começado entre 1986 e 2004, o que coloca em questão a efetividade das pesquisas e, sobretudo, a realização de produtos, como publicações dessas pesquisas que ainda estão vigentes.

3.1.2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde 2012, o programa está estruturado em cinco linhas de pesquisa que reúnem 80 projetos vigentes, fazendo do PPGAS/UFRJ o programa com maior número de projetos vigentes dentre os programas analisados nesta pesquisa, como veremos adiante. O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos projetos de pesquisa pelas linhas.

Quadro 4 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Sociologia da cultura, simbolismo e linguagem	30	37,5
Produção e efeito de desigualdades sociais	20	25,0
Cultura e política em perspectiva comparada	11	13,8
Conflito, violência e criminalidade	10	12,5
Relações de trabalho e relações de poder	9	11,3
Total	80	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

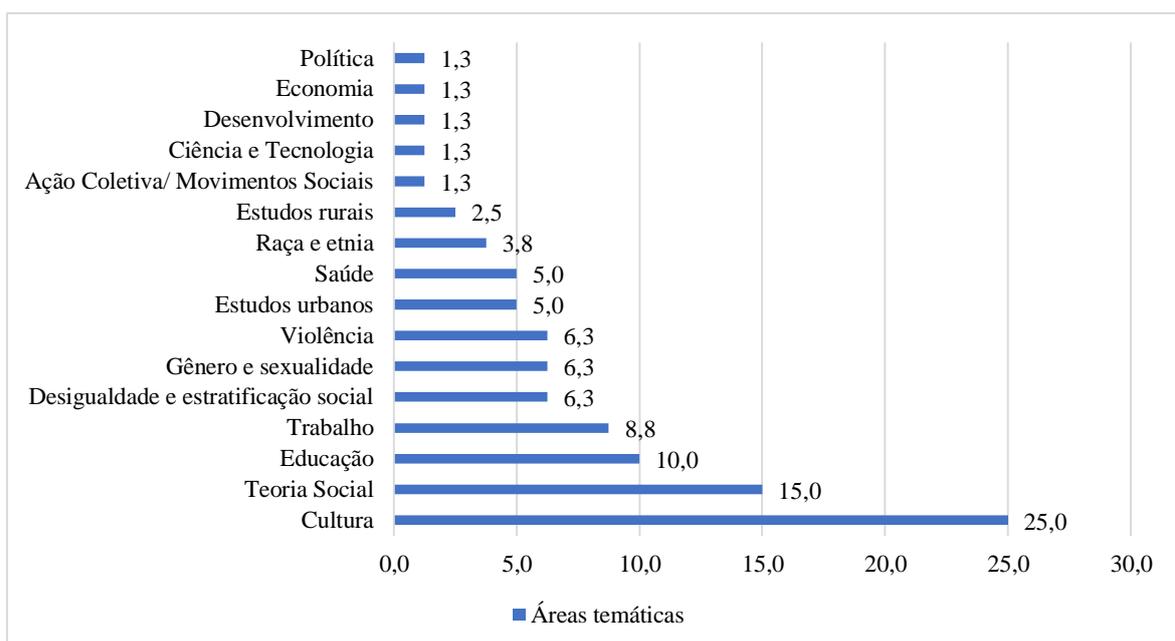
De acordo com informações do Relatório do Coleta CAPES de 2017 (CAPES,2017c), a linha “Sociologia da Cultura, simbolismo e linguagem” reúne pesquisas que tenham como objeto a cultura, entendida como um sistema de valores, símbolos e formas de linguagem. Dentre os principais temas de pesquisa é possível citar: etnologia indígena, memória como prática social, estudo dos rituais na sua cosmologia e performance, pensamento social brasileiro, movimentos artísticos e intelectuais, entre outros. Esta linha concentra a maioria dos projetos vigentes em 2018, e representa 37,5% do total. A segunda linha, intitulada “Produção e efeito de desigualdades sociais”, compreende projetos de pesquisa que se dedicam a estudar os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades sociais, com destaque para os marcadores sociais da diferença como raça, gênero e geração. Esta linha reúne ¼ dos projetos vigentes. Com 11 projetos ativos, a linha “Cultura e política em perspectiva comparada” tem como prioridade os processos sociais e culturais de longa duração em abordagem comparativa, como os processos de hierarquização e classificação, os modelos de cidadania, institucionalização de crenças e valores, relações entre consumo e teoria social, entre outros. A quarta linha, “Conflito, violência e criminalidade” tem como questão central a segurança pública, a violência urbana e a criminalidade, com enfoque nos modelos de administração de justiça e a formas de sociabilidade violenta entre os jovens nas periferias. Por fim, a linha “Relações de trabalho e relações de poder” congrega projetos que investigam as formas de organização da esfera do trabalho e das organizações econômicas no

mundo contemporâneo em áreas rurais e urbanas, com os principais temas: análise sociológica de fenômenos contemporâneos (o que poderia ser definido como Sociologia Econômica), processos e condições de trabalho, mercado de trabalho, classe trabalhadora, entre outros temas.

A maior concentração de projetos em vigor na linha de “Sociologia da Cultura, simbolismo e linguagem” pode ser explicada pela estruturação do programa entre as áreas de Sociologia e Antropologia. Esse fato nos permite compreender a importância que a cultura assume neste programa de pós-graduação, refletido em duas linhas de pesquisa com esse termo. A ausência da Sociologia Política já na definição das linhas, pode ser reflexo desse rearranjo do programa entre duas áreas das Ciências Sociais. Chama atenção o fato de que alguns temas clássicos da Sociologia estão presentes na composição das linhas como Trabalho, Desigualdade e Conflitos Sociais.

Seguindo a tendência das linhas, quando analisados os temas dos projetos de pesquisa verificamos uma grande concentração na área da Cultura, que agrega as pesquisas tanto da Antropologia como da Sociologia da Cultura e uma quase ausência das pesquisas que têm como tema privilegiado a Política, o que nos permite verificar o perfil do programa. Destaque também para as áreas de Teoria Social e Educação que juntas reúnem $\frac{1}{4}$ dos projetos vigentes. Meio Ambiente, Religião, Família e Geração são áreas que não tiveram projetos vigentes em 2018.

Gráfico 9- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGSA/UFRJ por



área temática

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos 80 projetos de pesquisa vigentes, 58,8% não contaram com nenhum tipo de financiamento, 33,8% foram financiados pelo CNPq e 7,5% pela FAPERJ. Assim como no PPGS/USP o CNPq teve papel fundamental no fomento às pesquisas, mas o tipo de modalidade foi diferente. Enquanto na USP a maioria das pesquisas foi financiada com bolsas de produtividade, aqui, a maior parte foi de apoio a pesquisador visitante. Isso indica um grau elevado de colaboração entre os pesquisadores do programa e pesquisadores externos, o que é uma recomendação do sistema de avaliação da CAPES porque permite a troca de conhecimentos e *expertise* entre programas e pesquisadores. Outra diferença em relação a USP é o baixo número de bolsas de produtividade, apenas uma em vigência, o que revela uma produção menor em relação ao programa de São Paulo.

Em relação ao tempo de vigência dos projetos, a maioria deles (56,3%) teve início entre 2005 e 2013, 37,5% entre 2014 e 2018 e 6,3% entre 1986 e 2004. Frente a isso, duas interpretações são possíveis: o baixo nível de renovação dos projetos é uma possível explicação para a antiguidade dos mesmos ou a complexidade das pesquisas faz com que elas durem mais tempo.

3.1.3 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Com o objetivo de adequar a formação dos discentes com a formação oferecida pelos melhores centros de Sociologia do país e do mundo, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/UFMG) promoveu, entre outras medidas como as mudanças na grade curricular, uma rearticulação das suas linhas de pesquisa em 2014 de acordo com o Relatório do Coleta Capes de 2017 (CAPES, 2017d). Essa adequação aumentou o número de linhas de quatro para sete numa tentativa de incorporação, de forma mais homogênea, dos novos docentes ao quadro de professores mais antigos. A intenção era tornar o trabalho de pesquisa mais integrado, o que, por sua vez, se reflete num incentivo à utilização da mesma bibliografia pelos docentes de uma mesma linha referentes a área de concentração, organizações de grupos de pesquisa e pesquisas coletivas, ofertas de disciplinas em conjunto, entre outras coisas.

Desde a nomenclatura, as linhas deixaram de ter um referencial temático para representar campos da disciplina com a adição da palavra Sociologia ao lado de cada área. O

quadro abaixo traz as linhas de pesquisa com a quantidade de projetos vigentes associados a cada uma delas.

Quadro 5 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Sociologia econômica e das organizações	10	17,9
Sociologia do conhecimento, da ciência e da tecnologia	10	17,9
Sociologia do crime, do desvio e do conflito	9	16,1
Sociologia da religião e da cultura	9	16,1
Sociologia urbana e das populações	9	16,1
Sociologia das desigualdades e da estratificação	8	14,3
Projeto isolado	1	1,8
Total	56	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

É possível identificar um equilíbrio na distribuição dos projetos pelas linhas, o que pode ser decorrente de uma produção igualitária entre os docentes, já que as linhas contam com mais ou menos o mesmo número de professores, com uma média de cinco por linha, de acordo com informações disponíveis no site do programa.¹⁴ Outro fato que merece destaque é a presença de novos temas de pesquisa na composição das linhas como a Economia e a Ciência e Tecnologia, que aparecem, inclusive, com a maior quantidade de projetos vigentes (MARTINS,2010).

A linha “Sociologia econômica e das organizações” reúne pesquisas sobre análise de redes sociais (sociometria), processos de trabalho e instituições, representando 17,9% dos projetos de pesquisa. A mesma quantidade de projetos está agregada na linha “Sociologia do conhecimento, da ciência e da tecnologia” que se debruça sobre os temas: políticas de ciência e tecnologia, divulgação científica e epistemologia. Em seguida temos três linhas com nove projetos cada um, que representam 16,1% do total de projetos cada uma. São elas: “Sociologia

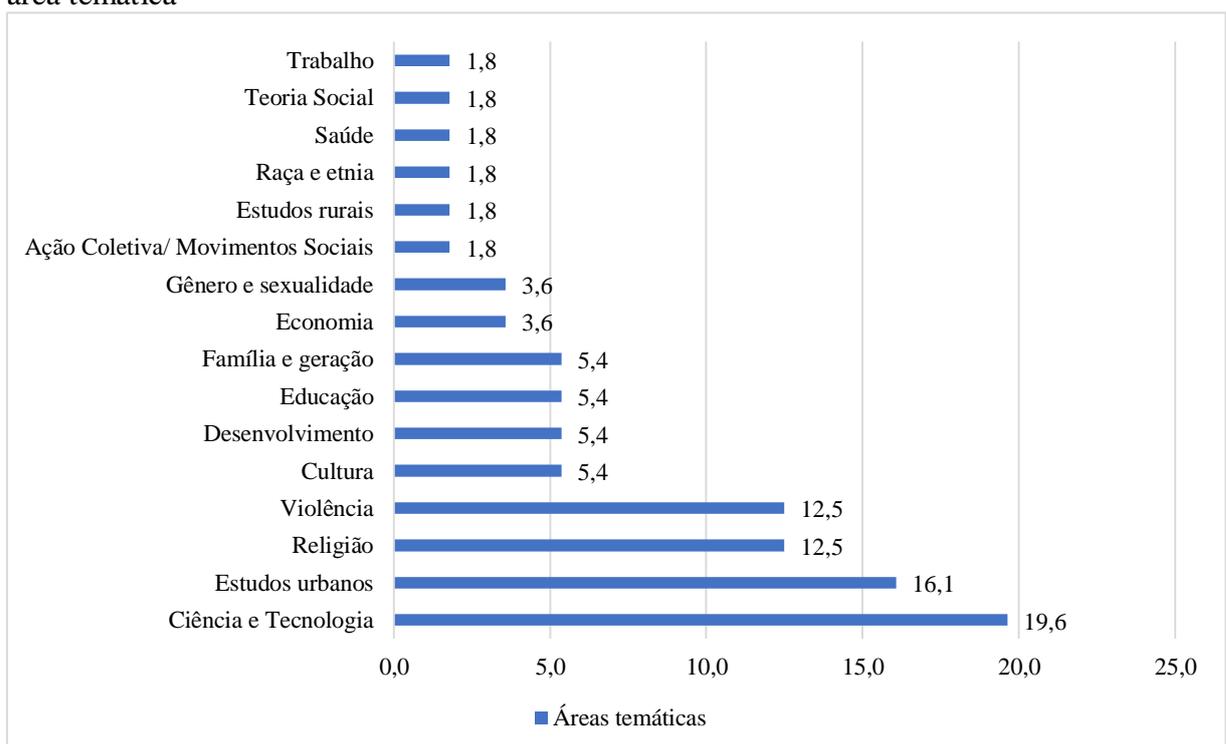
¹⁴ Disponível em:< http://www.fafich.ufmg.br/ppgs/?page_id=24>. Acesso em. nov.2018.

do crime, do desvio e do conflito”, que tem como áreas de concentração a criminalidade, o sistema de justiça, o comportamento desviante e as políticas públicas; a “Sociologia da religião e da cultura” que investiga as relações da religião com a migração, o gênero, a modernidade, a política e o espaço público, além das relações entre cultura e internet e cultura e sociedade; e “Sociologia urbana e das populações” que tem como objetivo compreender os processo de urbanização, migração, segregação espacial entre outras formas de sociabilidade urbana. Por fim, a linha “Sociologia das desigualdades e da estratificação” condensa projetos sobre as novas formas de desigualdade social marcadas pelo gênero, raça, classe, além de estudos sobre estratificação, mobilidade educacional e mercado de trabalho.

Dos 56 projetos vigentes, 36 tiveram início entre 2014 e 2018, o que representa 64,3% do total. Outros 18 projetos tiveram início entre 2005 e 2013, completando 32,1% dos projetos. Isso pode indicar que os projetos têm uma duração menor.

A análise dos projetos de pesquisa pela área temática indica um leve predomínio da Ciência e Tecnologia, que representa quase 20% do total de projetos, seguindo a tendência apresentada na divisão dos projetos pelas linhas de pesquisa. Essa associação entre as linhas de pesquisas e as áreas temáticas é encontrada também quando verificamos as outras áreas temáticas com o maior número de projetos: Estudos Urbanos, Religião e Violência respectivamente, exceto para a área de Economia, que aparece com poucos projetos vigentes.

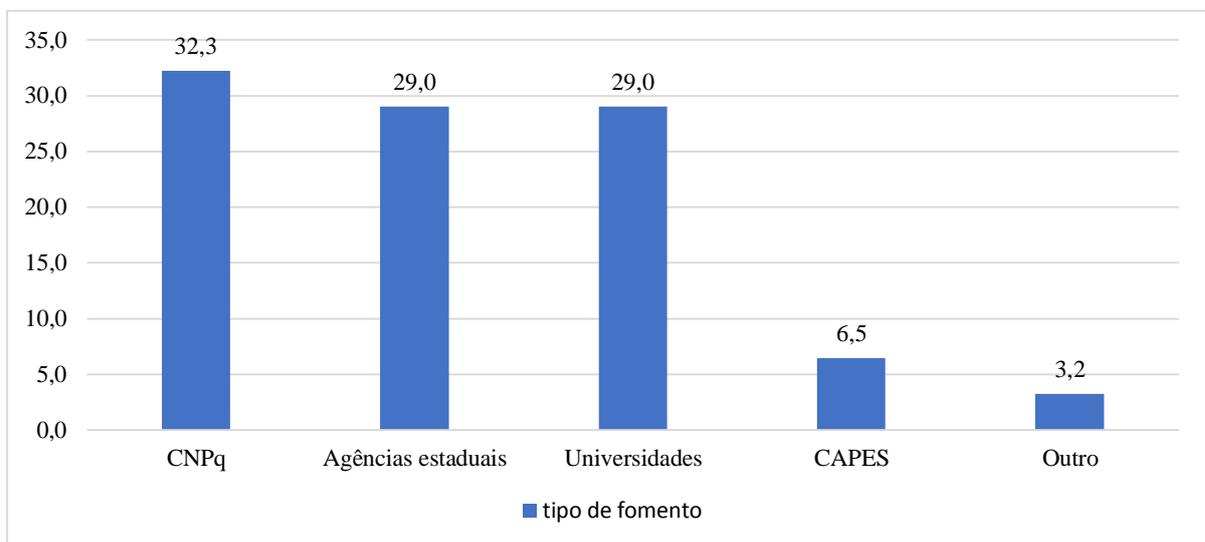
Gráfico 10- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGS/UFMG por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em relação ao financiamento das pesquisas, a maior parte dos projetos teve algum tipo de financiamento (55,4%) frente às pesquisas que não receberam qualquer dinheiro. Há uma diversificação nas fontes de financiamento entre o CNPq, a FAPEMIG, UFMG e a CAPES de forma bem equilibrada, demonstrando o impacto que o financiamento da própria universidade tem no desenvolvimento das pesquisas, como podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 11- Distribuição percentual do tipo de fomento dos projetos de pesquisa do PPGS/UFMG (%).



Fonte: Elaboração própria, 2018.

3.1.4 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas.

De acordo com informações obtidas no Relatório do Coleta Capes de 2017 (CAPES, 2017e), o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP (PPGS/UNICAMP) se estrutura em quatro linhas de pesquisa: “Ambiente e tecnologia”, “Teoria e pensamento sociológico”, “Trabalho e sociedade” e “Cultura”. As linhas foram reestruturadas em 2014 com o objetivo de adequar a estrutura do programa ao contexto de chegada de novos docentes, já que entre 2010 e 2016 houve a entrada de 8 professores no programa. Outro efeito dessa reorganização foi um equilíbrio maior entre a quantidade de docentes e de projetos em vigência em cada linha.

A primeira delas conta com sete professores e reúne projetos que investigam a relação entre ambiente e tecnologia do ponto de vista sociológico, sobretudo no impacto que o

processo tecnológico exerce nas mudanças ambientais. A segunda reúne a maior parte dos professores do programa, doze de dezesseis e congrega pesquisas sobre o processo de formação da Sociologia enquanto campo de saber, com especial destaque para o estudo de autores clássicos e contemporâneos. A terceira linha, “Trabalho e sociedade”, com cinco docentes associados se dedica a compreender os processos de trabalho e as transformações da sociedade contemporânea, sobretudo em relação aos temas do sindicalismo, movimentos e classes sociais, cidadania, capitalismo e estudos rurais. Por fim, a linha intitulada “Cultura” conta com sete docentes e reúne projetos que têm a problemática cultural como questão central, indo desde áreas clássicas como a Sociologia da literatura e da arte até questões mais gerais como cultura brasileira, identidade, indústria cultural, cultura e política, trajetórias intelectuais e artísticas e educação.

Quadro 6 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Ambiente e tecnologia	20	40,8
Teoria e pensamento sociológico	11	22,4
Trabalho e sociedade	10	20,4
Cultura	8	16,3
Total	49	100,0

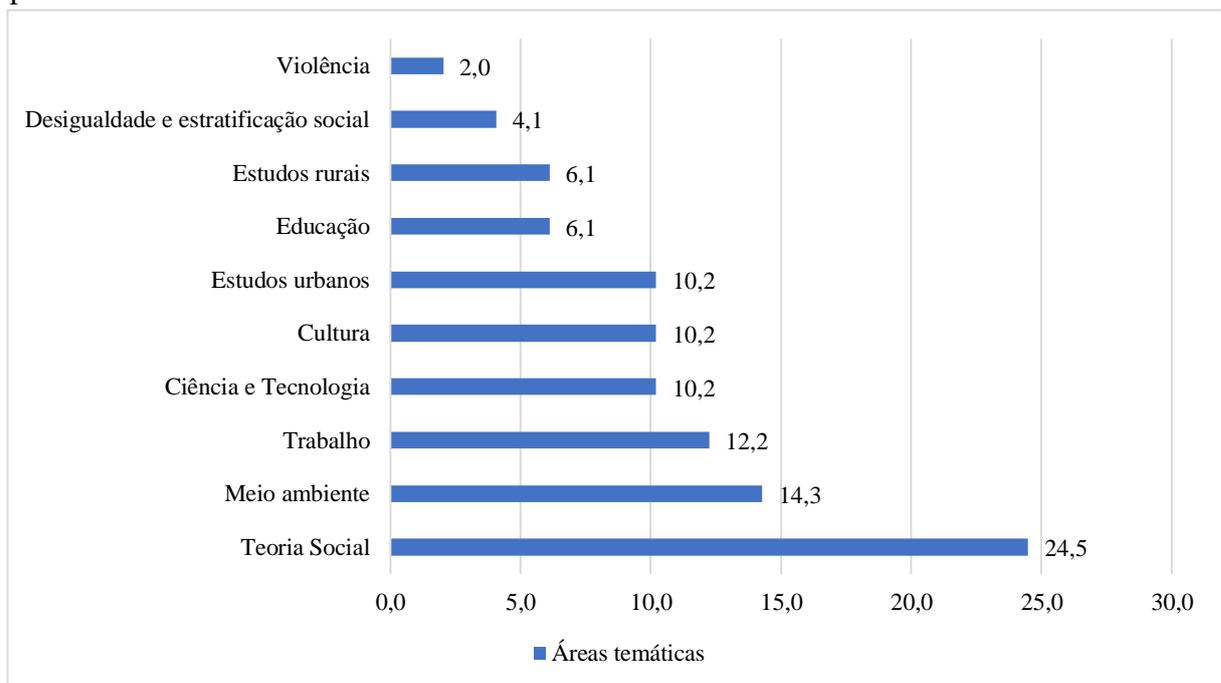
Fonte: Elaboração própria, 2018.

O quadro acima traz a quantidade de projetos de pesquisa vigentes associados a cada linha. Interessante observar que a linha “Ambiente e tecnologia” aparece com a maior quantidade de projetos, representando 40,8% do total. Essa linha traz uma temática nova para a Sociologia que é negligenciada por muitos programas, como vemos pela ausência de projetos nessa área. As demais linhas representam áreas mais consolidadas na Sociologia que têm menos espaço neste programa. O fato de o programa estar situado em uma cidade do interior pode ser um fator de explicação para o destaque das questões ambientais.

Por outro lado, a análise dos projetos de pesquisa (gráfico 12) revela um predomínio da área de Teoria Social, o que pode ser reflexo da maior quantidade de docentes associados a linha “Teoria e pensamento sociológico”, além da existência de três centros ou núcleos de

pesquisa voltados para o desenvolvimento de pesquisas teóricas como o Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), o grupo de pesquisa Teoria Crítica e Sociologia e o Grupo de estudos em Bourdieu. A área de Meio Ambiente mantém o destaque no programa e aparece em segundo lugar na distribuição dos projetos de pesquisa em vigência mais frequentes, seguida pelo Trabalho, Ciência e Tecnologia e Cultura. Importante destacar que o PPGS/UNICAMP é um dos pioneiros no desenvolvimento de pesquisas sobre Meio Ambiente no Brasil, com a constituição de um grupo de pesquisa na área em 1986. Desse modo, o programa congrega duas áreas novas, do ponto de vista da agenda temática da Sociologia no Brasil (Meio ambiente e Ciência e Tecnologia), com duas áreas mais consolidadas (Teoria Social e Trabalho) nos temas centrais desenvolvidos nas pesquisas.

Gráfico 12- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGS/UNICAMP por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dos 49 projetos de pesquisa vigentes, 61,2% tiveram início entre 2014 e 2018 e 36,7% entre 2005 e 2013. Os projetos estão distribuídos por dez áreas temáticas num total de dezenove. Isso indica um baixo grau de diversificação temática das pesquisas que não contemplam temas como: Religião, Família e Geração, Raça e Etnia, Gênero e Sexualidade, Política, Desenvolvimento, Saúde, Ação Coletiva/Movimentos Sociais e Economia. A ausência de pesquisas vigentes na área de Gênero chama atenção, sobretudo em função de centralidade que o Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU) têm no cenário nacional, como

vimos no capítulo anterior. O número reduzido de professores no programa pode explicar a baixa diversidade dos trabalhos produtivos, já que há uma tendência de especialização na produção de conhecimento científico.

Quanto ao financiamento, há uma divisão equilibrada: 51% dos projetos de pesquisas contam com algum tipo de fomento, contra 49% que não tem dinheiro algum. Dentro dos projetos com financiamento, o destaque fica com o CNPq que financia 44% dos projetos, seguida pela FAPESP (24%), pela UNICAMP (16%), CAPES (8%) e de outros fomentos internacionais como a Fundação Ford e a *Urban Studies Foundation* completando 8% dos fomentos. Assim como na USP, a maior parte do fomento do CNPq é resultado de bolsas de produtividade, perfazendo dez ao total, contra apenas uma bolsa de auxílio à pesquisa da mesma agência, indicando uma excelência na produção do programa. Dos cinco projetos que a FAPESP apoia, três são de chamadas específicas para mudanças climáticas, o que reforça a ligação do programa com a questão ambiental.

3.1.5 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco

Tendo como área de concentração as mudanças sociais, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco divide a sua produção científica, a partir de 2012, em seis linhas de pesquisa, como podemos ver no quadro abaixo

Quadro 7 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Processos sociais agrários e novas tendências na agricultura	11	32,4
Organizações, espacialidade e sociabilidade	10	29,4
Cultura política, identidades coletivas, representações sociais	5	14,7
Educação; Trabalho, Ciência e Tecnologia	5	14,7
Família e Gênero	2	5,9
Teoria e Pensamento social	1	2,9
Total	34	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Duas linhas concentram quase 62% dos projetos: “Processos sociais agrários e novas tendências na agricultura” e “Organizações, espacialidade e sociabilidade”. Com aproximadamente 30% dos projetos aparecem outras duas linhas: “Cultura política, identidades coletivas e representações sociais” e “Educação, trabalho, ciência e tecnologia”. A última linha, “Teoria e pensamento social”, concentra apenas um projeto vigente.

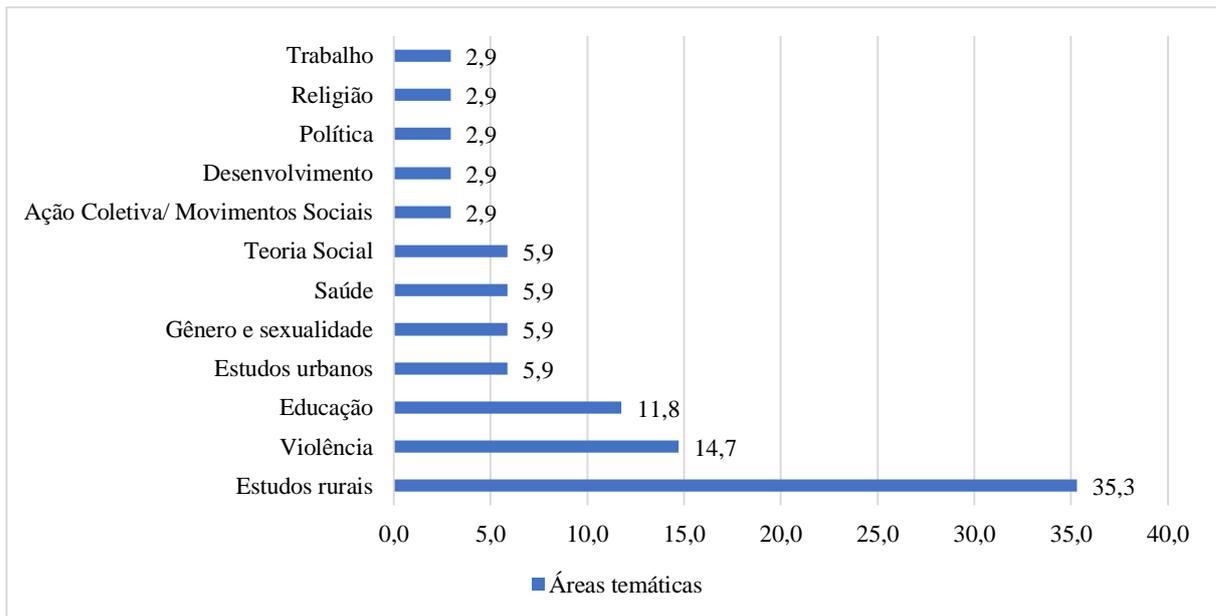
Há um paradoxo quando observamos o número de professores associados a cada linha, de acordo com dados disponíveis no site do programa¹⁵, e o número de projetos. A linha com o menor número de projetos vigentes conta com doze professores associados, o maior número de docentes em uma linha. Em contraste, a linha com o maior número de projetos tem apenas quatro docentes associados. Uma possível explicação é o fato de que a maioria dos professores faz parte de mais de uma linha e todos os docentes da linha de pesquisa “Teoria e pensamento social” fazem parte de outras linhas, o que indica que esta pode ser uma linha secundária em suas pesquisas.

Com 34 projetos vigentes em 2018, o PPGS/UFPE é o programa com o menor número de projetos dentre os programas analisados. Mais da metade deles (55,9%) teve início entre 2014 e 2018, 41,2% tiveram início entre 2005 e 2013 e apenas um projeto, representando 2,9% do total teve início entre 1986 e 2004. Na análise dos temas mais frequentes, há uma expressiva vantagem da área de Estudos Rurais, que representa 35,3% dos projetos, em consonância com a linha de pesquisa que teve mais projetos associados. Em seguida aparecem as áreas de Violência e Educação. As nove demais áreas representadas nos projetos aparecem numa distribuição equilibrada. Chama atenção as ausências de pesquisa sobre Meio Ambiente frente ao grande interesse dos Estudos Rurais, áreas que têm uma afinidade empírica, em alguns casos. Apesar de fazerem parte do título de duas linhas, as áreas Família e Geração e Ciência e Tecnologia não tinham projetos vigentes. As outras áreas ausentes são: Cultura, Raça e Etnia, Desigualdade e Estratificação Social e Economia. Chama atenção a ausência sobretudo da área de Economia em função do contexto histórico de constituição do programa, associado a esta área.

¹⁵ Disponível

em: <http://www3.ufpe.br/ppgs/index.php?option=com_content&view=article&id=301&Itemid=228>. Acesso em nov.2018.

Gráfico 13- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGS/UFPE por



área temática

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A maioria dos projetos (61,8%) não recebeu nenhum tipo de financiamento. Quase 40% por projetos restantes contou com o fomento do CNPq, majoritário, CAPES e da FACEPE. Apesar do predomínio do CNPq no financiamento dos projetos de pesquisa ser praticamente uma unanimidade entre os programas, há diferenças importantes quanto a modalidade do fomento. Enquanto o PPGS/USP e o PPGS/UNICAMP as bolsas de produtividade compunham a maior parte do fomento do CNPQ, no PPGS/UFPE não há nenhuma bolsa de produtividade que seja usada como recursos em projetos de pesquisa e a maior parte do fomento veio na modalidade auxílio à pesquisa. Cabe destacar que nenhuma das duas modalidades de fomento passa pelo programa. O vínculo é feito diretamente com o docente, mas enquanto a primeira é um auxílio para um projeto de pesquisa específico, o outro depende do desempenho do pesquisador e do reconhecimento entre os pares.

3.1.6 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará está organizado, do ponto de vista da pesquisa, em cinco linhas, que têm uma distribuição muito desigual tanto em relação à quantidade de professores quanto à quantidade de projetos. A primeira linha intitulada “Cultura, política e conflitos sociais” reúne 12 dos 25 professores do

programa, concentrando 41,5% dos projetos em vigência no programa. Engloba pesquisas voltadas para a articulação entre cultura e política na constituição dos grupos políticos, na legitimação do campo político em momentos eleitorais, além das pesquisas sobre segurança pública, violência e conflitos sociais. A segunda linha “Diversidades culturais, estudos de gênero e processos identitários” tem cinco professores associados, com projetos sobre dimensões da cultura popular como movimentos artísticos, populares e eruditos, além dos processos identitários que envolvem a condição de gênero e raça. A terceira linha “Cidades, movimentos sociais e práticas culturais” conta com seis professores e se dedica a compreender o espaço da cidade como produtor de sociabilidades e práticas multiculturais, com destaque para as ações coletivas de movimentos sociais urbanos ou de grupos associativos; formas de consumo em contextos urbanos; processos de construção de patrimônios e processos migratórios e populacionais. Com três docentes associados, a linha “Pensamento social, imaginário religioso” contempla pesquisas sobre artes e literatura enquanto elementos da formação da sociedade brasileira, movimentos intelectuais e artísticos, textos literários, representações coletivas e culturais e as expressões religiosas. Por fim a linha “Processos de trabalho, Estado e transformações capitalistas” conta com apenas três professores associados e reúne pesquisas sobre a análise sociológica dos fenômenos econômicos, a distribuição da produção capitalista e os impactos nas áreas rurais e urbanas, processos de trabalho, mercado e jornada, além de estudos sobre o Estado nacional, a produção de desigualdades sociais, políticas públicas de caráter redistributivo, entre outros.

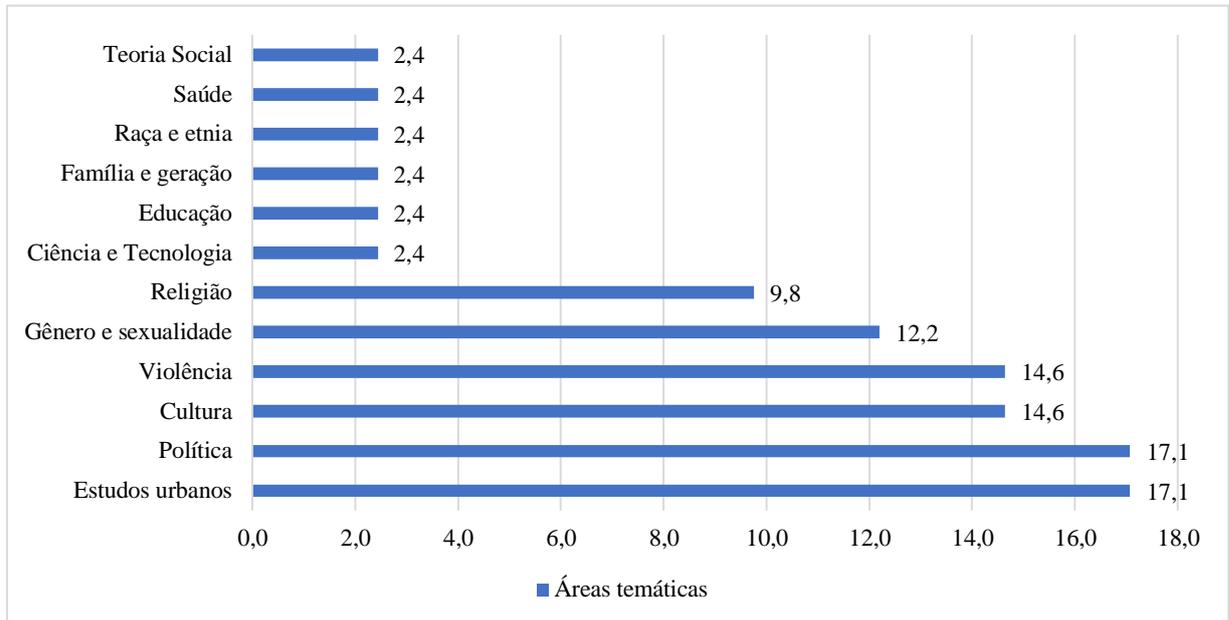
Quadro 8 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Cultura, política e conflitos sociais	17	41,5
Diversidades culturais, estudos de gênero e processos identitários	6	14,6
Cidades, movimentos sociais e práticas culturais	6	14,6
Pensamento social, imaginário e religião	6	14,6
Processos de trabalho, Estado e transformações capitalistas	6	14,6
Total	41	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Desses 41 projetos, 78% tiveram início entre 2014 e 2018 e 22%, entre 2005 e 2013. Não há projetos anteriores, o que pode indicar: a) que os projetos têm duração mais curta, b) que foram finalizados ou c) que há uma renovação nos projetos. Apesar do desequilíbrio da distribuição dos projetos pelas linhas de pesquisa, quando analisados do ponto de vista das áreas temáticas, há uma distribuição mais igualitária, o que pode ser compreendido pelo caráter abrangente das linhas de pesquisa. Conforme gráfico 14, as áreas Estudos Urbanos e Política concentram juntas 34,2% dos projetos de pesquisa, seguidas pela Cultura e Violência com 14,6% dos projetos cada uma. As quatro áreas somam 63,4% dos projetos, revelando o peso que as linhas “Cidades, movimentos sociais e práticas culturais” e “Cultura, política e movimentos sociais” têm no desenvolvimento da produção de conhecimento no programa. A distribuição igualitária, entretanto, não evita uma falta de diversificação temática. Das dezenove áreas utilizadas para classificar os projetos, sete estão ausentes como Trabalho, Desenvolvimento, Ação Coletiva/Movimentos Sociais, Estudos Rurais, Desigualdade e Estratificação Social, Economia e Meio Ambiente. A ausência da área desenvolvimento chama atenção em função do contexto histórico de criação do curso de mestrado do programa associado a esta área.

Gráfico 14- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGS/UFC por área



temática

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Assim como o programa vinculado a UFPE no que tange ao financiamento dos projetos de pesquisa, no PPGS/UFC a maioria absoluta dos projetos não conta com fomento (90,2%). Apenas quatro projetos vigentes, representando 9,8% do total, tiveram financiamento do CNPq na modalidade auxílio à pesquisa. Realidade bem diferente em comparação com os programas do Sudeste do país, o que certamente tem impacto no tipo de pesquisa que é desenvolvido.

3.1.7 Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Único representante do Norte do país nesta pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará possui atualmente quatro linhas de pesquisa, que foram criadas em 2012. No quadro abaixo encontramos a distribuição dos projetos de pesquisa vigentes pelas linhas de pesquisa.

Quadro 9 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Ações públicas e coletivas, território e ambiente	15	42,9
Ética, trabalho e sociabilidades	8	22,9
Religião e saúde, simbolismo e poder	7	20,0
Gênero, geração e relações etnicorraciais	5	14,3
Total	35	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

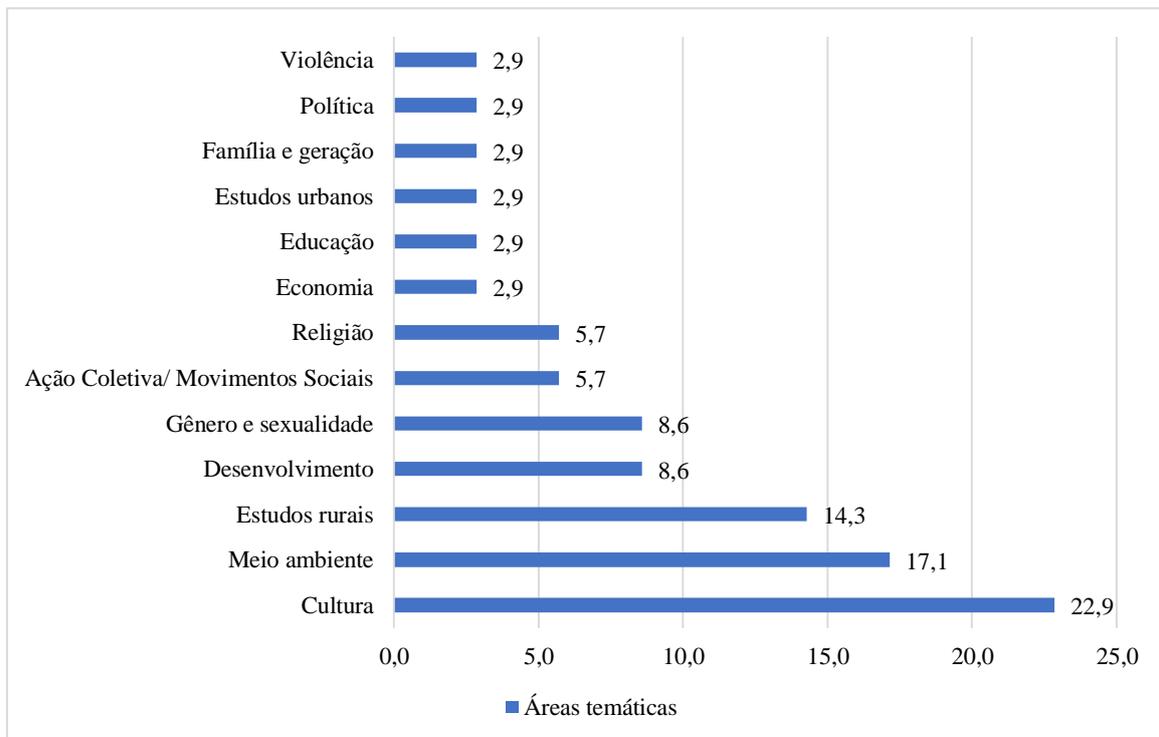
A linha “Ações públicas e coletivas, território e ambiente” concentra 42,9% do total de projetos vigentes abarcando trabalhos sobre ação coletiva, especialmente associações e movimentos sociais nas áreas rurais e urbanas; utilização de recursos naturais; participação e papel do Estado; conflitos sociais; ações públicas em processos territoriais, entre outros temas. Em seguida, a linha “Ética, trabalho e sociabilidade” agrega 22,9% dos projetos, com estudos sobre a ética na dimensão política e institucional, comunicação e relações da sociedade, arte e sociedade, educação, violência, processos e formas de organização do trabalho, redes sociais e análise das organizações econômicas. Com 20% dos projetos de pesquisa, a linha “Religião e saúde, simbolismo e poder” congrega trabalhos sobre os sistemas, representações e manifestações de caráter religioso, relações de poder e cultura, cultura popular, festas e diversas formas de sociabilidade, além de estudos sobre a saúde na zona rural e urbana. Por fim, a linha com a menor quantidade de projetos vigentes, “Gênero, geração e relações etnicorraciais” congrega pesquisas sobre identidade de gênero, racial, minorias étnicas, povos indígenas, camponeses, processos geracionais com destaque para infância, juventude e velhice e dinâmica demográfica.

Dentre os 35 projetos de pesquisa em vigência, 51,4% tiveram início entre 2014 e 2018, 42,9% entre os anos de 2005 e 2013 e apenas dois projetos representando 5,7% do total tiveram início entre 1986 e 2004.

A despeito do desequilíbrio na distribuição dos projetos pelas linhas de pesquisa, quando analisamos os mesmos do ponto de vista das áreas de concentração temática há uma distribuição mais igualitária, com o predomínio dos projetos que têm na Cultura sua temática central, de acordo com o gráfico abaixo. O fato de o programa ter como área de concentração Sociologia e Antropologia pode explicar o maior número de projetos nessa área. Em seguida,

representando juntas 31,4% do total de projetos, temos as áreas de Meio Ambiente e Estudos Rurais. A relevância dessas temáticas nos projetos de pesquisa pode estar relacionada com os problemas locais e regionais da região Norte, da qual o programa faz parte, corroborando uma hipótese de que as áreas temáticas mais frequentes nos programas estão diretamente ligadas, de modo não exclusivo, aos problemas da região na qual os programas se inserem. Estão ausentes dos projetos de pesquisa das seguintes áreas: Teoria Social, Raça e etnia, Trabalho, Ciências e Tecnologia, Saúde e Desigualdade e Estratificação.

Gráfico 15- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGSA/UFPA por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Com relação ao financiamento, 21 projetos, representando 60% do total, contaram com algum tipo de recurso para execução das pesquisas. Desses, 15 foram financiados pelo CNPq, três projetos pela CAPES e três pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, o que reforça a ligação dos projetos de pesquisa com a área do Meio Ambiente.

3.1.8 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

Escolhido para representar a região Centro-oeste, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL/UnB), conta atualmente com 60 projetos de

pesquisas vigentes distribuídos em sete linhas de pesquisa, reconfiguradas em 2013. De acordo com informações disponíveis no site do programa¹⁶, é possível identificar uma distribuição bastante desigual dos professores pelas linhas, o que não reflete, como veremos a seguir, numa distribuição desarmônica dos projetos de pesquisas pelas linhas.

Quadro 10 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Educação, Ciência e Tecnologia	12	20,0
Trabalho e sociedade	10	16,7
Cidade, cultura e sociedade	10	16,7
Política, valores religião e sociedade	9	15,0
Feminismo, relações de gênero e de raça	9	15,0
Violência, segurança e cidadania	6	10,0
Pensamento e teoria social	4	6,7
Total	60	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A linha “Pensamento e Teoria Social” reúne a maior quantidade de docentes: nove dos 29 docentes do programa estão nesta linha. Seus estudos estão relacionados ao modo de construção do campo sociológico, desde uma perspectiva teórico-metodológica até epistemológica, passando pelas tradições do pensamento social no Brasil. Em seguida, com sete professores associados, a linha “Educação, Ciência e Tecnologia” traz projetos de pesquisa com foco nas políticas educacionais e de ciência e tecnologia, nas práticas de produção de conhecimento científico e nas questões educacionais emergentes como a diversificação do ensino superior e a evolução do sistema de pós-graduação. A linha “Política, valores, religião e sociedade” conta com seis docentes e tem em seu escopo pesquisa sobre comportamento político, cultura e instituições; esfera pública e esfera privada; religião, política e valores; movimentos sociais; sociedade civil e política; políticas públicas; desigualdades sociais, entre outros temas. Com pesquisas voltadas para as áreas de estudos

¹⁶ Disponível em: <<http://www.sol.unb.br/index.php/linhasdepesquisa2>>. Acesso em nov.2018.

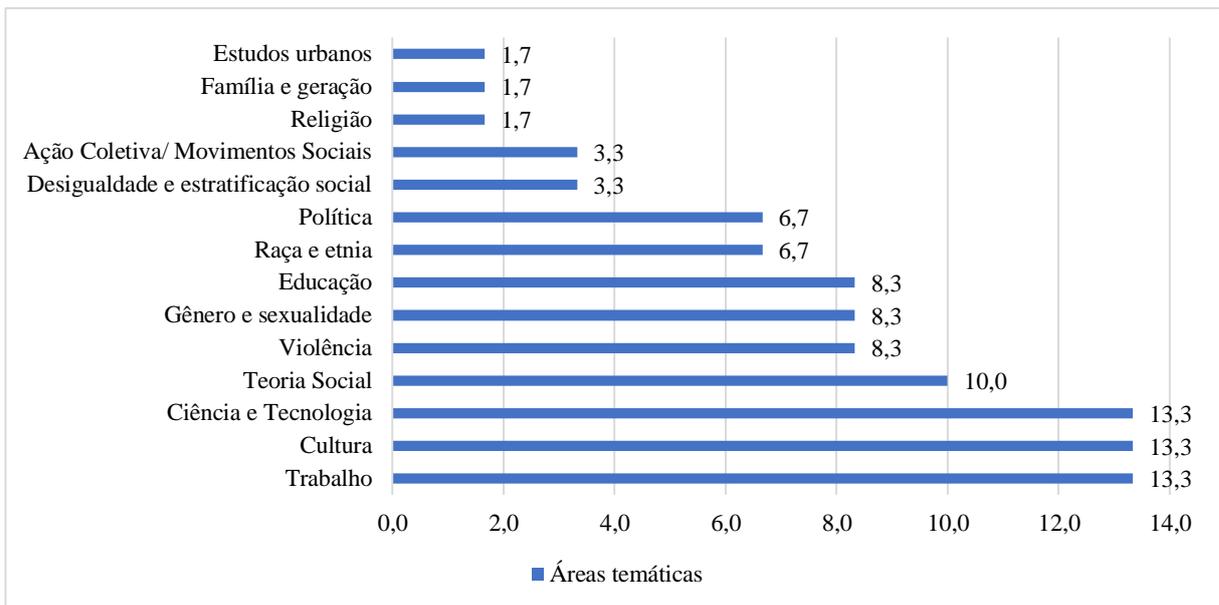
urbanos, teoria das artes e manifestações estéticas, a linha “Cultura, Cidade e Sociedade” conta com cinco docentes. Dentre os principais temas desenvolvidos nas pesquisas podemos citar: a relação entre espaço público e privado nas cidades, movimentos sociais urbanos, produção do espaço físico e social, urbanização e práticas urbanas, industrialização do simbólico e da cultura do consumo, acervos artísticos e práticas intelectuais, patrimônio cultural, entre outros. As linhas “Trabalho e sociedade” e “Violência, segurança e cidadania” contam com quatro docentes cada uma. A primeira reúne pesquisas sobre as mudanças nas relações de trabalho, decorrentes da capitalização da economia; migrações, transformações na força de trabalho; movimento sindical, Economia solidária, entre outras. A segunda concentra esforços nas pesquisas sobre violência e segurança pública, democracia, cidadania e violência, formas institucionais de controle social e de administração de conflitos, violência e formação policial. Por fim, com três docentes associados, a linha “Feminismo, Relações de Gênero e Raça” compreende as categorias gênero e raça numa perspectiva interdisciplinar a partir de diversos contextos históricos, desenvolvendo pesquisas sobre corpo, sexualidade, masculinidade, poder, violência e conflito; processos identitários subjetivos; promoção e defesa dos direitos humanos.

A distribuição dos projetos de pesquisa pelas linhas não reflete, em parte, a distribuição dos docentes nas mesmas, já que a linha com a maior quantidade de docentes associados, “Pensamento e Teoria Social” tem a menor quantidade de projetos vigentes. Por outro lado, a linha “Educação, Ciência e Tecnologia” que conta com sete professores, segunda maior nesse aspecto, tem a maior quantidade de projetos em vigência. Apesar da desproporção da quantidade de professores por linha, há uma distribuição equilibrada dos projetos pelas linhas como um todo.

Em contraposição à maioria dos programas de pós-graduação analisados nesta pesquisa, a maior parte dos projetos vigentes na PGSOL/UnB teve início entre 2005 e 2013, representando 56,7% do total de projetos. Os outros 43,3% tiveram início nos últimos quatro anos. Com relação às áreas de concentração temática dos projetos, o PPGSOL/ UnB possui o maior equilíbrio na distribuição em comparação com os demais programas aqui analisados. Isso pode ser verificado em função do empate de três áreas com o maior número de projetos: Trabalho, Cultura e Ciência e Tecnologia, cada uma com 13,3% dos projetos de pesquisa vigentes, somando quase 40% do total de projetos. Em seguida, com 10% dos projetos de pesquisa, temos a área de Teoria Social e ocupando a terceira posição temos novamente o empate de três áreas com 8,3% dos projetos de pesquisa respectivamente: Educação, Gênero e Sexualidade e Violência. Assim como no programa da UFMG, a Ciência e Tecnologia é uma

área forte no PGSOL/UnB, equiparada às áreas já consolidadas na tradição sociológica brasileira, como Cultura e Trabalho, fatos que pode ser explicado pelo enfoque institucional que a área recebeu do programa na década de 1990, constituindo a área de concentração do mesmo. O programa apresenta boa diversificação nos temas de pesquisa, com ausência de cinco áreas: Desenvolvimento, Saúde, Estudos Rurais, Economia e Meio Ambiente.

Gráfico 16- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGSOL/UnB por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A ausência de pesquisas na área de Desenvolvimento revela uma característica da produção de conhecimento, sobretudo na Sociologia no Brasil: a elevada associação entre os problemas sociais de determinado contexto histórico e cultural e os problemas de pesquisas. Isso porque a Sociologia do Desenvolvimento já foi uma das áreas de concentração do programa nos anos 1970, segundo informações do Relatório do Coleta CAPES de 2017 sobre o programa (CAPES, 2017j).

Dos 60 projetos em vigência, 61,7% contaram com algum tipo de financiamento, percentual elevado em comparação com outros programas. Desses, 64,9% receberam recursos do CNPq; 16,2% de outros órgãos; 13,5% da CAPES e 5,4% da FAPEDF, totalizando 37 projetos financiados. A maioria das bolsas do CNPq eram da modalidade apoio técnico, para pagamento de bolsistas e/ou profissional técnico especializado, o que torna o valor recebido menor em relação a outras modalidades. Chama atenção o papel desempenhado por outras instituições no fomento das pesquisas como o Conselho Nacional de Justiça (Projeto de

pesquisa em áreas de interesse para o poder judiciário), Escola Superior do Ministério Público da União, *European Research Council*, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (programa de Educação Tutorial), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A diversificação nas fontes de fomento à pesquisa e sobretudo, a quantidade de entidades públicas pode estar relacionada com a localização do programa que coincide com o centro político no país, o que orienta o tipo de pesquisa para a formulação, concepção, execução e avaliação de políticas públicas em diversas áreas.

3.1.9 Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 2017, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC) passou por uma reestruturação que incluiu desde mudanças na grade curricular, no regimento interno até reconfigurações nas linhas de pesquisas. Desde então, o programa conta com seis linhas de pesquisas: “Ciência, saúde e meio ambiente”; “Instituições, comportamento político e políticas públicas”; “Movimentos sociais, participação e democracia”; “Pensamento político e social”; “Representações sociais e produções simbólicas” e “Trabalho, mercado, Estado e sistema financeiro”. A primeira linha conta com sete docentes e agrupa pesquisas sobre a produção e transformações sociais nos conhecimentos e inovações científico-tecnológicas, além de trabalhos sobre políticas, instituições e representações sociais em saúde e meio ambiente, com destaque para o sistema alimentar e a gestão dos recursos naturais. A segunda linha, “Instituições, comportamento político e políticas públicas” conta com sete docentes e reúne trabalhos sobre as dimensões institucional e comportamental do universo da Política, a partir da perspectiva da Ciência Política, do ponto de vista teórico e metodológico, com destaque para os temas: instituições, sistema eleitoral, formas e regimes de governo, sistema partidário, avaliação de políticas públicas, opinião pública, representações políticas. Com cinco docentes, a linha “Movimentos Sociais, participação e democracia” agrega pesquisas sobre a produção de conhecimento na sociedade contemporânea e as mudanças na teoria democrática, da participação e organização social com destaque para os movimentos sociais e formas de engajamento político. A linha “Pensamento político e social” conta com oito docentes, o maior numa mesma linha, e se dedica a compreender as ideias políticas a partir da história dos conceitos ou da Sociologia do Conhecimento, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da história das ideias e

da teoria política e social. Tem como principais temas os autores, correntes e conceitos da teoria política ou sociológica clássica e contemporânea, bem como da tradição intelectual brasileira. Com seis docentes, a linha “Representações sociais e produções simbólicas” congrega estudos que têm a problemática da cultura como objeto de pesquisa. Entre eles, é possível citar as pesquisas sobre cultura erudita, popular, indústria cultural, religião, arte, educação, memória, história, identidade, gênero, entre outros. Por fim, a linha “Trabalho, mercado, Estado e Sistema financeiro”, com quatro docentes, menor quantidade entre as linhas, investiga os temas relacionados à Sociologia do trabalho, do mercado, do sistema financeiro e do Estado, sobretudo no que diz respeito às transformações estruturais do capitalismo, como a financeirização da riqueza e seus impactos no Estado; a relação entre desenvolvimento econômico e a preservação ambiental; concentração e distribuição de renda e previdência e seguridade social¹⁷.

Quadro 11 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da UFSC e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Ciência, saúde e meio ambiente	20	32,3
Representações sociais e produções simbólicas	12	19,4
Pensamento político e social	10	16,1
Movimentos Sociais, participação e democracia	9	14,5
Instituições, comportamento político e políticas públicas	7	11,3
Trabalho, mercado, Estado e sistema financeiro	4	6,5
Total	62	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

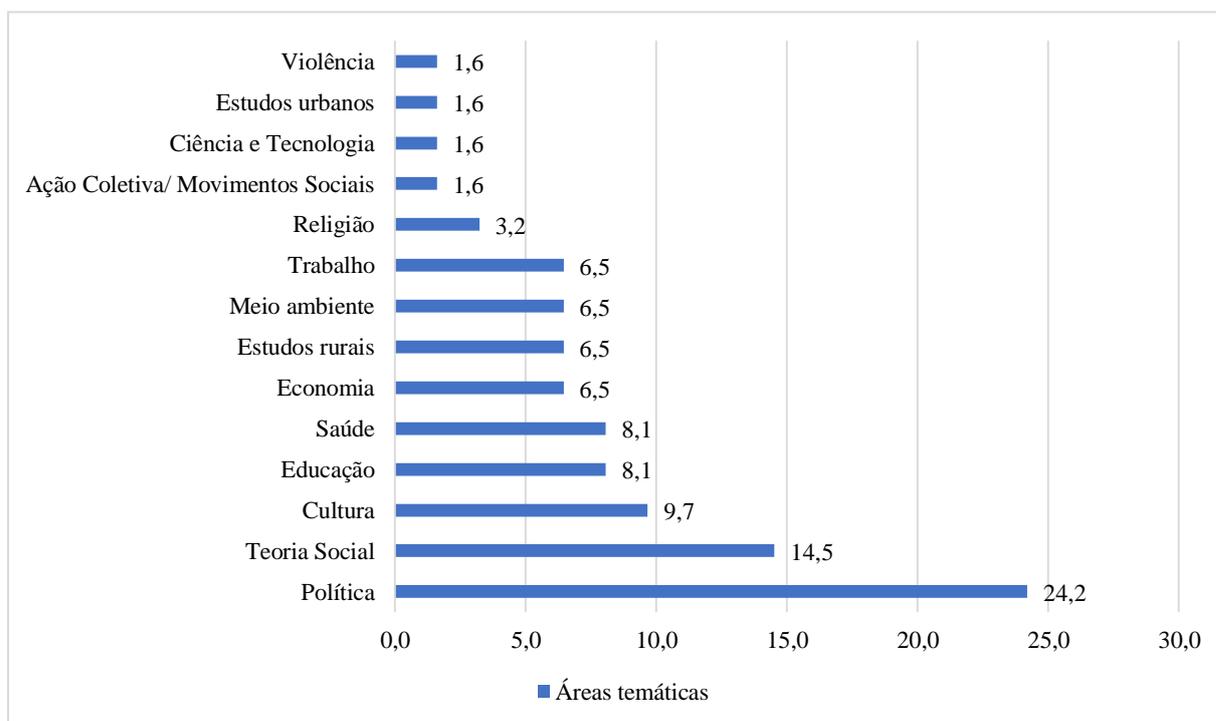
No quadro acima temos a distribuição dos projetos de pesquisas vigentes pelas linhas de pesquisa. Os projetos de pesquisa estão distribuídos de forma equilibrada entre as linhas de pesquisa, mas há um predomínio dos projetos na linha “Ciência, saúde e meio ambiente” com 32,3% do total de projetos, seguida pela linha “Representações sociais e produções simbólicas” com 19,4%. Juntas elas reúnem 51,7% do total dos projetos de pesquisa.

¹⁷ Informações obtidas no site do programa. Disponível em: < <http://ppgsp.posgrad.ufsc.br/linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em. nov.2018.

O programa conta atualmente com 62 projetos de pesquisa vigentes, que têm datas de início diferentes, perfazendo vários anos. Apesar disso, a maioria dos projetos (67,7%) teve início entre os anos 2014 e 2018. Os outros 30,6% começaram entre 2005 e 2013. Apenas um projeto teve início entre 1986 e 2004.

Quando analisamos os mesmos projetos do ponto de vista temático é possível verificar uma divergência em relação às linhas de pesquisa: há uma concentração de projetos na área de Política, que representa 24,2% do total, conforme gráfico abaixo. O fato de o programa ter como áreas de concentração a Sociologia Política pode explicar a prevalência da temática nas pesquisas. Em seguida temos os projetos de Teoria Social e Cultura como os mais frequentes, padrão que vem se repetindo em outros programas aqui analisados. O programa apresenta uma boa diversificação temática, com a ausência de apenas cinco temas: Família e Geração, Raça e Etnia, Gênero e Sexualidade, Desenvolvimento e Desigualdade e Estratificação Social. Aqui há uma diferença em relação aos outros programas: enquanto a maioria deles não tem pesquisas com as temáticas do Meio Ambiente e Economia, no PPGSP/UFSC não só podemos constatar essas temáticas nas pesquisas, como também perceber a ausência de áreas muito frequentes em outros programas como Gênero e Sexualidade.

Gráfico 17- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGSP/UFSC por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

No que diz respeito ao financiamento, a maioria dos projetos (59,7%) não contou com nenhum tipo de recurso. O restante teve financiamento do CNPq na maioria dos casos e apenas quatro projetos tiveram apoio da CAPES. Dentre as bolsas do CNPq a maior parte foi na modalidade auxílio à pesquisa, seguidas pelas bolsas de produtividade.

3.1.10 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é um dos três programas da área avaliados com o conceito máximo pela CAPES. Sua trajetória remonta os anos de 1972, ano da criação do mestrado em Sociologia e Ciência Política. Em 1994, após a separação das áreas, criou-se o programa no atual formato com cursos de mestrado e doutorado em Sociologia, a partir da fusão do mestrado em Sociologia com o mestrado de Sociologia Rural, segundo informações do Relatório do Coleta CAPES no ano de 2017 (CAPES, 2017). Atualmente o programa se estrutura a partir de sete linhas de pesquisas. São elas: “Sociedade e conhecimento”, “Sociedade, participação social e políticas públicas”; “Sociedade, ruralidades e ambiente”; “Trabalho e sociedade”; “Violência, conflitualidade, direito e cidadania”; “Sociedade e economia” e “Minorias sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência”. As cinco primeiras foram criadas em 1994 e abarcam temas mais consolidados na tradição sociológica no Brasil. As duas últimas foram criadas em 2012 e trazem temas incorporados mais recentemente na agenda temática da Sociologia no Brasil: economia e minorias sociais. Esse dado é importante pois revela a preocupação teórica do programa em se renovar e estar atento às novas questões da sociedade brasileira.

Em 2018, o programa contava com 76 projetos de pesquisa vigentes, o segundo maior em relação aos programas desta análise. A maior parte deles, 69,7% teve início entre 2014 e 2018; 25% teve início entre 2005 e 2013 e uma minoria, apenas 5,3% dos projetos tiveram início entre 1986 e 2004. O quadro abaixo apresenta a distribuição dos projetos pelas linhas de pesquisa.

Quadro 12 – Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e a quantidade de projetos de pesquisa vigentes (%).

Linhas de pesquisa	Quantidade de projetos de pesquisa	Percentual
Sociedade, participação social e políticas públicas	16	21,1
Sociedade e conhecimento	16	21,1
Sociedade, ruralidades e ambiente	12	15,8
Minorias sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência	12	15,8
Trabalho e sociedade	8	10,5
Violência, conflitualidade, direito e cidadania	7	9,2
Sociedade e economia	5	6,6
Total	76	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2018.

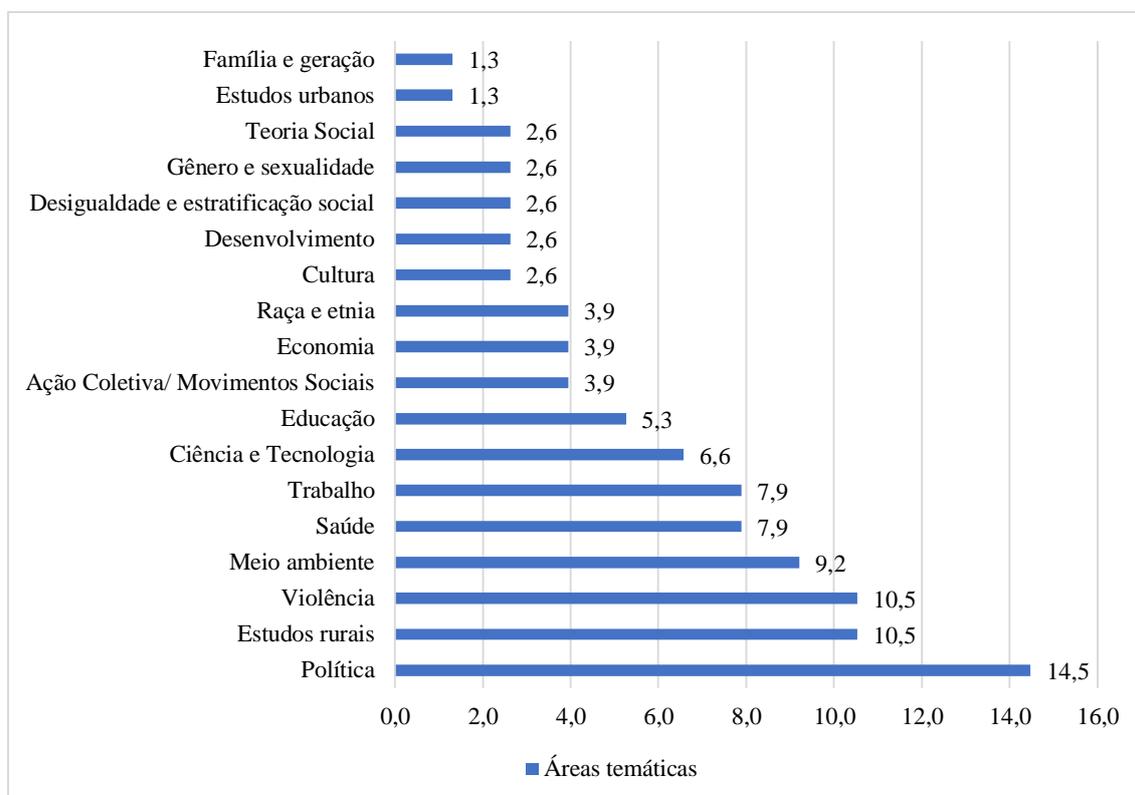
Os projetos estão distribuídos de forma muito equilibrada entre as linhas, o que pode ser comprovado pelo mesmo número de projetos em quatro das setes linhas, indicando também uma quantidade de projetos bem semelhante entre os 32 docentes do programa. As quatro primeiras linhas concentram 73,8% do total de projetos vigentes. Chamo atenção para a relevância da linha “Sociedade, participação social e políticas públicas”, podendo ser um impacto da herança da Ciência Política na constituição do Programa. O mesmo pode ser dito para a linha “Sociedade, ruralidades e ambiente”, herança da incorporação do mestrado de Sociologia Rural ao programa. Mas ao mesmo tempo que as áreas mais antigas continuam sendo muito relevantes, o que pode ser traduzido nas pesquisas, novas áreas exercem um grande impacto no programa como as minorias sociais.

Com 21,1% dos projetos de pesquisa vigentes, a linha “Sociedade, participação social e políticas públicas” reúne oito docentes investigando as relações entre Estado e Sociedade, com destaque para os temas: políticas públicas, democracia participativa, movimentos sociais e relações entre os níveis da federação. Em seguida, com a mesma quantidade de projetos, a linha “Sociedade e conhecimento” tem nove docentes associados trazendo pesquisas sobre a produção do conhecimento, no seu caráter social e as implicações para a sociedade. Contempla os campos da pesquisa da Sociologia da Educação, sobretudo sobre políticas

educacionais e ensino superior, Sociologia da Ciência e da Tecnologia, Teoria Sociológica, clássica e contemporânea, Sociologia da Moral e da Religião, Sociologia da Cultura. A linha “Sociedade, ruralidades e ambiente” reúne sete docentes que são responsáveis por 15,8% dos projetos de pesquisa vigentes sobre as relações socioambientais, as políticas públicas e o processo de desenvolvimento rural e territorial, entre outros aspectos da problemática ambiental. Com a mesma quantidade de projetos, a linha “Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência” congrega cinco professores com o objetivo de compreender os processos de exclusão e discriminação entre as minorias sociais como negros, indígenas, imigrantes, população LGBT, idosos, moradores de favelas, entre outros grupos. Representando 10,5% dos projetos vigentes e contando com sete docentes, a linha “Trabalho e Sociedade” reúne estudos sobre os processos produtivos frente ao desenvolvimento da tecnologia de informação e da comunicação, as transformações no mercado de trabalho, as relações trabalho e emprego, entre outros. A linha “Violência, conflitualidade, direitos e cidadania” conta com oito professores, reunindo 9,2% dos projetos de pesquisa vigentes no campo da Sociologia da Conflitualidade, com enfoque no controle social, as relações entre direito, sociedade, administração de justiça e punição. Por fim, a linha “Sociedade e economia”, criada em 2012, conta com a menor quantidade de projetos vigentes (6,6% do total), agregando apenas quatro docentes que se dedicam a investigar os fenômenos socioeconômicos como a formação e estruturação dos mercados, desenvolvimento, globalização, cadeias produtivas, sociologia do empreendedorismo e, relações universidade-empresa. Apesar disso, esse é o único programa, dentre aqueles analisados aqui, que separa, nas linhas de pesquisa, as áreas da economia e do trabalho, o que demonstra a importância que essa área tem dentro das pesquisas.

Do ponto de vista das áreas temáticas, os projetos de pesquisa vigentes seguem a distribuição apresentada no gráfico abaixo. Há um predomínio da área da Política, que representa 14,5% do total de projetos, seguindo a tendência mostrada na análise das linhas de pesquisa. Na sequência temos duas áreas como 10,5% do total de projetos cada uma: Estudos Rurais e Violência, seguidas pelo Meio Ambiente em terceiro lugar. É interessante notar a predominância da Política e de Estudos Rurais e Meio Ambiente como resultado da formação do programa que foi muito influenciado pela Ciência Política e pela Sociologia Rural. Os projetos de pesquisa apresentam uma grande abrangência temática, a maior de todos os programas analisados nesta pesquisa, contemplando 18 das 19 categorias de análise, com a ausência apenas da Religião entre os temas.

Gráfico 18- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no PPGS/UFRGS por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

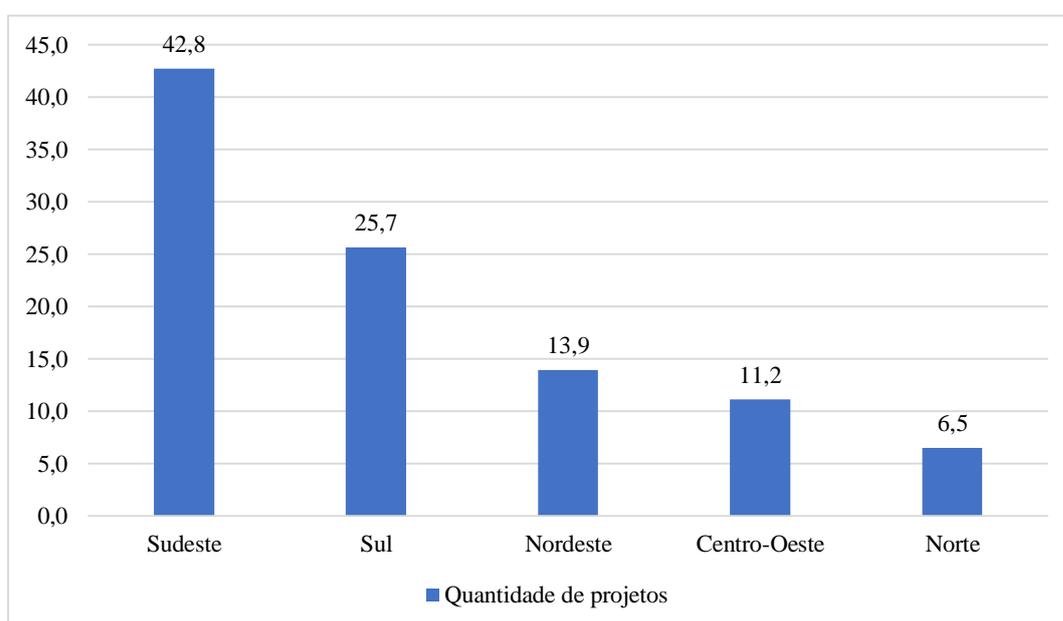
Um pouco mais da metade dos projetos (51,3%) contou com algum tipo de financiamento. Dentre as fontes de fomento, o CNPq representou 64,1% dos projetos, a maior parte deles na modalidade bolsa de produtividade; a CAPES financiou 5,1%, mesmo percentual da UFRGS. A FAPERGS financiou apenas um projeto. Outras instituições foram responsáveis por 23,1% dos recursos, como a Fundação Ford, o Ministério da Saúde, a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC) da Fundação Oswaldo Cruz, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no apoio à formação de recursos humanos em clima e eventos climatológicos extremos, a Comissão Europeia, órgão executivo da União Europeia (Programa Marco 7) e a *Agence Nationale de la Recherche*, instituição de financiamento científico francesa. Dos programas de pós-graduação analisados nesta pesquisa, o PPGS/UFRGS é o que possui maior diversificação nas fontes de financiamento, com o maior impacto de outras instituições, a despeito do protagonismo que o CNPq tem no financiamento do desenvolvimento científico no país, o que fica refletido na análise dos dez programas de pós-graduação, objeto deste trabalho.

3.2 Comparação regional

Há uma especificidade na constituição do sistema nacional de pós-graduação no Brasil que se mantém até o presente: uma distribuição desigual dos programas pelas regiões do país em todas as áreas de conhecimento. Essa distribuição, favorável às áreas litorâneas, sobretudo ao Sudeste, se faz presente também na Sociologia e foi usada como um dos critérios de seleção dos programas de pós-graduação para esta pesquisa, com o objetivo de manter uma ‘representatividade’, se não numérica, ao menos de casos exemplares, dos programas presentes no Brasil. A comparação regional dos programas leva em conta esta primeira característica, que traz algumas limitações para a presente análise, já que em função do número de programas selecionados, duas regiões (Norte e Centro-oeste) contam com apenas um programa cada uma. Apesar disso, a comparação pode ser feita se considerarmos os programas como representativos de suas regiões.

A distribuição da quantidade de projetos de pesquisas vigentes pelos programas é uma consequência direta da desigual distribuição regional e da composição da amostra dessa pesquisa. A partir da análise do gráfico abaixo verificamos que quase metade dos projetos (42,8%) está situado no Sudeste, seguido pelo Sul com 25,7%. Os programas do Sul têm elevada produção, ficando atrás apenas do PPGSA/UFRJ na quantidade de projetos. O mesmo pode ser dito do PGSOL/UnB que tem uma produção próxima aos dois programas do Nordeste juntos.

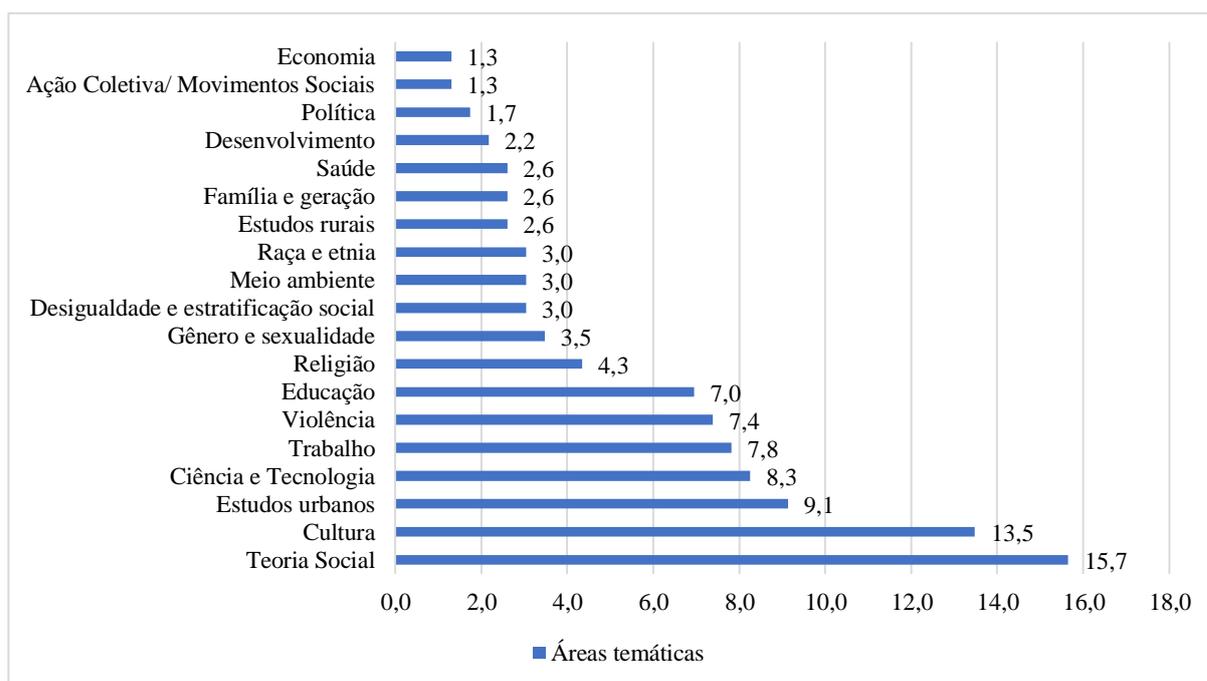
Gráfico 19- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes por região



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Do ponto de vista das áreas de concentração temática é possível identificar alguns padrões regionais, o que pode sugerir que a escolha dos temas e objetos de pesquisa está associada, por um lado, a questões e problemas locais e por outro, à formação dos programas e impacto regional que alguns exercem sobre outros. Observando a distribuição dos projetos de pesquisa pelas áreas temáticas dos programas do Sudeste (gráfico abaixo) percebemos uma boa diversidade temática, com todas as dezenove áreas temáticas contempladas, com o predomínio da Teoria Social, seguida pela Cultura, Estudos Urbanos e Ciência e Tecnologia, que juntos representam quase a metade de todos os projetos. Chama atenção o impacto da Ciência e Tecnologia no Sudeste, despontando entre os quatro temas mais frequentes e por estar entre temas mais consolidados como Teoria Social e Cultura. Isso pode ser explicado pela produção do PPGS/UFGM que teve a Ciência e a Tecnologia como a área temática de maior incidência dentre os projetos de pesquisa. A Teoria Social foi a área de maior destaque entre os programas de pós-graduação da USP e da UNICAMP, ficando em segundo lugar no programa da UFRJ, o que explica seu predomínio no Sudeste. Outro ponto de destaque é a baixa representatividade da Política, enquanto área temática, nos projetos de pesquisa do Sudeste, área que não aparece entre as quatro mais frequentes em nenhum dos programas.

Gráfico 20- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no Sudeste por área temática



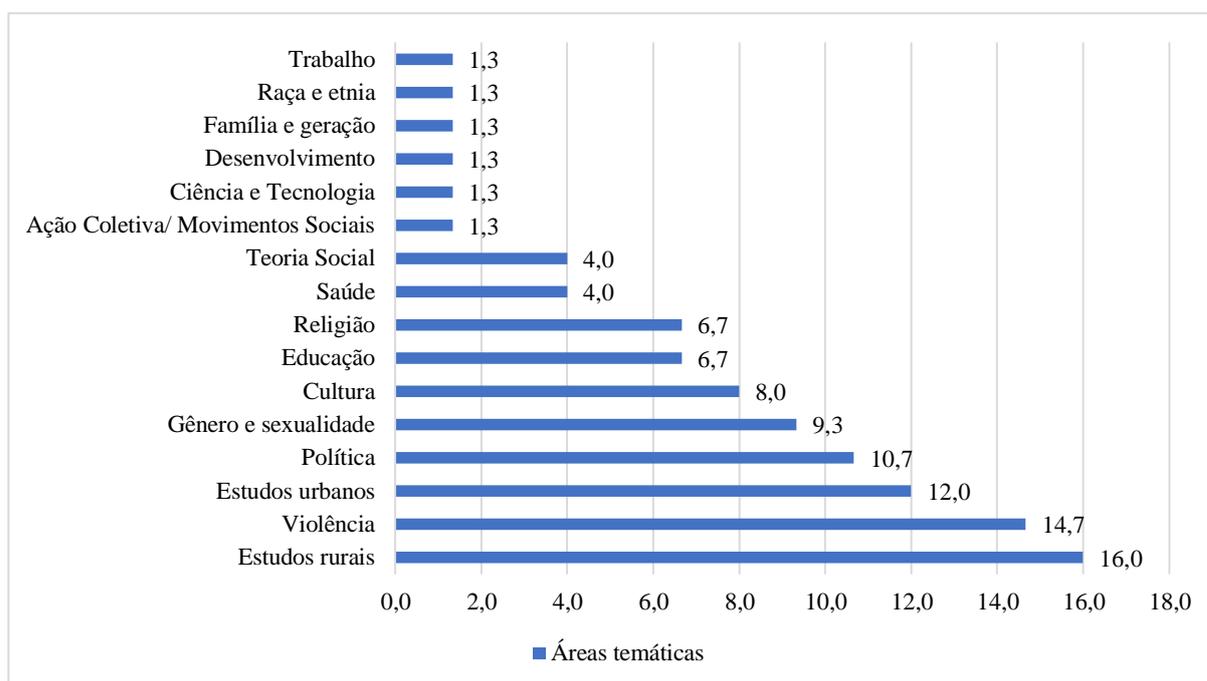
Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os programas da USP, UFRJ e UNICAMP têm entre as quatro áreas mais frequentes, em diferentes ordens, a Teoria Social, Cultura e Trabalho, o que indica a existência de uma agenda de pesquisas de caráter mais teórico no Sudeste, sobretudo em função da Teoria Social. Por outro lado, a UFMG parece ser uma exceção, já que seus projetos mais frequentes estão nas áreas Ciência e Tecnologia, Estudos Urbanos, Religião e Violência, áreas que têm uma tendência maior para o desenvolvimento de pesquisas empíricas. Esse fato pode estar associado à tradição do programa de Minas com a formação metodológica.

No Nordeste, há uma inversão nas prioridades temáticas, sobretudo no que diz respeito aos Estudos Rurais que aparecem em primeiro lugar representando 16% do total de projetos vigentes, em contraposição ao Sudeste, onde a área tem uma relevância bem menor, com apenas 2,3% dos projetos. O mesmo acontece com a Política, que no Sudeste aparece entre as três últimas posições, e aqui é a quarta mais frequente. Por sua vez, a Teoria Social que aparece em primeiro lugar no Sudeste, aqui representa apenas 4% dos projetos em vigência. Em seguida aparecem as áreas Violência, Estudos Urbanos. As duas também têm uma relevância no Sudeste, embora com intensidades diferentes.

Enquanto no Sudeste era possível identificar um padrão entre os programas quanto às áreas de concentração temática, o Nordeste parece não seguir a mesma tendência, visto que os programas têm concentrações temáticas diferentes. No programa da UFPE, as áreas mais frequentes são Estudos Rurais, Violência e Educação, e no programa da UFC as áreas são Estudos Urbanos/Política, Cultura/Violência e Gênero e Sexualidade. A área de Gênero aparece bem colocada entre os dois programas, assim como Estudos Urbanos, constituindo os pontos de interseção entre eles, no que se refere às áreas temáticas mais frequentes. Além disso, é importante destacar a ausência de pesquisas na região de três áreas: Meio Ambiente, Economia e Desigualdade e Estratificação Social. Apesar da recente inserção das duas primeiras temáticas na Sociologia, chama atenção a ausência de projetos na área de Desigualdade e Estratificação no Nordeste tendo em vista a consolidação da temática na institucionalização da Sociologia no Brasil, e seu caráter ainda latente enquanto um problema social, que geralmente pauta muitos problemas sociológicos no Brasil.

Gráfico 21- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no Nordeste por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

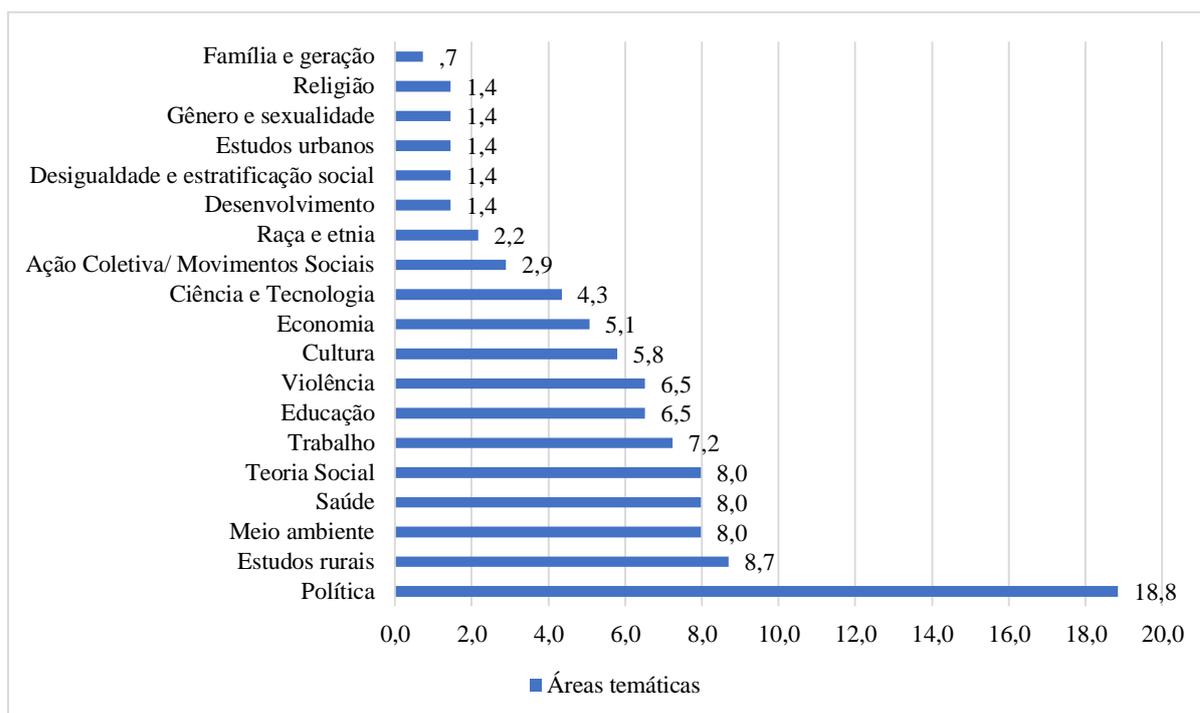
Em função das especificidades do Programa de Pós-graduação da UFPA, único representante da região Norte, de agregar as áreas de Sociologia e Antropologia, há maior concentração temática na área de Cultura que também tem relevância no Sudeste e Nordeste, seguida pelas áreas Meio Ambiente e Estudos Rurais, conforme gráfico 15. Em oposição às pesquisas desenvolvidas no Sudeste, as áreas Teoria Social e Trabalho estão ausentes nas pesquisas do Norte, indicando um padrão de pesquisa voltado para o contexto local, sobretudo pela relevância que as temáticas Estudos Rurais e Meio Ambiente assumem no programa.

No Centro-Oeste, o Programa de Pós-Graduação da UnB é uma mescla dos programas do Sudeste, por ter entre as áreas temáticas mais frequentes a Ciência e Tecnologia, Trabalho e Cultura, em primeiro lugar, seguidas por Teoria Social em segundo, conforme gráfico 16. As maiores diferenças ficam por conta da pouca relevância dos Estudos Urbanos, que aparecem entre as três últimas áreas e o maior destaque que a Política assume no Centro-Oeste em comparação com o Sudeste.

Dentre as regiões, o Sul aparece com o padrão mais evidente do ponto de vista de concentração temática. Há um predomínio na Política, nos dois programas que representam a região, que se reflete na quantidade de projetos quando analisamos os programas juntos. A área representa quase 20% do total de projetos da região. Em seguida temos Estudos Rurais, Meio Ambiente, Saúde e Teoria Social com 8% aproximadamente cada uma. Essa

distribuição difere das regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste, e se aproxima do Norte pelo destaque dos Estudos Rurais e Meio Ambiente. A Saúde, que está ausente no Centro-oeste e Norte, aparece em 4% dos projetos no Nordeste e em 2,6% dos projetos no Sudeste, e aparece com o mesmo impacto que as pesquisas sobre Teoria Social.

Gráfico 22- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes no Sul por área temática



Fonte: Elaboração própria, 2018.

No que tange ao financiamento, há uma grande discrepância entre as regiões. No Nordeste, 77,3% dos projetos não tiveram nenhum tipo de financiamento, maior percentual entre as regiões. O Centro-Oeste, seguido pelo Norte, teve a maior quantidade de projetos com financiamento, cerca de 60%, como mostram os dados da tabela abaixo.

Tabela 2 - Distribuição percentual do tipo de financiamento dos projetos de pesquisa vigentes por região

Região	Financiamento						Total
	Não	Sim					
	Sem fomento	Agências estaduais	CAPES	CNPq	Outro	Universidades	
Sudeste	48,7%	11,7%	2,2%	30,0%	1,7%	5,7%	100,0%
Nordeste	77,3%	2,7%	2,7%	17,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Norte	40,0%	0,0%	8,6%	42,9%	8,6%	0,0%	100,0%
Centro-Oeste	38,3%	3,3%	8,3%	40,0%	10,0%	0,0%	100,0%
Sul	53,6%	,7%	4,3%	33,3%	6,5%	1,4%	100,0%
Total	52,2%	5,9%	3,9%	31,0%	4,1%	2,8%	100,0%
N	281	32	21	167	22	15	538

Fonte: Elaboração própria, 2018.

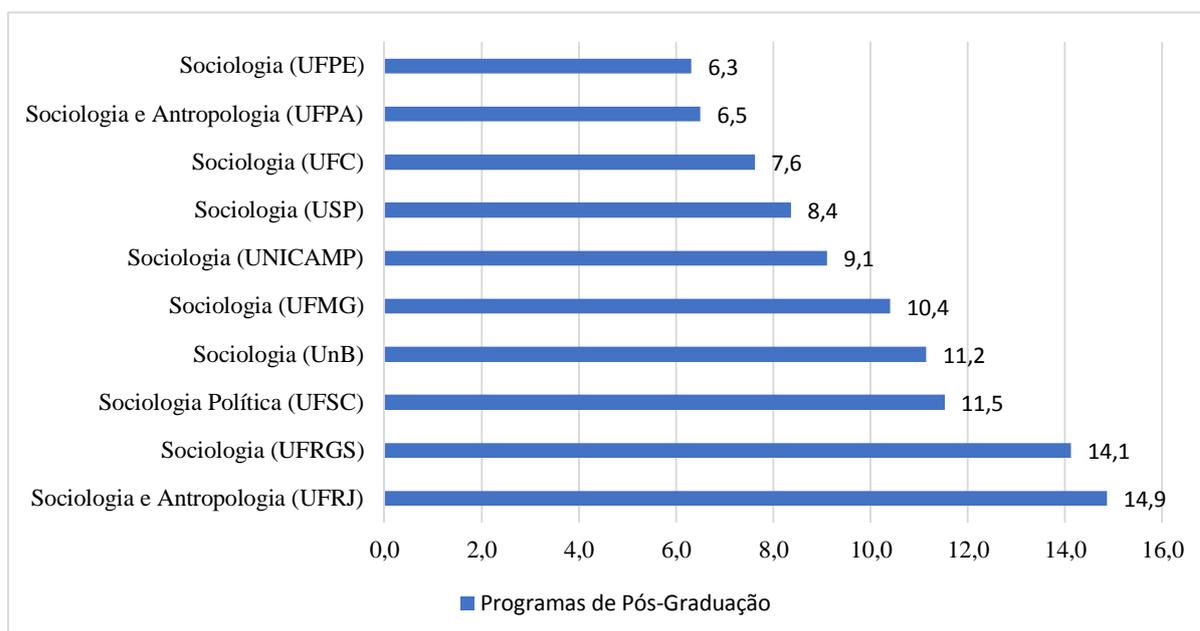
Considerando os projetos que contaram com recursos, o CNPq tem um protagonismo no financiamento em todas as regiões. No Sudeste, esse peso é dividido, embora em menor proporção, com as agências estaduais (FAPERJ, FAPESP e FAPEMIG). No Centro-Oeste, a CAPES e outras fontes de fomento complementam o financiamento dos projetos.

A diferença na proporção de financiamento dos projetos por região não pode ser explicada pelo desempenho, na avaliação da CAPES, dos programas de avaliação. Embora os programas com as maiorias notas recebam mais recursos, estes não necessariamente serão destinados aos projetos de pesquisas. Na maioria dos casos, são os docentes que submetem seus projetos a órgãos de fomento na tentativa de conseguir recursos para a pesquisa. Outro fator concreto é que programas com o mesmo conceito na CAPES apresentam uma distribuição diferente e desigual dos recursos para o financiamento das pesquisas. É o caso dos programas de pós-graduação da UFPE e da UNICAMP. Ambos tiveram nota 6 na última avaliação da CAPES, divulgada em 2017, mas no primeiro 38,2% dos projetos tiveram financiamento, contra 51% no segundo programa. Nos programas nota 7, a divergência também pode ser verificada. O programa da UnB conta com a maior quantidade de projetos financiamento (61,7%), seguida pela UFRGS (51,3%) e por fim a UFRJ conta com 41,2%.

3.3 Comparação nacional

Os dez programas de pós-graduação que fazem parte desta análise contam atualmente com 538 projetos de pesquisa vigentes, distribuídos em 54 linhas de pesquisa sob a coordenação de 274 docentes. Existem muitas diferenças e desigualdades entre os programas, seja na quantidade de projetos, seja no tipo de enfoque temático, seja no tipo de financiamento, demonstrando a diversificação e pluralidade de Sociologia desenvolvida no Brasil. A primeira dessas diferenças é a distribuição dos projetos pelos programas. Percebemos no gráfico abaixo que quatro programas são responsáveis pela metade dos projetos de pesquisas em vigência: PPGSA/UFRJ, PPGS/UFRGS, PPGSP/UFSC e PGSOL/UnB. Com exceção do programa da UFSC, os três programas são os únicos com nota máxima na avaliação da CAPES, revelando que a produção científica é um critério importante para a avaliação dos programas de pós-graduação.

Gráfico 23- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes por Programa de Pós-Graduação.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A maioria desses projetos teve início entre os anos de 2014 e 2018, perfazendo 57,2% do total de projetos; 38,7% teve início entre 2005 e 2013 e apenas 4,1% entre 1986 e 2004. (Gráfico 24 - apêndice II). Isso nos permite recriar um quadro da produção de conhecimento científico na Sociologia no país nos últimos treze anos, período que engloba quase a

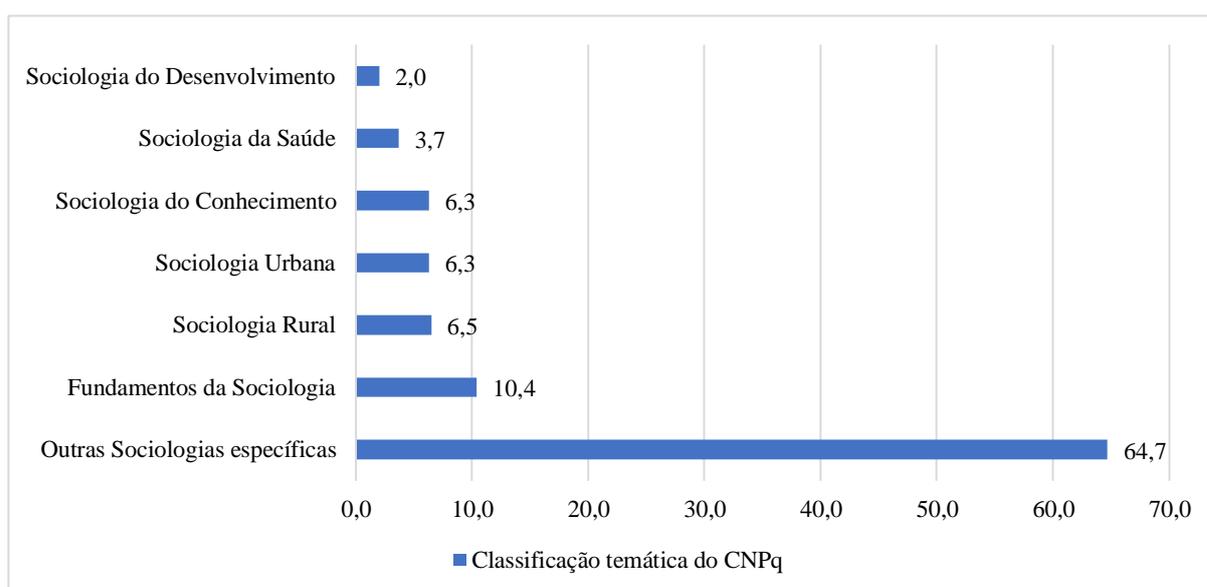
totalidade dos projetos, a despeito da análise considerar apenas os projetos em vigência, em função da ausência de dados anteriores.

Em média, cada professor é responsável por dois projetos de pesquisa, mas a maioria deles têm apenas um projeto em vigência, conforme gráfico 25 em apêndice. Apesar disso, 25% dos docentes tem três projetos de pesquisa ou mais simultâneos, o que considerando a carga de trabalhos dos docentes, é um número alto.

Os projetos se dividem em 54 linhas, numa média de dez projetos por linha. Segundo o gráfico 26 (apêndice II) que traz a distribuição do ano de criação das linhas, 56,3% delas foram criadas e/ou reconfiguradas em 2012. Os programas de UFMG, USFC e UnB constituíam a exceção, pois tiveram suas linhas reestruturadas após 2012.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição temática dos projetos de pesquisa de acordo com a classificação adotada pelo CNPq. Essa classificação, presente na tabela de conhecimento do órgão, divide a produção sociológica no Brasil em sete categorias. Quando observamos a distribuição dos projetos a partir desse critério percebemos que 64,7% deles se encontram na categoria “Outras Sociologias específicas”, indicando, como já foi dito, a insuficiência desse sistema de classificação para mensurar a produção de conhecimento da Sociologia, em sua pluralidade e diversidade. Dessa forma, era preciso pensar num sistema de classificação que captasse essa pluralidade.

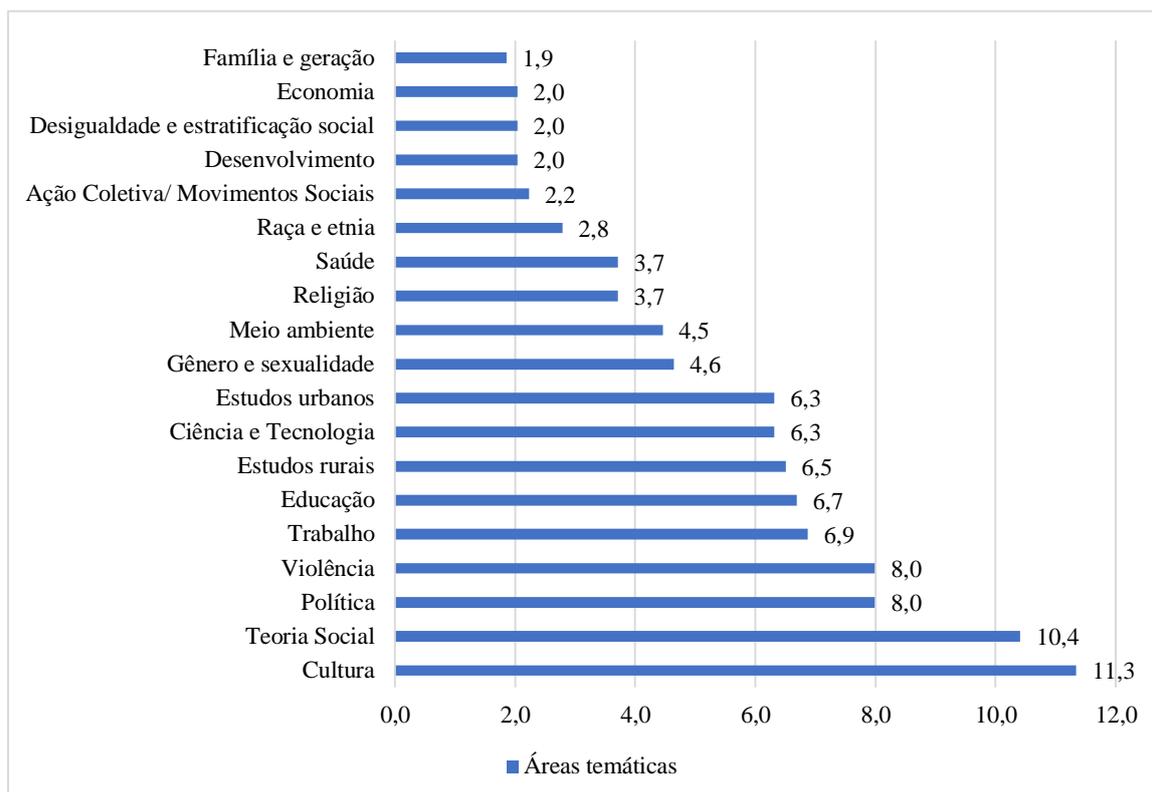
Gráfico 27- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes de acordo com a classificação do CNPq.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

A partir da criação de um novo sistema de classificação temática, com a ampliação na quantidade de categorias é possível mensurar de forma mais eficiente o desenvolvimento da produção de conhecimento na Sociologia no Brasil. O gráfico abaixo apresenta essa nova classificação, criada a partir da análise dos resumos dos projetos de pesquisa.

Gráfico 28- Distribuição percentual dos projetos de pesquisa vigentes por área temática.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Há uma distribuição bem equilibrada entre as áreas, com o predomínio da Cultura, seguida por Teoria Social, Política e Violência. Isso indica a estreita influência que a Antropologia e a Ciência Política exerceram e ainda exercem na formação e no desenvolvimento da Sociologia no Brasil, considerando que as temáticas da Cultura e da Política são os objetos de investigação por excelência desses campos respectivamente. O peso da Teoria Social entre os projetos pode indicar três coisas: a preocupação em estudar a sociedade brasileira, já que esta área inclui também as pesquisas sobre Pensamento Social e Político brasileiro; o desenvolvimento de pesquisas mais teóricas que têm como objeto a Sociologia, seus autores clássicos e contemporâneos; e uma predileção por pesquisas de caráter teórico em função do financiamento reduzido dedicada à disciplina em comparação com as ciências exatas e naturais.

A preocupação com os problemas sociais que são retraduzidos em problemas sociológicos se faz presente se analisarmos a posição das temáticas Educação, Violência e Trabalho no gráfico, revelando uma forte correlação entre produção de conhecimento científico e o contexto histórico e social onde essa produção acontece. Por lado outro, questões de pesquisa clássicas na constituição da Sociologia no Brasil como Desigualdade e Estratificação Social, Raça e Etnia e Desenvolvimento estão entre os últimos temas de pesquisa. A exceção fica por conta dos Estudos Rurais, área importante no desenvolvimento da Sociologia no Brasil, e que mantém sua relevância no cenário nacional, aparecendo entre os dez temas mais frequentes.

Considerando o tipo de fomento dos projetos de pesquisa, 52,2% dos projetos não contaram com nenhum tipo de fomento, o que pode indicar o caráter artesanal das pesquisas na Sociologia, assim como nas Ciências Sociais e Humanas. O protagonismo do financiamento fica com o CNPq que desde meados da década de 1970 assumiu a centralidade do investimento da produção e tecnológico no país em diversas áreas (MARANHÃO, 2010; FIGUEIREDO, 1988). Chama atenção o papel desempenhado pelas agências estaduais de fomento às pesquisas superando a CAPES, as Universidades e demais órgãos.

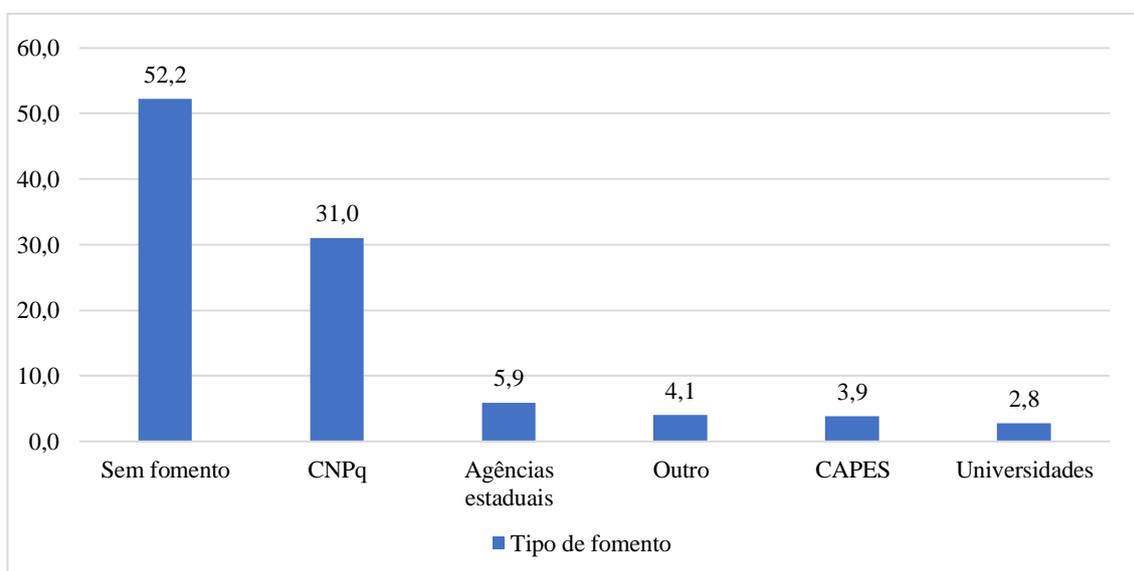


Gráfico 29- Distribuição percentual do tipo de fomento dos projetos de pesquisa.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A supremacia do CNPq demonstra ainda a dependência que os programas e docentes têm do investimento público para o desenvolvimento das pesquisas. A presença de outras fontes, sobretudo privadas e de órgãos internacionais é muito discreta, cenário que pode se

complicar num futuro próximo tendo em vista os cortes na área de Ciência e Tecnologia no Brasil nos últimos anos¹⁸.

¹⁸ Mais informações disponíveis em:< <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/12/corte-de-verbas-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao-prejudica-o-pais-afirmam-debatedores>>. Acesso em dez.2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia é uma ciência em eterna transformação. Seu desenvolvimento é permeado por crises quase constantes levando a uma reorientação do fazer sociológico pelos seus praticantes, que vem acompanhada de um processo de reflexão permanente. Nesse movimento, a Sociologia se tornou objeto de investigação sociológica, num campo que é ao mesmo tempo recente na história da disciplina, mas tem contribuído para seu desenvolvimento.

Esta pesquisa está inserida nesse contexto de repensar os caminhos percorridos pela disciplina sobretudo a partir da análise da produção científica, do trabalho de pesquisa realizado por sociólogos brasileiros nos programas de pós-graduação. A preocupação que orientou a presente pesquisa reside na interconexão, ao menos presumida, entre os rumos da Sociologia num contexto internacional e os modos de desenvolvimento da disciplina no país. Dito de outra forma, a inquietação estava relacionada com a questão: de que maneira as constantes mudanças da disciplina em contexto internacional têm impacto na produção sociológica brasileira do ponto de vista das pesquisas desenvolvidas nos e pelos programas de pós-graduação.

Para alcançar este objetivo era necessário, primeiro, remontar a história da disciplina, desde seu surgimento na Europa do século XIX, passando pelo seu desenvolvimento no mundo ocidental no século XX e chegando ao Brasil, buscando conexões e diálogos entre os dois processos (capítulo 1). No contexto da Sociologia desenvolvida no Brasil era necessário investigar com mais atenção o principal lócus de constituição da pesquisa sociológica, a pós-graduação. Sua história, desenvolvimento, expansão foram recontados no segundo capítulo. Por fim, era preciso reduzir o escopo da análise a alguns programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil para refletir, em profundidade, o desdobrar da produção científica. Foi o que se pretendeu com o terceiro capítulo.

A partir desse percurso de pesquisa, algumas ponderações e apontamentos podem ser feitos a respeito do objeto de análise em tela. A inclinação teórico-metodológica e temática dos programas de pós-graduação em Sociologia no Brasil parece estar mais associada à constituição histórica dos programas, na estreita relação com a formação dos professores ‘fundadores’ do que ao desenvolvimento da disciplina a nível global, exceto nos casos onde essa ligação está na origem, sendo constituinte do programa, como no caso do PPGS/ USP, por exemplo. Isso sugere uma lógica endógena na organização dos programas que se

constituíram sem grandes associações internacionais, que se estabeleceram mais tardiamente. Mesmo nos programas que têm uma frequente relação com outros países, isso não se parece refletir, de forma imediata, na agenda e problemas de pesquisas, que obedecem à uma lógica interna do desenvolvimento científico, ligada, por sua vez, aos problemas sociais e regionais da sociedade brasileira.

Talvez exista um impacto da mudança de orientação teórica pela qual a Sociologia passou no final do século XX e início deste século, com o foco na agência e na ação social e o fim e crise dos paradigmas clássicos, mas a agenda temática é definida por lógicas locais de produção de conhecimento associada aos problemas sociais de cada região e com a formação histórica dos programas de pós-graduação. Isso fica claro na análise das linhas e projetos de pesquisas sobretudo quando visto do ponto de vista regional.

A influência do desenvolvimento da Sociologia a nível global para a configuração da disciplina no Brasil foi sentida com mais ênfase nos momentos iniciais de institucionalização, formação de recursos humanos, grades curriculares, entre outros aspectos. Por outro lado, do ponto de vista da agenda temática da produção sociológica no Brasil essa influência parece reduzida.

Outras questões se impuseram nesse primeiro esforço de compreensão do problema tratado nesta pesquisa. O predomínio de linhas teóricas sobre pesquisas empíricas foi uma dessas constatações. Neste primeiro momento de investigação consideramos mais prudente apenas sinalizar, uma vez que o interesse por esse campo de conhecimento já se configurou no projeto de doutoramento que será desenvolvido imediatamente após esta primeira etapa da formação.

As mudanças no fazer sociológico, incluindo os dilemas teóricos de cada época, estão diretamente associados às transformações da sociedade, num movimento contínuo de múltiplas influências. Nesse sentido, a disciplina está sempre se reinventando, sempre redefinindo seus interesses e objetivos expressos, entre outras coisas, nas agendas de pesquisa.

Duas questões se impõem quando se escolhem as ciências sociais como objeto de pesquisa sociológica: dizem respeito à identidade e à diferença das formas de conhecer e à relação que guardam com a sociedade onde são elaboradas e recebidas. As ciências sociais são um conhecimento específico tanto pela sua constituição intrínseca, quanto pelo fato de que a possibilidade de elaborá-las está definitivamente associada à existência de um grupo social e a um tipo de sociedade. (BÔAS, 2007, p.23).

Pensar essas mudanças, isto é, fazer uma sociologia da Sociologia, analisando reflexivamente a Sociologia transformada em objeto de estudo é uma ferramenta que auxilia

no desenvolvimento de novas configurações teóricas e metodológicas do campo, além de ser uma fonte de conhecimento fundamental sobre a sociedade e os problemas que são valorizados num determinado período, as relações que se estabelece entre os grupos, entre outros fatores.

Além disso, a análise dos programas de pós-graduação na Sociologia através de suas linhas, projetos e grupos de pesquisa e currículo contribui para o debate tanto do desenvolvimento científico quanto das possibilidades de inserção e atuação profissional dos sociólogos, que tem na pós-graduação um instrumento de formação científica continuada e um verdadeiro *locus* do aprendizado profissional da área.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, v. 1, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989, p. 188-216.

ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **RBPAAE**, Rio Grande do Sul, v. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, v. 2, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989, p. 109-231.

BÔAS, Gláucia Villas. **A vocação das ciências sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 1-13, 1994.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

BRASIL. **Decreto-lei n.53, de 18 de novembro de 1966**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10053.htm>. Acesso em: 01.mar.2018

BOMENY, Helena. **Decreto-lei n.252, de 28 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10252.htm>. Acesso em: 01.mar.2018

BOMENY, Helena. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 01.mar.2018

CAPES/MEC. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 – PNPG 2011-2020** –. Brasil, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Volumes I. Brasília, DF: Capes, 2010

CAPES/MEC. **Documento de área - Sociologia**. Brasil, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Capes, 2016.

CAPES/MEC. **Comissão especial de acompanhamento do PNPG 2011-2020**. Brasil, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Capes, 2017a.

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017b

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:

<
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215>>. Acesso em: dez.2018, 2017c

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017d

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017e

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017f

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017g

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017h

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017i

CAPES/MEC. Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017j

CAPES/MEC. **Relatório de dados do Coleta CAPES 2017 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: < <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/envioColeta/dadosFotoEnvioColeta.xhtml;jsessionid=Qv3uofjWii0U3N71DvkMtVuH.sucupira-215> >. Acesso em: dez.2018, 2017l

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009 (Coleção Sociologia)

CORDEIRO, Marina de Carvalho. **Você tem tempo? Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea**. 303f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da Sociologia 1** – antes de 1918. Petrópolis: Vozes, 2017a. (Coleção Sociologia: Pontos de Referência).

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da Sociologia 2** – depois de 1918. Petrópolis: Vozes, 2017b. (Coleção Sociologia: Pontos de Referência).

DURHAM, Eunice Ribeiro. A pós-graduação em ciências sociais. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005, p.169-182.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. O financiamento das ciências sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep, 1966-1985. **BIB–Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**, Rio de Janeiro, n.26, p.38-55, 1988.

GINGRAS, Yves; MOSBAH-NATANSON, Sebastien. Where are social sciences produced? In: UNESCO. **World Social Science Report 2010**. Paris: UNESCO, 2010, p. 149-153.

GUIVANT, Julia. Sociologia do Meio Ambiente Rural. In: MARTINS, Carlos Benedito (cord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p.375-403.

HEILBRON, Johan. Las ciencias sociales como un campo global emergente. **Papeles de Trabajo**, Buenos Aires, v.10, n.18, p.21-48, 2016.

IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na sociologia: problemas de explicação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.32, p.195-215, 1991.

JACKSON, Luiz Carlos; BARBOZA, Darlan Praxedes. Histórias das Ciências Sociais Brasileiras. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (orgs.). **Sociologia Brasileira Hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017, p.217-279.

KEIM, Wiebke. Pour une modèle centre-périphérie dans les sciences sociales: aspects problematiques des relations internationales en sciences sociales. **Revue des anthropologies des Connaissances**, Paris, v.4, n.3, p.570-598, 2010.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre. v. 7, n. 14, p.376-437, jul./dez, 2005.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, v.1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, p.217-233.

MAIA, João Marcelo Ehlert. História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.111-128, jan.-mar, 2017.

MARANHÃO, Tatiana. **Autonomia reflexiva e produção do conhecimento científico: o campo da sociologia no Brasil (1999-2008)**. 2010. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 38ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros passos).

MARTINS, Carlos Benedito. Introdução: notas sobre a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005, p.7-50.

MARTINS, Carlos Benedito. Editorial Que sociologia fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 05, n. 11, p.5-17, set-dez.2017.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. A Sociologia como Campo Científico. In: MARTINS, Carlos Benedito (cord.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p.13-23.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: _____ (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, v.2. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, p.72-110.

NAHOUM, André Vereta. A Sociologia Econômica no Brasil: Balanço de um campo. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (orgs.). **Sociologia Brasileira Hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017, p.15-86.

OLIVEIRA, Lúcia Luppi de. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, v.2. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, p.235-307.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 27, p.163-175, 1990.

PORTO, Maria Stela Grossi. Panorama recente da pesquisa em sociologia no país. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005, p.199-229.

SCHWARTZMAN, Simon. “Modos de produção do conhecimento científico e tecnológico e as oportunidades para o setor de ensino superior particular”. Apresentação feita ao VI **Encontro Nacional de Pós-Graduação nas IES Particulares**, Salvador, ago. 2005.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio: Editora Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1984.

VILLAS BÔAS, Glaucia. **A vocação das ciências sociais no Brasil**: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

WEBER, Silke. A pós-graduação em Ciências Sociais: problemas e perspectivas do ensino da Sociologia. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005, p.183-197.

WERNECK Luiz; CARVALHO Maria Alice; MELO, Manuel. As ciências sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 40, p.27-63, 1995.

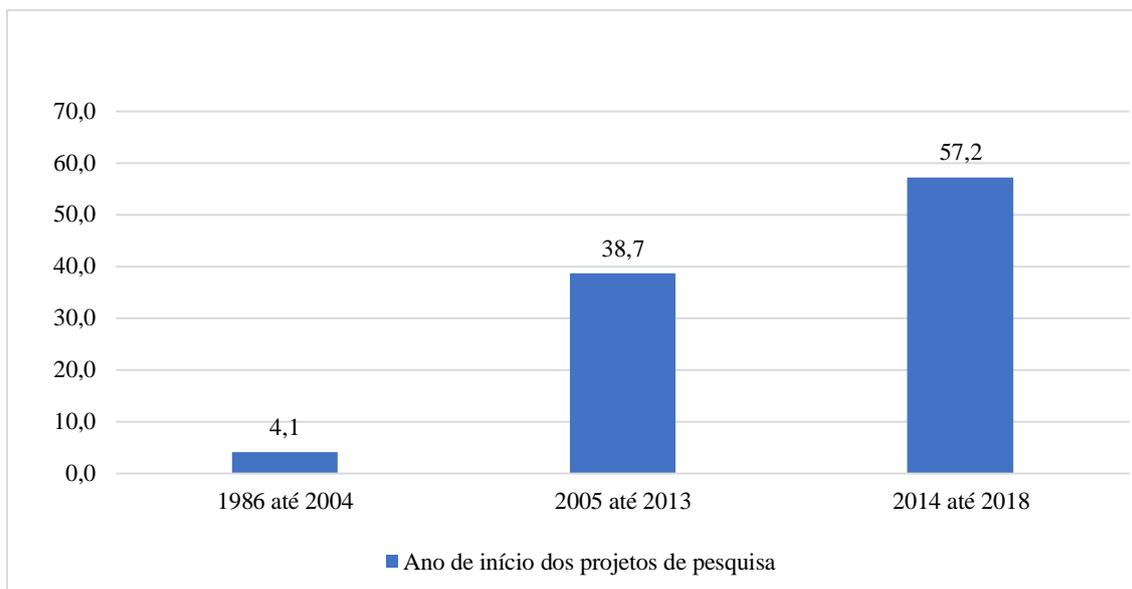
APÊNDICE A - Quadro 1- Dicionário de categorias que compõem a classificação temática.

Categorias	Palavras mais frequentes nos resumos dos projetos
Política	Democratização, crise política, Impeachment, Estado Nação, soberania, leis, Estado de direito, democracia, participação popular, gestão municipal, cidadania, política pública, grupo político, eleições, partidos políticos, política, ciclos políticos, instituições democráticas, autoritarismo, teoria política, sistemas políticos, governos, socialismo, assistência social, Estado, sociedade civil, poder político, sociologia política, agenda governamental, governança, participação política, repertórios associativos, cultura política, direito, justiça, gestão pública, socioestatal, participação cidadã, orçamento participativo, Constituição, teoria do discurso, teoria democrática, associativismo, participação eleitoral, ativismo partidário, instituições, Ciência Política, neorepublicanismo, opinião pública, representação política, financiamento eleitoral, biopoder, legislativo, Senado, political participation, citizens, gestão do território, direitos
Cultura	música, folclore, literatura, modernização, modernismo, modernidade, escritores, literária, antropológico, relações sociais, bens, valores, trânsito, coloniais, indígenas, grupos étnicos, etnologia indígena, teoria mimética, patrimônio cultural, colecionadores, coleções de arte, carnaval, samba, filme etnográfico, cultural, cordel, etnografia, mitologia, ritual, simbolismo, antropologia, museus, simbólica, turismo, cultura, indústria cultural, diversidade cultural, acervo, coleção, etnia, livro, obras, subjetividade, identidade judaica, leitura, plano nacional do livro, cultura brasileira, produção cultural, animais de estimação, patrimonialização, memória, cultura popular, escola de samba, carnavalescos, cultura artística, comunidades quilombolas, fronteiras culturais, paisagens culturais, memória coletiva, território étnico, repertório artístico-cultural, carnaval, arte, cinema
Violência	crime, segurança, prisional, carcerária, conflitos com a lei, medida socioeducativa, instituições de controle social, tráfico de drogas, narcotráfico, violência sexual, violência, mortes, criminalidade, justiça penal, presos, sistema penitenciário, mercados ilegais, controle penal, delinquência juvenil, atividade infracional, segurança pública, justiça criminal, audiência de custódia, prisioneiros, política de reparação, comissão da verdade, vitimização, percepção de segurança, morte violenta, política penal, homicídio, mercado de drogas, assassinatos, arma de fogo, polícia militar, conflitos, ilegal, polícia, policiamento comunitário, conflito, conflitualidade, controle social, segurança cidadã, investigação criminal, violência policial, punição
Teoria Social	Sociologia, Intelectuais, sociedade, Sociologia brasileira, dados, teoria sociológica, teoria clássica, sociologia clássica alemã, individualidade, contemporaneidade, convivialismo, intelectualidade, conservadorismo, pensamento social, interpretações do Brasil, sociólogos, metodologia, pesquisa avançada, teoria, conceito, teoria social, teoria crítica, Marx, alienação, Simondon, hermenêutica, agência humana, antiutilitarismo, nacionalidade, Gilberto Freyre, Emile Durkheim, Ciências Sociais, exterminismo, Thompson, economia política, Nietzsche, teoria política, filosofia política, Leo Strauss, teoria weberiana, Weber, teoria do reconhecimento, modernidade, Social Science, teoria da ação, Hannah Arendt, Walter Benjamin
Estudos Rurais	agronegócio, impacto socioambiental, conflitos ambientais, terras, movimentos rurais, trabalhadores rurais, segurança alimentar, uso da terra, rural, ruralidade, espaços rurais, agrárias, áreas rurais, mundo rural, cooperativas agrícolas,

	agricultura familiar, semiárido, feirinhas agroecológicas, migrações, condições ambientais, Nordeste, agricultura, agroindústria, alimentos orgânicos, desenvolvimento rural, agroecologia, agroalimentares, agropecuária, agroécologies, agroécologiques, alimentos sustentáveis, política agrária, agricultoras, transgênicos, produtores rurais, desenvolvimento territorial, território, água, população ribeirinha, atividades agrícolas
Estudos Urbanos	idades, estudos urbanos, urbano, marketplaces, espaços urbanos, gestão, conflitos, fronteiras, intervenções urbanísticas, suburbano, mobilidade urbana, transporte público, espaços públicos, sociabilidade urbana, migração, população, região metropolitana, migratório, propriedade fundiária urbana, território, moradia, territorialidades, urbanização, mobilidade espacial, turismo, trajetórias urbanas, centros urbanos, rua, planejamento urbano, intervenções urbanas, arte de rua, inserção urbana, situação de rua, patrimônio urbano, conflitos urbanos, liderança comunitária, associação
Ciência e Tecnologia	Científico, cientistas, acadêmicos, Think Tanks, software, aplicativos, ciência, tecnologia, inovação, tecnociência, divulgação científica, conhecimento científico, colaboração científica, vigilância, redes sociais, internet, privacidade, comunicação, tecnologia da comunicação e informação, cibernética, telecomunicações, desenvolvimento tecnológico, tecnologia da informação, sociotécnica, conhecimento tecnológico, práticas científicas, científico-tecnológico, genômica, controvérsia científica, fomento à pesquisa, formação recursos humanos, inclusão digital, tv digital, sociométricos
Saúde	Tecnologias médicas, saúde sexual e reprodutiva, fluidos corporais, sangue menstrual, saúde mental, medicina, Estratégia de Saúde da Família, saúde, cuidados, terapêuticos, políticas de saúde, psicofármacos, cuidado, doença, Alzheimer, HIV, AIDS, hepatites virais, serviços de saúde, prevenção, preventivos, telessaúde, preservativos, pepssexual, sífilis, infecção, doenças infecciosas, vigilância epidemiológica, transtornos mentais, práticas psiquiátricas, medicalização, patologias, sanidade alimentar
Educação	Ensino superior, política educacional, Educação, Sociologia da Educação , educational programmes, academics mobility, estudantes, universidade, egressos, currículo, livro didático, escola, avaliação, indicadores, ensino médio, leitura, professores, licenciatura, educação básica, formação, graduação, docência, sociologia escolar, educação escolar, pedagógico, ensino profissional, biblioteca digital, socioeducativo, docentes, discentes, formação, saberes, ensino-aprendizagem, sucesso acadêmico
Trabalho	trabalhadores, sindical, sindicalismo, precariado, cuidado, cuidadoras, trabalhadores rurais, metalúrgicos, greves, trabalho doméstico, sindicatos, trabalho, justiça do trabalho, mineradoras, empresas, mercado de trabalho, home office, precarização, informalidade, trabalho escravo, emprego, trabalho assalariado, trabalho independente, emploi, travail, empregabilidade, empreendedorismo, trabalho docente, profissionalização, tempo de trabalho, flexibilização, jornada de trabalho
Meio Ambiente	clima, sustentabilidade, mudanças ambientais, mudanças climáticas, questões ambientais, biodiversidade, ambiental, ecologia humana, biodiversity, environmental, conflito ambiental, natureza, ecodesenvolvimento, desenvolvimento territorial sustentável, climate change, desenvolvimento sustentável, população ribeirinha, recursos naturais, unidade de conservação, impacto ambiental, hidroelétricas, água, mananciais aquáticos
Raça e Etnia	cotas, racial, cor, negros, ações afirmativas, desigualdades raciais, discriminações

	raciais, identidades étnicas, relações raciais, desigualdades étnicas, racismo, escravidão, sociedades africanas, cotistas, sistema de cotas, reserva de vagas, identidade racial, diáspora negra, intelectuais negros, desracialização, igualdade racial
Gênero e Sexualidade	Masculino, feminino, prostituição, prostitutas, sexual, paternidade, masculinidades, esfera pública, vida pública, corpo, envelhecimento, homens, mulheres, gênero, LGBT, direitos sexuais, sexualidade, identidades, corporalidades, feministas, minorias sexuais, homossexualidade, cuidado, aborto, feminicídio, cuidadoras, violência doméstica, mulheres indígenas, violência sexual
Religião	Candomblé, secularismo, católica, protestantismo, secularização, evangélicos, laicidade, muçulmanos, religião, catolicismo, festas urbanas, igrejas, fiéis, religião, movimento religioso, capela, santo, procissão, crenças religiosas, agentes religiosos, autoridade religiosa, sudário de turim, catolicismo popular, movimentos eclesiais, pentecostal
Desenvolvimento	capitalismo, desenvolvimento econômico, distritos industriais, estado de bem-estar social, desenvolvimento industrial, Globalização, fluxos relacionais, development, desenvolvimentismo, desenvolvimento, modernização econômica, políticas desenvolvimentistas, projetos de infraestrutura
Economia	organizações, microcrédito, finanças, micro-finanças, empresas, mercados, produção, consumo, empreendedorismo, grupos financeiros, pobreza, exclusão social, economia regional, circulação econômica, corporações transnacionais
Desigualdade e Estratificação Social	classe, estratificação social, Desigualdade social, pobreza, classe média, vulnerable commuties, desigualdade socioeconômicas, concentração de renda, riqueza, desigualdade econômica
Ação Coletiva/ Movimentos Sociais	Protestos, manifestações, confrontos, movimentos sociais, ações coletivas, confrontos políticos, mobilização social, reivindicação, conflitos sociais
Família e Geração	Juventude, socialização, família, jovens, geração, idosos, familiares, sociabilidade juvenil, criança, adoção, configurações familiares

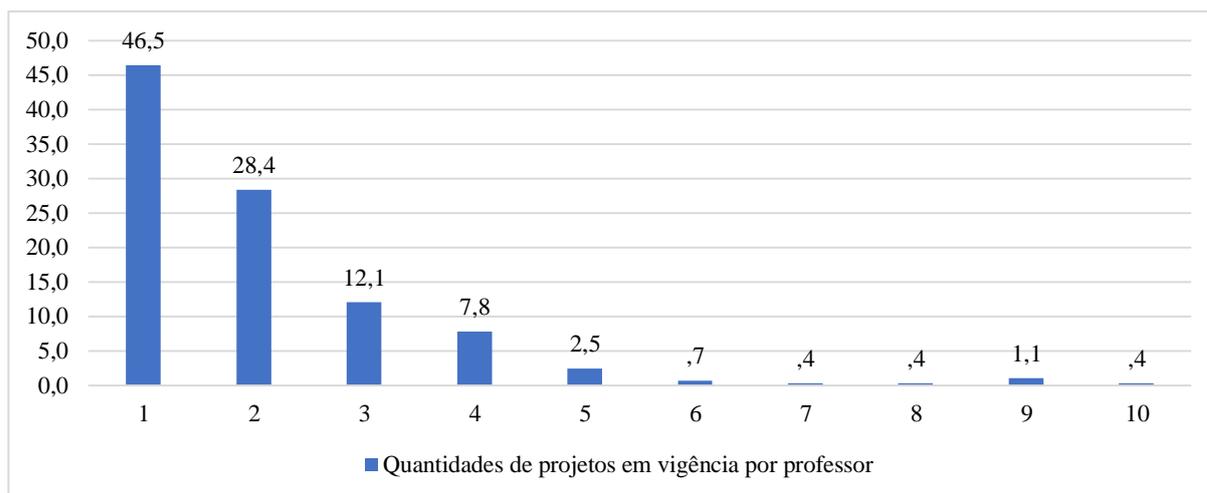
APÊNDICE B - Gráfico 24- Distribuição percentual do ano de início dos projetos de



pesquisa por faixas

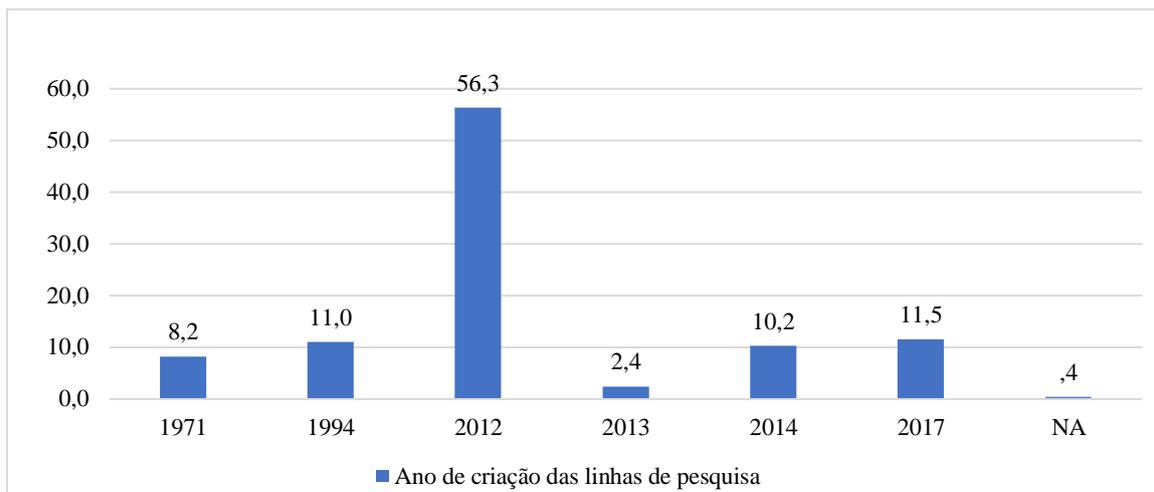
Fonte: Elaboração própria, 2018.

Gráfico 25- Distribuição percentual da quantidade de projetos de pesquisa vigentes por professor.



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Gráfico 26- Distribuição percentual do ano de criação das linhas de pesquisa.



Fonte: Elaboração própria, 2018.